

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ALLANA CEARÁ

A RELAÇÃO BRASIL-CHINA NA CONFIGURAÇÃO DA GOVERNANÇA GLOBAL

Marília
2018

ALLANA CEARÁ

A RELAÇÃO BRASIL-CHINA NA CONFIGURAÇÃO DA GOVERNANÇA GLOBAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Campus de Marília, para obtenção de título de mestre em Ciências Sociais.

Área de Concentração: Relações Internacionais e Desenvolvimento

Orientador: Prof. Dr. Luis Antonio Paulino.

**Marília
2018**

Ceará, Allana.

C387r A relação Brasil-China na configuração da governança global / Allana Ceará. – Marília, 2018.
109 f. ; 30 cm.

Orientador: Luis Antônio Paulino.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de
Filosofia e Ciências, 2018.

Bibliografia: f. 98-109

1. Geopolítica. 2. Governança. 3. Brasil – Relações
exteriores - China. 4. Representação do conhecimento. I.
Título.

CDD 327.101

Elaboração: André Sávio Craveiro Bueno

CRB 8/8211

Unesp – Faculdade de Filosofia e Ciências

ALLANA CEARÁ

A RELAÇÃO BRASIL-CHINA NA CONFIGURAÇÃO DA GOVERNANÇA GLOBAL

Dissertação para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, na área de concentração Relações Internacionais e Desenvolvimento.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: _____
Dr. Luis Antonio Paulino, FFC/UNESP - Marília

2º Examinador: _____
Dr. Agnaldo dos Santos, FFC/UNESP - Marília

3º Examinador: _____
Dr. Mauri da Silva, Fatec/Ourinhos

Marília, 07 de Agosto de 2018.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais por todo o apoio, suporte, carinho, compreensão ao longo dessa jornada. Especialmente a minha mãe, meu exemplo e orgulho, obrigada por sempre me incentivar. Agradeço a Deus por me capacitar, fortalecer e iluminar meus pensamentos.

Agradeço ao meu orientador professor Dr. Luis Antonio Paulino por todas as conversas, incentivos, compreensão, orientações, inclusive sobre os rumos dessa pesquisa, revisões nos textos. Definitivamente a contribuição do senhor tanto para esta pesquisa como para a minha formação acadêmica foram essenciais. Minha eterna gratidão.

Agradeço aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus de Marília, por todos os conselhos e aprendizados.

Agradeço aos membros da banca tanto de qualificação como de defesa pelas críticas, sugestões e leitura ao trabalho.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio recebido para desenvolver minha pesquisa.

RESUMO

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, estabeleceu-se no mundo, sob o comando dos Estados Unidos e, em posição secundária, da Inglaterra, um sistema de governança global cujos principais pilares – a ONU com seu Conselho de Segurança, o FMI, o Banco Mundial e o GATT (agora OMC) – que permanecem até os dias de hoje como os fóruns relevantes para a discussão e encaminhamento dos grandes problemas econômicos e políticos internacionais. Ocorre que a conjuntura política que levou à prevalência desse sistema há muito deixou de existir. Com a debacle da União Soviética e o consequente fim da Guerra Fria pareceu que o mundo finalmente havia chegado a uma situação unipolar na qual o único país hegemônico seria os Estados Unidos. Tal cenário entretanto não durou mais que uma década, a de 1990. Com a chegada do século XXI um novo quadro se formou com a ascensão de novos polos de dinamismo econômico no mundo. O acontecimento mais relevante foi a ascensão dos países em desenvolvimento e nomeadamente a ascensão da China. Por outro lado, a liderança política e econômica dos Estados Unidos, sobretudo após a crise de 2008, começou a ruir. Abriu-se assim um vazio na política internacional e um quadro de grande incerteza. De um lado, os Estados Unidos e seus aliados europeus fazem de tudo para garantir os privilégios herdados do sistema de governança herdado do pós-guerra, mesmo que isso implique, no limite, em ir à guerra. De outro lado, a ascensão da China nas relações internacionais tanto políticas quanto econômicas, o surgimento de novos fóruns de cooperação com a participação de países médios, por exemplo, IBAS, BASIC, BRICS, Organização de Xangai, ASEAN, dentre outros, as crises financeiras globais como a de 2008, uma maior multiplicidade de atores com voz nas decisões internacionais, exige mudanças no atual sistema de governança. É nesse quadro que o debate atual sobre uma reforma da governança global se desenvolve. Esse trabalho tem como objetivo estudar, neste contexto, a relação entre Brasil e China, visando compreender em que medida ambos cooperam e se cooperam com o objetivo de reformar o atual sistema. Sob essa perspectiva, a pesquisa parte dos acontecimentos a partir da Guerra Fria até o mandato da presidente Dilma Rousseff, tendo enfoque nas mudanças ocorridas na China e nas relações políticas sino-brasileiras.

Palavras-chave: Governança Global. Brasil. China.

ABSTRACT

With the end of World War II, a system of global governance was established in the world under the command of the United States and, in a secondary position, of England, whose main pillars - the UN with its Security Council, the IMF, the World Bank and the GATT (now WTO) - which remain to this day as the forums relevant to the discussion and referral of major international economic and political problems. It happens that the political conjuncture that led to the prevalence of this system has long ceased to exist. With the debacle of the Soviet Union and the consequent end of the Cold War it seemed that the world had finally reached a unipolar situation in which the only hegemonic country would be the United States. This scenario, however, did not last more than a decade, that of 1990. With the arrival of the twenty-first century a new framework was formed with the rise of new poles of economic dynamism in the world. The most relevant event was the rise of developing countries, including the rise of China. On the other hand, the political and economic leadership of the United States, especially after the crisis of 2008, began to crumble. Thus, a vacuum emerged in international politics and a picture of great uncertainty. On the one hand, the United States and its European allies do their utmost to secure the privileges inherited from the system of governance inherited from the post-war era, even if this implies, at the limit, going to war. On the other hand, the rise of China in international political and economic relations, the emergence of new forums of cooperation with the participation of medium-sized countries, for example IBSA, BASIC, BRICS, Shanghai Organization, ASEAN, among others, crises globalization such as 2008, a greater multiplicity of actors with a voice in international decisions, requires changes in the current governance system. It is within this framework that the current debate on a reform of global governance develops. This study aims to study, in this context, the relationship between Brazil and China, aiming to understand to what extent both cooperate and cooperate with the goal of reforming the current system. From this perspective, the research starts from the events of the Cold War to the term of President Dilma Rousseff, focusing on the changes that have taken place in China and in Sino-Brazilian political relations.

Keywords: Global Governance. Brazil. China.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Diferenças e Semelhanças entre as Políticas Externas de FHC e Lula da Silva....80

LISTA DE SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
ACR	Arranjo Contingente de Reservas
ASEAN	Associação das Nações do Sudeste Asiático
BAI	Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura
BASIC	Brasil, África do Sul, Índia e China
BM	Banco Mundial
BIRD	Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento
BRICS	Brasil, Rússia, China e África do Sul
CBERS	China-Brazil Earth Resource Satellite
COMECON	Conselho de Assistência Econômica Mútua
COSBAN	Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
EUA	Estados Unidos
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IBAS	Índia, Brasil e África do Sul
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
NBD	Novo Banco de Desenvolvimento
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PEI	Política Externa Independente
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PCC	Partido Comunista Chinês
RPC	República Popular da China
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Ciência, Educação e Cultura
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	GOVERNANÇA GLOBAL	12
2.1	Da Segunda Guerra Mundial às Conferências de Bretton Woods e São Francisco	16
2.2	A Organização das Nações Unidas (ONU)	25
2.3	Sistema Contemporâneo de Governança Global	30
3	POLÍTICA EXTERNA CHINESA E SEUS DESDOBRAMENTOS SOBRE O SISTEMA DE GOVERNANÇA GLOBAL	34
3.1	Introdução	34
3.2	A República Popular da China (RPC)	35
3.3	A política externa da China no período de 1949 a 1978	40
3.4	Deng Xiaoping e as Quatro Modernizações	41
3.5	A política externa da China no período de 1978 a 2008.....	43
3.6	Da Ascensão Pacífica para o Desenvolvimento Pacífico.....	45
3.7	A política de desenvolvimento pacífico no século XXI.....	47
3.8	China e EUA.....	50
3.9	O projeto “Um cinturão, uma Rota” e a política regional da China	55
3.10	Governança Chinesa	58
3.11	Participação chinesa em iniciativas de governança global	61
3.11.1	A China na Organização Mundial do Comércio (OMC)	63
3.11.2	Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul (BRICS).....	64
3.11.3	Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas (BAII).....	67
4	BRASIL E CHINA NO SISTEMA DE GOVERNANÇA GLOBAL.....	69
4.1	Introdução.....	69
4.2	Relações Sino-Brasileiras.....	70
4.3	Agenda Brasil-China.....	84
4.4	Cooperação Brasil-China para a reforma do sistema de governança global.....	86
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
	REFERÊNCIAS.....	98

1 INTRODUÇÃO

As Conferências de Bretton Woods (1944), Dumbarton Oaks (1944) e São Francisco (1945) formaram a base do sistema de governança global, cujo seus pilares Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, GATT (posteriormente substituído pela OMC) e as Nações Unidas fecharam o desenho da estrutura de governança global. Uma estrutura que, com os acontecimentos do fim da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria forneceram condições para os Estados Unidos impor sua hegemonia e determinar os rumos da governança global.

Acontecimentos relevantes como ascensão dos países em desenvolvimento, principalmente da China com a virada do século XXI, crises financeiras globais como a do ano de 2008, a ordem internacional caminhando cada vez mais para os rumos da multipolaridade, devido a uma gama maior de países participando em órgãos e fóruns multilaterais, com capacidade de colaborar com a ordem internacional. Não apenas pelo peso do PIB mundial que cada um possui, mas também devido ao lugar que ocupam nas cadeias globais de valor. Além da presença de agentes geopolíticos e geoeconômicos instáveis, complicada relação Norte-Sul, fez com que a estrutura do sistema de governança global estabelecido em Bretton Woods não estivesse mais de acordo com a atual realidade sistêmica, onde vemos, por exemplo, países emergentes ganharem espaço, mostrando sua capacidade de articulação e abrindo oportunidades para uma nova perspectiva na agenda externa desses países, a agenda sul-sul.

Deste modo, ao que tudo indica, o atual sistema de governança global atende apenas aos países que figuravam como principais atores na época da Guerra Fria, tornando-se deste modo disfuncional para os países em desenvolvimento que possuem um *status* diferente em relação ao sistema de Bretton Woods que ainda está vigente. Esse seria o motivo dos demais países, sobretudo China, Brasil, África do Sul, Japão, Alemanha, União Europeia, Coreia do Sul, dentre outros, buscarem novos mecanismos de participação da governança global, tendo em vista que a reforma que a governança precisa, ainda não aconteceu.

Já dizia a Comissão sobre Governança Global que “governança global não significa governo mundial nem federalismo mundial” (COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL, 1996, p. 256). Não há um único ator internacional que possa dizer que possui o cargo de “presidente do mundo”. É totalmente justificável que os países queiram se inserir na governança global, afinal, não vivemos mais sob os auspícios da Guerra Fria.

Em meio a esta perspectiva estão Brasil e China, dois países completamente diferentes na sua essência histórica, cultural, mas que aos poucos foram se aproximando até construírem um relacionamento bilateral. Alinhados ao discurso de que a estrutura de governança global precisa de uma reforma é que estudamos o relacionamento sino-brasileiro, com ênfase nas relações políticas e nas transformações da política externa da China.

Nesse sentido, no primeiro capítulo buscamos debater o tema da governança global, uma governança que foi desenhada pelos Estados Unidos ao impor seus interesses na Conferência de Bretton Woods. Das instituições que compõem o sistema Bretton Woods e Conferência de São Francisco, escolhemos as Nações Unidas para demonstrar como é acentuada a necessidade de uma reforma na estrutura da governança global. Além de estudarmos como essa estrutura pode ser modificada.

No segundo capítulo, estudamos as diretrizes da política externa e como a mesma está inserida no sistema de governança global. Analisamos alguns discursos oficiais, realizados pelo atual presidente da China Xi Jinping, a partir de 2012. Esse recorte dos discursos foi escolhido por causa da corroboração do governo chinês pelo desenvolvimento pacífico, que resultou na elaboração do Livro Branco de Desenvolvimento Pacífico, em 2011.

E no terceiro capítulo analisamos a relação de Brasil e China na governança global, primeiro a partir das relações sino-brasileiras, a partir de 1949, com a fundação da República Popular da China, com maior ênfase nas relações políticas. Segundo, por meio da agenda comum que Brasil e China possuem e por fim alguns pontos de reflexão acerca do papel dessa relação na governança e de ações conjuntas.

2 GOVERNANÇA GLOBAL

A formação do sistema internacional dos Estados teve suas bases definidas com a assinatura do Tratado de Vestefália, em 1648, que “estabeleceu a soberania estatal como o princípio mais elevado no sistema internacional” (NYE, 2009, p. 353). Naquele modelo, os únicos atores internacionais relevantes eram os estados nacionais. As relações internacionais se davam única e tão somente ao nível das fronteiras e tudo que ocorresse dentro de cada país era de competência exclusiva do seu respectivo estado. Desde então, as relações internacionais se tornaram muito mais complexas. De um lado, porque uma série de temas que antes eram da alçada exclusiva dos estados nacionais, tais como meio ambiente, saúde, direitos humanos, defesa, segurança, políticas comerciais e propriedade intelectual, tornaram-se altamente internacionalizados e objeto de acordos internacionais que retiraram, em parte, a soberania estatal sobre eles. De outro lado porque, simultaneamente à internacionalização desses temas, um conjunto de novos atores, públicos e privados - empresas privadas, organizações não governamentais e instituições internacionais - passaram a participar ou pelo menos interferir nas negociações internacionais. O termo "governança global", conforme discutiremos a seguir, reflete esse novo quadro, no qual, além das relações interestatais, um conjunto de novos atores e instituições passou a ter voz nas relações e nas negociações internacionais.

O termo governança global não possui apenas um único sentido, há várias definições que buscam construir os parâmetros para um termo tão amplo. A primeira definição de governança global que apresentamos é do relatório da Comissão sobre Governança Global, no qual entendem que governança global:

É a totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições, públicas e privadas, administram seus problemas comuns. É um processo contínuo pelo qual é possível acomodar interesses conflitantes ou diferentes e realizar ações cooperativas. Governança diz respeito não só a instituições e regimes formais autorizados a impor obediência, mas também a acordos informais que atendam aos interesses das pessoas e instituições. (COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL, 1996, p. 2).

Para Hoffman e Ba (2005, p. 262, tradução nossa) “governança é ordem em vez de caos, cooperação em vez de conflitos. Tende a implicar soluções institucionais, racionais (no sentido de raciocínio, não na escolha racional) dos problemas. [...] Governança, de acordo com a sabedoria convencional, é boa”. Já para Holsti (2000, p. 50) “forças ocultas, hábitos, modelos de conduta e *mores* cultural podem ser concebidos, entre outros fatores, como fontes de orientação da governança”.

Sobre a temática Shaffer (2005, p. 275, tradução nossa) diz que:

Eu conceituo a governança global, então, como a constituição significativa e a realização material de uma imaginação compartilhada do mundo, do global, a partir de múltiplas imaginações possíveis de globalidade. Vejo isso como um processo necessariamente político que envolve diferentes configurações de poderes, princípios e práticas. (SHAFFER, 2005, p. 275, tradução nossa).

Para James Rosenau (2000) na obra *Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial*, no qual primeiro explica que governo e governança possuem conceitos diferentes, de modo que, enquanto o governo tem suas bases estabelecidas na figura de uma autoridade, como o poder de polícia, a governança já não precisa desse poder de polícia para impor nem vencer nenhuma barreira porque todas as suas atividades estariam apoiadas em objetivos comuns, cuja responsabilidade não necessariamente está fincada na figura de uma autoridade, sendo desta forma um fenômeno muito maior que o governo (ROSENAU, 2000, p. 15). Ou seja, Rosenau ensina que é possível ter governança sem governo, o que seria o mesmo que não ter “mecanismos regulatórios em uma esfera de atividade que funcione efetivamente mesmo que não tenha o endosso de uma autoridade formal” (ROSENAU, 2000, p. 16). Nesse sentido:

Governança é um sistema de ordenação que depende de sentidos intersubjetivos, mas também de constituições e estatutos formalmente instituídos. [...] a governança é um sistema de ordenação que só funciona se for aceito pela maioria (ou pelo menos pelos atores mais poderosos do seu universo), enquanto os governos podem funcionar mesmo em face de ampla oposição à sua política. Nesse sentido, a governança é sempre eficaz, quando se trata das funções necessárias para a persistência sistêmica, ou então não é concebida para existir efetivamente (com efeito, não se fala em governança ineficaz, mas sim de anarquia ou caos) [...] Sugerir que a governança é sempre efetiva significa postular um vínculo estreito entre governança e ordem. É possível até mesmo dizer que a governança corresponde à ordem mais a intencionalidade. A ordem global consiste na série de entendimentos rotineiros por meio dos quais flui a política mundial, de um momento para o outro. [...] (por exemplo, a dispersão do poder entre os principais atores, as diferenças de hierarquia entre eles, as regras que limitam sua interação, as premissas que compartilham a respeito da função que tem a força, a diplomacia, a cooperação e o conflito), outros são perfeitamente rotinizados (tais como o comércio, os procedimentos relacionados com os correios e o uso de passaporte). (ROSENAU, 2000, p. 16-17).

Apesar de Rosenau ter definido governança como “um sistema de ordenação que só funciona se for aceito pela maioria (ou pelo menos pelos atores mais poderosos do seu universo)” (ROSENAU, 2000, p. 16), conforme visto acima, há que se complementar que tal sistema de ordenação também depende da força (política e econômica) daqueles que o compõem. Por esse sistema de ordenação Biersteker (2000) infere que “pode existir ordem sem governança, mas esta última requer alguma forma de ordem” (BIERSTEKER, 2000, p.

143) e também apresenta três tipos de ordem. A primeira ordem é a de nível básico porque aqui são compartilhadas por meio de fronteiras territoriais, uma visão do mundo, a exemplo da época da Guerra Fria em que tanto Estados Unidos como União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) apresentaram respectivamente a visão de mundo capitalista e socialista; a segunda ordem é a de nível que emerge, ou seja, advém de pontos em comum das fronteiras territoriais e a terceira ordem é a de nível que é governada, ou seja, trata-se de uma ordem que não requer a formalidade da figura de uma autoridade ou mesmo de uma instituição, pois sua presença sobrevive até diante da anarquia, deste modo, por exemplo, a existência dos regimes internacionais (BIERSTEKER, 2000, p.143-145). Logo, cada uma dessas formas diferentes de ordem podem estar presentes na governança global de modo isolada ou em conjunto.

De acordo com Weiss (2011, p. 71-72) o surgimento da governança global possui três explicações: (I) a multiplicidade bem como a participação na ordem global da sociedade civil, corporações com fins lucrativos e atores não estatais; (II) a excessiva busca pela supranacionalidade, que em um primeiro momento serve como um modelo do que deveria ocorrer no sistema internacional, apontando a União Europeia como exemplo, entretanto ressaltando que essa idealização se torna falha, pois não há um governo mundial de âmbito federal e (III) o avanço da alta tecnologia e da interdependência que trouxeram a consciência de que os problemas não podem ser resolvidos apenas por um único ator. Afinal o dia a dia global é muito maior e complexo para que fique nas mãos apenas de um único país (ROSENAU, 2000, p. 390), ou seja, esses pontos fizeram crescer o debate da governança global.

O pleito pelo debate da governança global gerou uma agenda de governança global que cuida de diversos temas. Assim, sua pauta permite que assuntos como questões climáticas, prevenção e cuidado com a saúde, como por exemplo, doenças contagiosas e infecciosas, promoção aos direitos humanos e dignidade da pessoa humana, participação e responsabilidade da sociedade civil em meio ao mundo globalizado, dentre outros, sejam abordados em âmbito de foros multilaterais, afinal às decisões sobre temas dessa natureza devem ser tomadas em conjunto. Logo, a governança global está intimamente ligada às transformações mundiais que acontecem todos os dias no cenário internacional e que são responsáveis pelo posicionamento dos principais atores da ordem internacional, acerca do futuro que se quer obter para o sistema internacional.

Nesse sentido, governança global exige que se tenha a participação de seus atores em escala mundial e que sejam reconhecidos pela maioria, como é o caso da Organização

Mundial do Comércio (OMC), que “é um local central para a governança global” (SHAFFER, 2005, p. 130, tradução nossa). Isso porque, segundo Pires (2013):

Dentre as instituições de governança global, a única que defende em seu estatuto a igualdade entre os pares é a Organização Mundial de Comércio (OMC). Por conta disso, um pequeno país, como a Geórgia, pode vetar o acesso à Organização de um grande país, como a Rússia. Tal situação também permite a criação de coligações baseadas em interesses específicos, como é o caso do Grupo dos 20, articulação criada no âmbito da “Rodada Doha”, capitaneada por Brasil, Índia, África do Sul e China, com vistas a eliminar políticas protecionistas das nações industrializadas na área de bens agrícolas, particularmente de Estados Unidos e União Europeia. (PIRES, 2013, p. 252).

Esse ponto central está fixado em um sistema de governança global vigente e instituído na Conferência de Bretton Woods e que permanece até os dias de hoje nos ditames da governança global. Acontece que, atualmente o sistema internacional possui uma gama de países com uma maior participação na ordem internacional, que requer pelos países que alcançaram tal posição – Alemanha, Japão, China, Rússia, União Europeia, Brasil, África do Sul, Coreia do Sul – novas propostas para modificar uma governança global que, segundo Cozendei (2013, p. 45) não teve desde o período da Guerra Fria uma mudança em sua estrutura, apenas a ocorrência de um sistema de replicação da governança global instituída na Guerra Fria nas instituições e organizações que foram surgindo.

Assim, acreditamos que governança global trata-se de uma relação não apenas entre os Estados, mas também que inclui demais atores como agentes privados, entes governamentais, organizações não governamentais, enfim todos aqueles que preenchem a vida do sistema internacional. Uma vez que, presumimos que o exercício de uma governança implica a participação da totalidade dos atores que compõem seu conjunto. A ideia construída para o presente trabalho está no pensamento que com as constantes transformações na conjuntura internacional – ponto que será explanado mais a frente no trabalho – os Estados estão perdendo sua autonomia na ordem internacional, de modo que o conceito de governança global passou a ser usado pelos próprios Estados como forma de interagir com outros atores que de alguma forma passaram a estabelecer as regras do jogo internacional.

Sem nos apegarmos a uma definição específica do termo, consideraremos, neste trabalho, governança global como um mecanismo de coordenação internacional em um mundo no qual: 1) Há uma grande diversidade de atores para além dos estados nacionais; 2) Os interesses e atores privados, representados pelas empresas e ONGs, passam a ser relevantes nas relações e negociações internacionais; 3) A "ordem" gerada por esses mecanismos de governança são sempre o resultado de uma determinada hierarquia, na qual os

atores hegemônicos procuraram moldar o mundo à sua imagem e aos seus interesses; 4) Toda vez que a correlação de forças entre os atores se altera, a estrutura de governança passa a ser contestada, ou seja, quando atores cujos interesses não contemplados na ordem vigente adquirem força política, econômica e militar para tanto, passam a exigir mudanças na estrutura de governança global.

2.1 Da Segunda Guerra Mundial às Conferências de Bretton Woods e São Francisco

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi travada entre dois blocos de países: o dos países aliados, tendo como principais, França, Inglaterra, Estados Unidos (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a China e o dos países do eixo Alemanha, Itália e Japão. Essa guerra de proporções mundiais pode ser dividida, de acordo com Lima (2002, p. 39-40) a partir de três momentos factuais, de 1939-1941 com a invasão germânica e sua conquista do território polonês, invasão germânica ao território da União Soviética, a invasão da China pelo Japão e o ataque executado pelo Japão à base norte-americana de Pearl Harbour, ato que deu ensejo à entrada dos EUA na guerra; de 1942-1943 com a batalha de Stalingrado e a guerra no Oceano Pacífico, chamada de batalha de Midway e de 1943-1945 com a derrota dos países do eixo e o lançamento das duas bombas atômicas sobre o Japão, nas cidades de Hiroshima e Nagasaki.

Na fase final do conflito, as potências vencedoras, nomeadamente Estados Unidos e Inglaterra, passam a discutir a reorganização do sistema internacional. Ainda no ano de 1944, as Conferências de Bretton Woods e São Francisco estabeleceram as bases do atual sistema de governança mundial. O sistema de Bretton Woods, depois de dura queda de braços entre Estados Unidos e Inglaterra, “foi concebido como um regime de taxa de câmbio fixo” (COHEN, 2008, p. 150, tradução nossa), baseado no dólar norte-americano e também representou um conjunto de políticas visando “estabilidade de preços, mercados flexíveis e comércio internacional tendente ao liberalismo [...]. Essa tríade de políticas foi, na prática, imposta à Europa por meio dos acordos do Plano Marshall, que selaram a hegemonia estratégica americana” (MAGNOLI, 2004, p. 228).

A Conferência de Bretton Woods, realizada em 1944, deu origem a algumas instituições presentes na atual ordem mundial: o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), também conhecido como Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. A partir das Conferências de Dumbarton Oaks (1944) e São Francisco (1945),

foram criados a Organização das Nações Unidas (ONU), assim como em 1947, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT – General Agreement on Tariffs and Trade), posteriormente substituído pela Organização Mundial do Comércio (OMC) no ano de 1995. Na óptica de Saraiva (2007, p. 188) “o nascimento da Organização das Nações Unidas e dos mecanismos de Bretton Woods veio redesenhar, nos planos jurídico e econômico, as forças reais dos vencedores de 1945”. Tanto que, com o término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, as Conferências de Yalta e Postdam definiram o destino dos perdedores da guerra, pois “reuniram os vencedores da Segunda Guerra Mundial e redefiniram a geopolítica do continente europeu” (MAGNOLI, 2004, p. 87). A título de exemplo, Alemanha bem como sua capital Berlim foram divididas na capitalista República Federativa Alemã e na socialista República Democrática Alemã.

Em 1944, as ansiedades dos *new dealers* levaram à famosa conferência de Bretton Woods. A ideia de desenvolver uma nova ordem global não propriamente tão grandiosa, mas essencial. Em Bretton Woods uma nova estrutura monetária foi desenhada, considerando a centralidade do dólar, mas também tomando medidas para criar amortecedores internacionais caso a economia americana vacilasse. Foram precisos 15 anos até que o acordo pudesse ser integralmente implementado. Durante aquela fase preparatória, os Estados Unidos tiveram que juntar as peças principais do quebra-cabeças do Plano Global, do qual Bretton Woods era um importante elemento. (VAROUFAKIS, 2016, p. 91-92).

Nesse cenário, com o fim da Segunda Guerra Mundial, apenas dois países foram projetados na ordem internacional com o status de superpotência¹, Estados Unidos e União Soviética (URSS), ou seja, dessa configuração emergiram dois blocos antagônicos, capitalismo versus socialismo, representados respectivamente por EUA e URSS, que polarizou um embate político e ideológico sem precedentes. A contenção de um campo pelo outro era o principal objetivo que tinham cada lado dos blocos que se formaram, uma vez que “tudo se reduz ao enfrentamento de dois blocos, tudo se ordena em relação a um ou outro dos dois polos” (RÉMOND, 1993, p. 151). Para executar tal objetivo os EUA anunciaram durante a Conferência Econômica de Moscou, a política da Doutrina Truman que segundo Pereira e Visentini (2012) defendia o posicionamento de que os EUA deveriam fornecer auxílio a todos os países livres que passassem por algum tipo de ameaça de origem totalitária, auxílio este

¹Segundo o autor José Flávio de Sombra Saraiva a política da superpotência foi angariada em 1941 quando EUA tornou-se o centro do sistema internacional. “Em dezembro de 1941, os Estados Unidos uniram as duas guerras paralelas, a da Ásia e da Europa, em uma só. Transformavam-se, assim, no centro do mundo. Assumiam os norte-americanos a responsabilidade internacional de administrar a agonia europeia, a emergência do Japão na Ásia e a contenção do flanco oriental sob o controle da União Soviética. Nascia a política de superpotência: adequava-se, nos Estados Unidos, a supremacia econômica à vontade política de intervir de maneira planetária” (SARAIVA, 2007, p. 181).

que significava a “concessão de ajuda americana para a reconstrução europeia” (PEREIRA; VISENTINI, 2012, p. 189-190). Como desdobramento da Doutrina Truman, em 1948, com a finalidade de conter a influência do socialismo na Europa e a eventual adesão dos países da região ao campo socialista, foi aplicado um pacote econômico para a reconstrução dessa região chamado de Plano Marshall que “concedia aos governos europeus empréstimos a juros baixos, para que eles adquirissem mercadorias dos EUA” (PEREIRA; VISENTINI, 2012, p. 190).

Por outro lado a União Soviética adotou como tática de defesa em relação ao cerco capitalista, o estabelecimento da cooperação econômica entre os países sob sua influência por meio do Conselho para Assistência Econômica Mútua (Comecon). Nesse contexto de polarização que marcou o início da chamada Guerra Fria, cada região do planeta era vista como uma peça em um jogo de xadrez. A América Latina, por exemplo, após a eclosão da Revolução Cubana, ganhou status de prioridade aos Estados Unidos, uma vez que, até então na visão dos norte-americanos, a região tinha um papel secundário, pois já era uma região garantida de sua influência. Ao mudar seu olhar sobre América Latina, os Estados Unidos tinham o intuito de manter sua hegemonia no sistema internacional. Como estratégia para impedir a expansão da União Soviética nos países da América Latina, Estados Unidos aplicaram a Doutrina de Segurança Nacional que “era uma prática de contra-insurgência, onde Estados Unidos treinou e financiou Forças Armadas latino-americanas no combate à “subversão social” [...] os militares assumiram o poder pela força das armas e instalaram ditaduras ferozes, sempre com o respaldo norte-americano” (CANEPA; OLIC, 2004, p. 19).

Não demorou muito para que no plano militar surgissem duas alianças militares, em 1949, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e em 1955, o Pacto de Varsóvia, ambas representando respectivamente EUA e União Soviética.

A Otan reuniu, aos Estados Unidos e ao Canadá, todos os Estados da Europa Ocidental, com exceção dos países neutros de economia capitalista. O Pacto de Varsóvia, criado em 1955 pela União Soviética, agrupou o conjunto dos países-satélites. [...] Os sistemas antagônicos de alianças militares cimentaram a divisão do continente em blocos geopolíticos rivais e consolidaram a fronteira estratégica que, durante a Guerra Fria, separou a Europa Ocidental da Europa Oriental (MAGNOLI, 2004, p. 102).

Esse foi o contexto do primeiro passo da ordem internacional pós-Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria (1945-1989) marcada pela divisão do mundo em dois campos antagônicos e cujo termo “foi cunhado em abril de 1947 por Bernard Baruch, estadista norte-americano, para definir a crescente tensão entre EUA e URSS, cujos antecedentes eram anteriores ao final da Segunda Guerra Mundial” (PARKER, 2000, p. 292). Essa clara divisão

deu início a disputa pela hegemonia mundial que culminou em uma nova configuração de equilíbrio de poder, conhecida como o período da bipolaridade “em que um de dois lados segue a política de impedir que o outro alcance uma situação de preponderância militar” (BULL, 2002, p. 122) e com o exercício da prática da política de contenção, já que “o mundo nunca foi bipolar porque dois blocos se opuseram um ao outro, mas devido à preeminência dos líderes dos blocos [...] Assim, dizia-se que a dissolução dos blocos assinalava o fim da bipolaridade” (WALTZ, 2002, p. 180). Esse período se seguiu do final da Segunda Guerra Mundial até o início da década de 1990.

Nesse período era inevitável o pressentimento que não era impossível que uma possível terceira guerra mundial fosse anunciada a qualquer momento. A época da Guerra Fria, apesar de não ter tido um confronto militar direto entre os EUA e União Soviética, não significou que foi uma fase de paz no qual cada qual buscava cuidar do seu lado do bloco. Tivemos o desenvolvimento da corrida armamentista e espacial entre EUA e União Soviética. O receio que houvesse novas explosões de bombas atômicas como acontecera no último ano da Segunda Guerra Mundial era muito forte. Contudo, na Guerra Fria o objetivo parecia diverso, já que os dois lados possuíam armas nucleares e o conhecimento das consequências para o futuro das gerações caso fossem utilizadas, uma vez que segundo Weiner (2008, p. 97) o presidente norte-americano Dwight D. Eisenhower acreditava que não haveria um ataque com bomba nuclear aos Estados Unidos por parte da União Soviética porque ninguém estaria disposto a pagar um preço tão alto para vencer uma guerra de proporções globais como a Guerra Fria.

O desafio de Eisenhower era confrontar a União Soviética sem iniciar a Terceira Guerra Mundial ou sem subverter a democracia americana. [...] Ele decidiu basear sua estratégia em armas secretas: bombas nucleares e ações confidenciais. Era bem mais barato do que as frotas de caças e flotilhas de porta-aviões de muitos bilhões de dólares. Com suficiente poder de fogo nuclear, os Estados Unidos poderiam impedir que os soviéticos iniciassem uma nova guerra mundial – ou vencer a guerra se ela ocorresse. Com uma campanha global de ações secretas, os Estados Unidos poderiam impedir a disseminação do comunismo – ou, como proclamava publicamente a política de Eisenhower, fazer os russos recuarem. [...] Em agosto de 1953, quando a União Soviética testou suas primeiras armas de destruição em massa [...] Eisenhower cogitou se deveria lançar um ataque nuclear total contra Moscou antes que fosse tarde demais. [...] os Estados Unidos não conseguiam saber se Moscou tinha uma ou mil armas nucleares. (WEINER, 2008, p. 96-97).

A Guerra Fria foi marcada por alguns conflitos regionais como a Guerra da Coreia (1950-1953) que, segundo Paik (2010, p. 61) foi a primeira classificada como uma “guerra quente” no âmbito da Guerra Fria e que deixou rastros em todos os cantos do sistema internacional. Assim como aconteceu com a Alemanha, a Coreia também foi dividida com o

final da Segunda Guerra Mundial, fato responsável pela formação da Coreia do Sul, representando o lado capitalista e a Coreia do Norte, representando o lado socialista. O estopim para a guerra foi a intenção do governo norte-coreano de ver o país novamente unificado e, neste sentido atacando o lado sul-coreano.

O sistema da Guerra Fria, como era conhecido entre 1948 e 1989, foi muitas vezes criticado por seus riscos inerentes no domínio da segurança. A corrida de armamentos em curso e o dilema de segurança inerente e insolúvel criaram um sentimento latente de incerteza. [...] Durante o conflito do Leste-Oeste, havia pelo menos uma narrativa útil sugerindo quem estava ao lado de quem, e por quê. O número de atores envolvidos foi limitado. Com poucas, mas notáveis exceções (1952/52 Coreia, 1958/61 Berlim, 1962 Cuba). (SEGBERS, 2011, p. 34, tradução nossa).

Com a dissolução da União Soviética, em 1991, os Estados Unidos emergiram no sistema internacional como a única superpotência. Na realidade, os EUA já vinham trilhando o caminho de status de superpotência, uma vez que “os Estados Unidos haviam saído da Segunda Guerra Mundial como o país mais rico do mundo. Com 7% da população mundial, os americanos dominavam mais de um terço de toda produção do planeta e possuíam mais da metade das reservas de ouro” (PEDRO, 1997, p. 334). Contudo, não há nesse momento a presença de um outro país que figurava uma disputa de poder pela balança mundial, como foi na Guerra Fria, ou seja, o sistema internacional está sob a égide da unipolaridade, no qual Nye (2009, p. 353) observa que é “a estrutura de um sistema internacional em que um estado exerce poder preponderante. Alguns analistas referem-se à atual estrutura de poder militar como um sistema unipolar dominado pelos Estados Unidos”. Assim, nenhum outro país tinha capacidade para disputar tanto poder econômico como poder militar com EUA.

Dessa forma, teve início uma nova ordem mundial que fora assim designada pelo ex-presidente norte-americano George H. W. Bush pouco antes da dissolução da URSS (MAGNOLI, 2004, p. 195) e nessa nova ordem mundial quem era o inimigo? Não havia; o contexto é bem diverso da Guerra Fria, tanto que segundo Albuquerque (1992, p. 155) havia uma ideia errônea de que no sistema internacional não teríamos mais conflitos, pois o embate EUA e União Soviética tinha desaparecido. Todavia, a Guerra no Golfo Pérsico “trouxe implicações inesperadas para a ‘nova ordem mundial’” (ALBUQUERQUE, 1992, p. 151). Uma nova ordem mundial preenchida por incertezas e uma gama de conflitos regionais, pois “dos 116 conflitos que ocorreram entre o fim da Guerra Fria e o início do novo século, 89 foram puramente intraestatais (guerras civis) e outros 20 foram interestatais com intervenção estrangeira” (MIKAEL apud NYE, 2009, p. 197). A Guerra no Golfo Pérsico (1990-1991) foi um desses emblemáticos conflitos, que teve início quando Iraque invadiu o Kuwait.

Todavia, os fatos da gestão do presidente norte-americano George W. Bush deram início a novas transformações na ordem internacional. Os Estados Unidos sofreram o maior ataque terrorista de sua história, os ataques de 9/11 de 2001, ato reivindicado pelo grupo Al Qaeda que usou aviões com passageiros e tripulantes para atingir as duas torres gêmeas do World Trade Center, em Nova York – o que resultou na queda de ambas – e o Pentágono, em Washington. A partir de então os Estados Unidos adotaram o discurso de que aqueles que não estivessem com os Estados Unidos estariam contra eles; ao mesmo tempo em que começaram a Guerra no Afeganistão (2001), sob a alegação de que lá estaria Osama Bin Laden, em seguida Guerra do Iraque (2003), desta vez sob a alegação que o ditador Saddam Hussein estava produzindo armas de destruição em massa, tudo alinhado a uma nova postura dos Estados Unidos, a de se utilizar do unilateralismo:

Os atentados de 11 de Setembro de 2001 foram o marco para a mudança na conjuntura internacional da década de 2000 em relação aos anos 1990, uma vez que no plano geopolítico o governo George W. Bush ampliou o unilateralismo dos Estados Unidos, trazendo a guerra para o centro da discussão internacional – guerra no Afeganistão e no Iraque e a luta contra o terrorismo internacional –, ao mesmo tempo que adotou uma política monetária e fiscal expansionista que foi um dos elementos responsáveis pelo forte ciclo de crescimento da economia mundial entre 2003 e 2007 (taxa de 4,7% na média anual). (PINTO, 2011, p. 19).

De acordo com Pecequilo (2005) a partir dessa configuração surgiu na política externa dos Estados Unidos a Doutrina Bush:

Segundo essa doutrina, organizada em nove capítulos, “o único caminho para a paz e a segurança é o caminho da ação”. Os Estados Unidos devem reagir prontamente a ameaças a seus interesses e segurança por meio da prevenção e preempção (*preventive and preemptive action*). Afinal: Não podemos defender a América e nossos amigos esperando pelo melhor. Devemos estar preparados para derrotar os planos de nossos inimigos [...] A história julgará duramente aqueles que viram o perigo chegando e falharam em agir. No novo mundo em que entramos, o único caminho para a paz e a segurança é o caminho da ação [...] Devemos estar preparados para deter estados bandidos e seus clientes terroristas antes que se tornem adeptos a nos ameaçar ou usar armas de destruição em massa contra os Estados Unidos e seus aliados e amigos (NSS apud PECEQUILO, 2005, p. 395-396).

Diante disso, Samuel Huntington (2000) classifica a balança de poder mundial não como unipolar, mas sim Uni-multipolar por entender que de fato Estados Unidos são a superpotência com poder militar predominante, bem como um poder econômico exuberante. Contudo esse poder econômico não pertencia apenas aos Estados Unidos, pois a cada ano esse poder era compartilhado com outros países, tornando assim, na sua visão, o mundo unipolar em âmbito militar ao mesmo tempo multipolar economicamente. E acreditamos que assim permanece o sistema internacional.

Atualmente, o poder no mundo está distribuído em um padrão que se assemelha a um complexo jogo de xadrez tridimensional. No tabuleiro do alto, o poder militar é em grande parte unipolar e os Estados Unidos têm possibilidade de permanecer supremos por algum tempo. Mas, no tabuleiro do meio, o poder econômico já vem sendo multipolar há mais de uma década, com os Estados Unidos, a Europa, o Japão e a China como principais jogadores, e com outros países ganhando importância (NYE, 2012, p. 16).

A ordem internacional apresenta características de que o mundo está caminhando para uma multipolaridade, principalmente com o declínio aparentemente irremediável da “Pax Americana” na medida em que a supremacia militar dos Estados Unidos na região do Pacífico e seu domínio geopolítico na Ásia passa ser contestado, sobretudo pela China, com o advento do século XXI.

O Japão, os países que compõem a Asean (Associação das Nações do Sudeste Asiático) e a China desafiam o Ocidente de várias formas: contestam o direito de ingerência e os valores do liberalismo, da democracia e dos direitos humanos, negando serem universais e devolvendo-os ao Ocidente, e com isso dão novo alento ao Terceiro Mundo, abrindo-lhe perspectivas de desenvolvimento segundo os moldes asiáticos, à margem do controle do FMI e do BM – embora o Japão mantenha uma postura ortodoxa nesse particular. Expõem ao mundo seu dinamismo econômico e projetam uma ordem estribada em valores civilizatórios que podem vir a converter a geoeconomia antiocidental em geoestratégia antiocidental e a revelar ao Terceiro Mundo que desenvolvimento não tem a ver com democracia e direitos humanos. (SARAIWA, 2007, p. 321-322).

No ano de 2008, o sistema financeiro internacional foi acometido por uma crise financeira e econômica que atingiu, não apenas o mercado especulativo e imobiliário, como também as instituições financeiras dos países desenvolvidos, abalando a estrutura do capitalismo global, pois “o centro irradiador da crise é o próprio núcleo do sistema e não mais a periferia, como nos anos 1990. O estouro da bolha especulativa da Nasdaq, em 2000, foi o primeiro prenúncio de que a crise sistêmica tinha alcançado o centro do capitalismo” (CORSI, 2009, p. 21). Os países em desenvolvimento sentiram um efeito menor em suas economias. As origens da crise de 2008, “decorre de 30 anos de aplicação de políticas neo-liberais, em especial da desregulamentação dos mercados financeiros e das economias nacionais. Política que expressa os interesses do grande capital oligopolizado, que domina a economia mundial” (CORSI, 2009, p. 22).

Essa crise deu espaço para os chamados países emergentes despontarem no cenário internacional. De acordo com Sousa (2013, p. 75-76) o conceito de países emergentes está ligado ao processo da globalização, a mudança estrutural de poder que é responsável pelo caráter multipolar e multicêntrico do mundo, pois emergentes seriam os países “que estão aumentando sua presença e influência no cenário internacional” (SOUSA, 2013, p. 75, tradução nossa). Como um exemplo desses países emergentes está na formação do bloco do

BRICS, composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, que foi criado em 2009, na cidade de Yekaterimburg, na Rússia. Não há apenas esses países com destaque para o cenário internacional, a crise de 2008, uma crise financeira de alcance global, possibilitou a proliferação de um efetivo protagonismo econômico com Alemanha, Coreia do Sul, Japão, dentre outros, visto que, por exemplo, “vários países asiáticos, entre eles Coréia do Sul e a Índia, mas em particular a China, conseguiram [...] adotar projetos de desenvolvimento que lhes possibilitou uma inserção ativa no processo de mundialização do capital” (CORSI, 2009, p. 24). Para a governança global o principal efeito da crise de 2008 foram às mudanças provocadas em seus mecanismos.

Essa crise ativou um processo de transformação nos mecanismos de governança global: a perda de legitimidade do G-8, a ampliação das discussões substantivas para o G-20 e o reforço e capitalização do FMI, embora com incertezas com relação a seu papel futuro. Assim, em 15 de novembro de 2008 ocorreu a primeira cúpula de líderes do G-20 em Washington que visava a “restaurar o crescimento global” (G-20 2008, §1). Como atingir esse objetivo de amplo consenso seria o grande desafio (RAMOS, L. et al., 2012, p. 12).

Deste modo, tornou-se inevitável a participação desses países para uma evolução dos mecanismos de governança global. O debate sobre a governança, que aparentemente foi deixado de lado a partir dos ataques terroristas aos Estados Unidos em setembro de 2001, retomou seu lugar com a crescente participação de novos atores.

Um outro aspecto importante na corrosão do sistema de governança global estabelecido em Bretton Woods foi, além da já mencionada "Ascensão do Resto", conforme definida por Alice H. Amsden (2009), foi o esgotamento do ciclo econômico virtuoso que marcou a economia global no período 1945-1975. Conforme destaca Paulino (2018a),

Naquele período (1945-1975), a necessidade de reconstrução da economia global, nomeadamente da Europa, devastada pela guerra, a ascensão dos Estados Unidos como potência hegemônica global, do dólar como moeda de referência para as transações econômicas internacionais, e o aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores na Europa e nos Estados Unidos, decorrente de um novo modo de regulação da economia - o chamado "Estado do bem estar social" - haviam engendrado um ciclo econômico virtuoso. Tal ciclo traduziu-se em aumentos de lucros das empresas e da arrecadação de impostos pelos governos, bem como na implantação de inúmeros mecanismos de seguridade social. Não menos importante foi o surgimento, nesses primeiros anos de recuperação da economia mundial, de superávits comerciais recorrentes dos Estados Unidos em relação ao resto do mundo. Esses superávits comerciais dos Estados Unidos eram reciclados na forma de novos empréstimos "para que os países sob sua proteção continuassem a comprar produtos norte-americanos"². Enquanto esse mecanismo de reciclagem global dos excedentes funcionasse, não haveria risco de uma nova recessão nos Estados Unidos, como a de 1929.

² VAROUKAKIS, Y. O Minotauro Global. A verdadeira origem da crise financeira e o futuro da economia global. São Paulo: Editora Autonomia Literária, p.117.

Conforme destaca o autor, em meados década de 1960, esse ciclo começou a se esgotar. As taxas de lucros encolheram, a arrecadação de impostos também caiu e o chamado estado de bem-estar social começou a ruir. Os superávits comerciais dos Estados Unidos transformaram-se em déficits, que passaram a ser financiados pela emissão de dólares. A reação de alguns países, nomeadamente a França, contra essa inundação de dólares no mercado internacional foi ameaçar exigir dos americanos a troca desses dólares por ouro, conforme o compromisso estabelecido na Conferência de Bretton Woods, que havia estabelecido o padrão dólar-ouro. Impossibilitados de fazê-lo, os americanos se anteciparam e romperam unilateralmente, em 1971, com o padrão monetário dólar-ouro, transformando o dólar em moeda fiduciária, cujo "lastro" passava a ser a condição hegemônica dos Estados Unidos, ou seja, daí em diante "um dólar seria tão bom quanto...um dólar". A consequência imediata foi a desvalorização do dólar em relação às principais moedas, com consequências negativas para todos os que detinham ativos denominados na moeda americana, deflagrando, a partir daí, uma reação em cadeia que resultaria em outras crises, como as duas crises do petróleo (1973 e 1979), o choque de juros nos Estados Unidos (1979), e a subsequente crise da dívida na periferia do sistema capitalista (México, Argentina, Equador e Brasil) - o desarranjo, enfim, de toda a economia global.

Desta forma, há que se esclarecer que o sistema de Bretton Woods foi imposto pelos Estados Unidos, representando a vitória da hegemonia global norte-americana. Nesse tom as instituições advindas das Conferências de Bretton Woods, Dumbarton Oaks e São Francisco eram o escopo do desenho traçado pelos Estados Unidos nos moldes de como a governança global deveria ser. Deste modo, a governança global foi marcadamente americana. Entretanto, atualmente os Estados Unidos veem sua hegemonia ser contestada aos poucos, pelo crescimento do peso econômico de países em desenvolvimento, sobretudo com a ascensão da China ao cenário internacional.

Naturalmente, com a emergência de novos atores no cenário e decisões internacionais que tais países queiram reivindicar por uma nova estrutura de governança global que os inclua nas decisões de governabilidade internacional.

Para demonstrar que instituições multilaterais necessitam de uma reforma para atender uma governança que tende a ser multipolar, entre Organização Mundial do Comércio, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional cuja origem foi justificativa para ser “criada para monitorar as políticas econômicas nacionais e oferecer financiamento para equilibrar os balanços de pagamentos de países em situações de risco” (EICHENGREEN, 2000, p. 131) – apesar de que, na realidade tanto Banco Mundial como o Fundo Monetário Internacional

foram utilizados como métodos para controlar países em desenvolvimento, por exemplo, com países da África e América Latina que se encontravam em dificuldades com suas contas externas, na década de 50 –. Escolhemos o campo da Organização das Nações Unidas (ONU), em especial seu instrumento jurídico, Carta da ONU, bem como seu Conselho de Segurança como cenário para visualizarmos que a governança precisa mudar para atender a nova realidade sistêmica. Como já afirmou Cruz (2017, p. 50) o projeto da ONU foi elaborado nas pranchetas sob a insígnia do Departamento de Estado norte-americano.

2.2 A Organização das Nações Unidas (ONU)

No ano de 1945, sob os auspícios da Conferência de São Francisco, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU). Essa nova organização, como o resto de todo o sistema de governança global criado no Pós-Guerra, foi pensada como uma estrutura piramidal tendo no topo da pirâmide os Estados Unidos. Seu histórico é proveniente da extinta Liga das Nações, instituída em 1919 na Conferência de Paz, a qual tinha por finalidade dar garantias mútuas de independência política e de integridade aos grandes e pequenos Estados (PELLEGRINO, 1988, p. 60). Entretanto a Liga das Nações ruiu ao tramitar ao plano prático, visto que “cada morto em combate fazia recordar a incapacidade da organização de garantir a paz, com as limitações que o idealismo do Pacto lhe impunha” (GARCIA, 2011, p. 161).

A organização de caráter universal e multilateral só conseguiria manter esses pilares se “contasse com a colaboração das grandes potências, mas ela não poderia ser composta apenas pelos grandes, pois o espírito da nova organização deveria ser universal, contando com o maior número de Estados, eventualmente a totalidade” (MARQUES, 2005, p. 83-84). Atualmente a ONU possui 193 países membros³, que se propuseram a cumprir os propósitos da organização, que segundo o ABC das Nações Unidas (2011, p. 02) são o de buscar a preservação da paz e da segurança internacional, trabalhar em prol para que as relações entre os países sejam as mais cordiais, para que seja possível desenvolver um nível de cooperação que seja capaz de solucionar os principais problemas da conjuntura internacional, priorizando o respeito aos direitos humanos e liberdades fundamentais, já que a ONU visa ser um centro no qual os países possam colocar em pauta seus objetivos em comum. Obviamente a ONU

³ De acordo com dados disponíveis no site Nações Unidas Brasil. Países-membros. Disponível em: <<<https://nacoesunidas.org/conheca/paises-membros>>>. Acesso em: 09 set. 2017.

está muito longe de ser essa organização benemerente como descrito acima. Comandada a partir de cima, pelos Estados Unidos e seus aliados europeus, a ONU curva-se docilmente às imposições americanas. Prova disso foi o vergonhoso ataque à Líbia, realizado pela França e Inglaterra, em 2015, a mando dos Estados Unidos, sob o hipócrita argumento do "dever de proteger" introduzido na carta da ONU em seu aniversário de 60 anos, com a anuência de todo o Conselho de Segurança e a omissão da China e da Rússia.

Seu funcionamento é dividido em seis órgãos principais: Assembleia Geral, Conselho de Segurança, Conselho de Tutela, Conselho Econômico e Social, Secretariado e Corte Internacional de Justiça (ARTIGO 7º, §1 DA CARTA DA ONU, 2001, p. 09), sendo na Assembleia Geral o órgão onde se encontram todos os seus países membros (ARTIGO 9º, §1 DA CARTA DA ONU, 2001, p. 10) “no qual cada Estado tem direito a um voto exclusivo. As decisões sobre questões mais importantes, como aquelas que dizem respeito à paz ou à admissão de um novo membro, exigem dois terços dos votos para serem aprovadas.” (MARQUES, 2005, p. 93). Depois da Assembleia Geral, um dos órgãos que mais tem importância devido as suas práticas e decisões internacionais é o Conselho de Segurança, cuja configuração já foi definida pela Carta da ONU, com base na conjuntura da ordem da Guerra Fria, pois como já afirmava Morgenthau (2003, p. 900) “a nova ONU é filha da Guerra Fria, nascida do conflito entre Leste e Oeste”. Deste modo, é formado por quinze países membros, sendo cinco com assento permanente EUA, Rússia (antiga ex-URSS), França, Reino Unido e China, com direito à veto nos momentos das votações, cabendo aos demais um assento provisório e rotativo eleitos para um período de mandato de dois anos sem direito à veto (ARTIGO 23, §§1 e 2 DA CARTA DA ONU, 2001, p. 17). Uziel (2010) classifica os componentes do Conselho de Segurança da seguinte forma:

1) grandes potências, que ocupam os assentos permanentes no CSNU (EUA, Rússia, China, Reino Unido e França, ditos, em conjunto, P-5) e que desfrutam de poderes especiais na Organização; 2) potências médias, que, por seu peso político, econômico ou contribuições para missões de paz, têm a possibilidade de influenciar decisões ou de coordenar grupos que as influenciam (incluiriam Brasil, Argentina, México, Índia, Paquistão, Japão, África do Sul, Nigéria, Egito, Alemanha, Itália, Espanha, entre outros); 3) pequenas potências, que, mesmo quando integram o Conselho, têm poucas possibilidades de fazer a diferença no processo decisório (UZIEL, 2010, p. 29).

Quanto à sua estrutura institucional é composta por diversas agências como, por exemplo, a Organização das Nações Unidas para Ciência, Educação e Cultura (UNESCO), a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO); programas e fundos, que são os casos do Programa das Nações Unidas

para o Meio Ambiente (PNUMA), Conferências das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), bem como comitês, comissões, órgãos subsidiários, institutos de pesquisa, departamentos e escritórios que formam junto com organizações associadas, caso da Organização Mundial do Comércio (OMC), o chamado sistema ONU. Ou seja, “um sistema de instituições que, com base na Carta de São Francisco, constrói gradativamente o *corpus* jurídico regulador da vida internacional” (CORRÊA, 2012, p. 33) e, no qual Rosenau (2008) afirma que é uma parte de extrema importância para os rumos da governança global, já que trata de muitas pautas da agenda de governança global, além de ser um de seus importantes meios de atuação, junto com outros atores tanto estatais como não estatais. Nesse sentido “a governança, em outras palavras, abrange as atividades dos governos, mas também inclui todos os atores que exploram mecanismos de comando para fazer demandas, enquadrar metas, diretivas de problemas e prosseguir políticas” (ROSENAU, 2008, p. 145, tradução nossa).

Nesse tocante, como visto anteriormente, a atual governança aplicada no sistema das Nações Unidas (bem como em demais instituições) está atrelada aos ideais e as configurações geopolíticas e geoeconômicas referentes à época da Conferência de Bretton Woods, não atendendo às necessidades do atual cenário internacional, com uma maior participação dos países na conjuntura internacional bem como no declínio da força exponencial dos EUA.

Esse questionamento de que a governança global está parada em Bretton Woods - ou seja, as origens dos fóruns relevantes para a discussão e encaminhamento dos grandes problemas econômicos e políticos internacionais surgiram de Bretton Woods e São Francisco - tem alguns exemplos dentro das Nações Unidas, o que é o caso da formação do Conselho de Segurança. Note que a Carta das Nações Unidas determinou e legitimou sua formação, ou seja, os assentos permanentes foram destinados aos atores mais poderosos e relevantes com o fim da Segunda Guerra Mundial, e após a queda do Muro de Berlim (1989) buscou-se “preservar os pilares da ordem mundial com modificações estruturais resultantes na unipolaridade após a extinção da URSS em 1991, salvaguardando o *status quo*” (CASTRO, 2016, p. 489). Portanto, o Conselho de Segurança deveria ser mais representativo no sentido de ampliar os assentos permanentes, assim como rever o uso indiscriminado do veto que é usado em prol mais dos próprios interesses dos países do que seguir a orientação dos princípios e propósitos das Nações Unidas, comprometendo desta forma, a efetividade de uma governança mais equitativa, porque por mais que as Nações Unidas queiram agregar a maior quantidade de países membros – conforme apontado anteriormente –, no fim o que é as Nações Unidas senão “um instrumento de governo internacional pelas grandes potências [...]

O governo internacional das Nações Unidas passa a ser, portanto, idêntico ao governo internacional do Conselho de Segurança” (MORGENTHAU, 2003, p. 870).

Claro que a Carta das Nações Unidas não atribuiu poder de decisão apenas ao Conselho de Segurança, a Assembleia Geral também é dotada dessa função, contudo, “a Carta atribuiu ao Conselho, no artigo 24, ‘a principal responsabilidade na manutenção da paz e da segurança internacionais’.” (BAUMBACH, 2014, p. 32). Mas afinal, para quem é essa segurança? Esse sistema realmente é benéfico para a maioria?

A razão dessas questões vem de dois momentos do Conselho de Segurança que colocou em pauta a legitimidade das Nações Unidas na governabilidade mundial. O primeiro momento foi com a resolução referente ao conflito em Kosovo (1999), no qual no momento da votação sobre intervir ou não, Rússia e China usaram o mecanismo do veto para impedir tal ação, acontece que, mesmo com a reprovação no Conselho, a OTAN – que continuou em atividade após o conflito da Guerra Fria – foi acionada por EUA, França e Reino Unido para exercer uma ação unilateral de intervenção em Kosovo, como se nada tivesse sido analisado e discutido no âmbito das Nações Unidas.

Kosovo é um caso difícil. Debates em torno e ao redor do Conselho foram sobre a propriedade de intervenção humanitária sem autorização explícita, e é claro que as considerações legais não eram determinantes. Várias justificativas legais para a ação podem ser (e foram) postadas, que vão desde um direito consuetudinário de intervenção humanitária, combinado com uma leitura restrita do artigo 2.º, n.º 4, da Carta das Nações Unidas, proibição do uso da força, a amplas leituras das resoluções do Capítulo VII aprovadas meses antes da campanha da OTAN (Resoluções 1160, 1199 e 1203), combinadas com o endosso tácito após o fato (Resolução 1244). Os contra-argumentos fortes para cada reivindicação podem ser (e foram) feitos; de fato, o peso da opinião acadêmica é que nenhuma das justificativas passou a reunir e, portanto, a intervenção violou o direito internacional. No entanto, há muito nos debates para sugerir que o discurso jurídico não era irrelevante e que as consequências da intervenção só podem ser explicadas em termos de interação do poder obrigatório, institucional e produtivo. (JOHSTONE, 2005, p. 197, tradução nossa).

Outro momento foi com a resolução também sobre intervir ou não, só que desta vez na Líbia (2015), no momento da votação algo parecido ao momento de Kosovo aconteceria, contudo, para não provocar uma ruptura de legitimidade maior do que as Nações Unidas já vinham sofrendo, Rússia e China não exerceram o mecanismo de veto. A intervenção aconteceria com ou sem a aprovação do Conselho. Logo a intervenção aconteceu sob a bandeira das Nações Unidas.

Esses dois exemplos demonstram como é necessária uma mudança eficaz que atenda as atuais demandas do sistema internacional, que segundo Magalhães (1995) possui uma pluralidade maior de países, empresas multinacionais e transnacionais tanto com poder

econômico e político, que participam bem mais das decisões da ordem internacional do que ver apenas os países tradicionais como EUA, França, Reino Unido etc.

Todavia, para que haja uma mudança na configuração do Conselho de Segurança é necessário que aconteça a reforma de seu instrumento fundador, a Carta das Nações Unidas, porque “a Carta pede revisão, por todas as razões. Não fazer nada além de debater, fazer pouco ou fazer aos poucos significa pavimentar o caminho para a fragilidade da ONU. E o que se pede é exatamente o contrário, seu fortalecimento” (SOARES, 2010, p. 21). A proposta de reforma da Carta das Nações Unidas propõe que sejam ampliados os assentos permanentes e não permanentes.

Países como Brasil, Alemanha, Japão e Índia ascenderam a uma posição de importância econômica e social que recomendaria sua inclusão entre os membros permanentes. A ampliação se justificaria, até, pela multipolarização do sistema político internacional, não mais dividido em duas ideologias conflitantes, ou em dois sistemas antagônicos de ordem pública, mas em diversos centros culturais e econômicos, dentre os quais têm expressão os países emergentes que traduzem aspirações comuns de comunidades nacionais não industrializadas ou em vias de desenvolvimento, ao lado das que já se afirmaram como potências econômicas influentes, como a Alemanha e o Japão com responsabilidades compatíveis com a nova situação que desfrutam, soterrado o estigma de países vencidos na Segunda Grande Guerra e considerados inimigos na acepção dos arts. 53 e 107 da Carta (MAGALHÃES, 1995, p. 153).

Logo, uma reforma na Carta das Nações Unidas é válida para adequar todos os níveis de seu funcionamento diante da demanda da nova realidade sistêmica, entretanto, ao que tudo indica, os países que já possuem um assento permanente não estão dispostos a dividir sua fatia de poder na organização, pois pensam da seguinte maneira:

Embora apregoe apoiar a inclusão de membros permanentes, desde que originários de países em desenvolvimento (em especial, da África, o que enfraqueceria a credibilidade de sua oposição), não esconde sua objeção a uma reforma que possa resultar na atribuição de assento permanente ao Japão. [...] a entrada do Japão seria vista pela China como desequilibrando ainda mais a repartição de poder dentro do Conselho em favor dos EUA. [...] os EUA e a Rússia, prestam apoio moderado, qualificado por alertas ou condicionantes quanto a manter a reforma dentro de certos limites (numéricos, sem restrição ao uso do veto, métodos de trabalho decididos só pelo CSNU) (TARRAGÔ, 2010, p. 34-35).

Assim, o que parece é que a decisão sobre a reforma do Conselho de Segurança está nas mãos dos países com assento permanente, cuja possibilidade poderia ser feita através de “renúncia voluntária - o que é improvável - ou pela adoção de mecanismos alternativos que produzissem o mesmo efeito da deliberação Unidos para a Paz, [...] para superar a paralisia do Conselho de Segurança, então incapacitado de resolver a crise gerada pela guerra da Coreia” (MAGALHÃES, 1995, p. 154).

Portanto, o sistema das Nações Unidas, um relevante fórum de discussão da governança global deve passar por uma reforma, principalmente no tocante a sua carta fundadora, a Carta da ONU e seu Conselho de Segurança. Acreditamos que a reforma, desde que realizada com a anuência de todos os países e não apenas com as imposições de um grupo de países, ajudaria no processo de evolução da governança global. Abaixo seguiremos discutindo qual seria esse caminho.

2.3 Sistema Contemporâneo de Governança Global

Como visto, a estrutura da governança global teve suas bases nos acontecimentos pós II Guerra Mundial, especialmente com as Conferências de Bretton Woods e São Francisco que moldaram um sistema de governabilidade internacional, a partir da intencionalidade dos Estados Unidos, ou seja, esse sistema foi projetado para manter os norte-americanos no topo da pirâmide do sistema internacional.

A governança global está presente nos dias atuais e, essa governança é a mesma construída nos auspícios da Organização das Nações Unidas, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, entre outros. Apesar de hoje termos uma conjuntura global diversa ao período da Guerra Fria, ainda é a governança dessa época que impera na atual arquitetura global. Com o aparecimento de uma quantidade maior de países com voz nas decisões internacionais, em detrimento de um aparente enfraquecimento do poder dos Estados Unidos, requer que seja injetada na governança uma nova dinâmica que atenda a nossa atual realidade sistêmica.

Entretanto, modificar uma estrutura de governança global que está em operação por um longo período não é uma tarefa simples e rápida. Por isso, Ocampo (2016, p. 11) sugeriu seis critérios para alavancar uma melhor estrutura de governança global que atenda à nova realidade sistêmica que se tornou disfuncional para países emergentes, mas que atende às necessidades dos atores tradicionais como Estados Unidos, Inglaterra, França. Isso em grande parte porque o modo como o sistema das decisões e avaliações internacionais foi estabelecido - cada país, um voto - pode ser ignorada pelos atores mais poderosos, bem como as relações econômicas ainda são regidas pelo princípio “um dólar, um voto” (OCAMPO, 2016, p. 12) e, portanto advém a necessidade de mudar o que já está construído com o intuito de aprimorar os mecanismos de governança global.

(i) princípios fortes de subsidiariedade; (ii) dependência de uma rede densa de instituições globais, regionais e nacionais; (iii) dependência de órgãos de decisão pequenos mas representativos que ajudem a superar a tensão entre inclusão e eficácia; (iv) participação equitativa dos países em desenvolvimento na tomada de decisões; (v) instrumentos eficazes de monitoramento de compromissos internacionais, que devem garantir o cumprimento no caso de GPGs, normas que garantam o tratamento diferenciado dos países em desenvolvimento e mecanismos de responsabilização não vinculativos - tais como avaliações parciais ou comitês, como os que foram criados para a implementação de convenções internacionais em direitos humanos - e (vi) garantia da coerência do sistema. (OCAMPO, 2016, p. 27, tradução nossa).

Para Ocampo (2016, p. 11) uma melhor estrutura de governança global reconhece a capacidade que cada Estado nacional possui de tomar decisões ao mesmo tempo em que fornece condições de igualar às vozes de países desenvolvidos e em desenvolvimento em foros e instituições multilaterais que servem como um mecanismo de “sistema de cooperação internacional mais efetivo quanto mais equilibrado em termos de relações de poder” (OCAMPO, 2016, p. 11, tradução nossa). Relações de poder que mudaram significativamente com o deslocamento do eixo da balança de poder da unipolaridade, representada pelo poderio financeiro e militar incontestável dos Estados Unidos, mas aos poucos superado por uma nova configuração de poder de caráter multipolar, representado pela emergência de potências de menor porte, mas com grande influência regional, pois “o centro decisório se dispersou por várias nações, ou grupo de nações; a potência militarmente dominante – os Estados Unidos – passou a dividir o poderio econômico, com a Alemanha, o Japão” (FAUSTO, 2004, p. 554), além da China.

Nesse sentido, a percepção de que a ordem sistêmica vem ganhando novos ares encontra dois direcionamentos, principalmente baseados diante do raciocínio desenvolvido por Saraiva (2007, p. 32-322), conforme demonstrado anteriormente. O primeiro pelo questionamento que é feito pelos demais países na arquitetura internacional, acerca do universalismo ocidental (democracia eleitoral e economia de mercado) ditado pelos Estados Unidos, pois esse não seria o único caminho para se obter êxito econômico, tendo em vista que tais premissas não precisam ser necessariamente seguidas. A China não é uma democracia eleitoral e nem uma economia de mercado e, ainda assim, já é segunda maior economia do mundo e ocupa lugar de destaque nas estruturas produtivas globais, na medida em que, graças à crescente globalização da produção e da onipresença das chamadas cadeias globais de valor, assistiu-se a um intenso processo de transferência das atividades industriais no sentido Norte-Sul. Na verdade os “novos atores procuram utilizar sua nova e crescente importância econômica para redefinir as regras de governança global, tendo por objetivo a construção de uma ordem inclusiva e multipolar” (PAULINO; PIRES, 2012, p. 15).

A ascensão dos países emergentes como um grupo tem apresentado significativos impactos no sistema internacional, liderado pelo Ocidente, e também mudanças profundas nas estruturas de governança global. No processo de buscar estabelecer uma nova ordem política e econômica internacional, a cooperação entre os países em desenvolvimento tem uma perspectiva ampla e apresenta enormes potenciais, mas há um longo caminho a percorrer se quiserem se tornar verdadeiros membros importantes da governança global (ZHIWEI, 2012, p. 103).

Para tanto, esses países buscam desenvolver novos mecanismos de governança global que sejam mais condizentes com seu novo peso no cenário internacional, como por exemplo, a criação do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul); do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul); da Organização para Cooperação de Xangai; assim como a solicitação por reformas nos foros multilaterais, como na Organização das Nações Unidas (ONU), no Fundo Monetário Internacional (FMI), na Organização Mundial do Comércio (OMC). Contudo tais reformas enfrentam barreiras para serem implementadas. Stiglitz (2008, p. 310-311) faz dois apontamentos muito relevantes nesse tocante, procurando demonstrar que a alegação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional de que as inadequações de governança nos países em desenvolvimento é que são os responsáveis pelos problemas de desenvolvimento é falsa: “o que essas instituições internacionais têm de falar sobre questões de governança, quando sua própria governança é tão defeituosa?” (STIGLITZ, 2008, p. 310, tradução nossa). O segundo apontamento de Stiglitz (2008) está no caráter da falta de oportunidade não ofertada aos países em desenvolvimento, de participar dos debates que construirão o texto base das reformas, que visam justamente alinhar política e economia aos atuais momentos do sistema internacional.

Por que, quando os líderes do mundo se reúnem para discutir futuras reformas econômicas, não estão à mesa a China, a Índia, o Brasil ou os representantes de países mais pobres? Qual é o princípio de seleção, além do acidente histórico, que deixaria de fora algumas das economias mais populosas e maiores do mundo? (STIGLITZ, 2008, p. 311, tradução nossa).

Já que esses países não estão na mesa de negociações das reformas econômicas, é possível que eles construam mecanismos de governança global, isolando atores tradicionais como Estados Unidos? Aparentemente, a criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII) vem como uma resposta ao apontamento. Ao que tudo indica, mecanismos como esses servem de estímulo para provocar mudanças na governança global. Entretanto é possível construir uma governança apenas com os países em desenvolvimento, sem a participação, por exemplo, dos Estados Unidos? A resposta é negativa. É necessário afirmar que no atual momento não é possível construir uma governança global alinhada à

atual realidade sistêmica apenas com os países em desenvolvimento. Os Estados Unidos permanecem como o *hegemon* e devem continuar por mais um período nessa posição, já que:

Com o sistema multipolar está emergindo com a ascensão da China, Índia e outros... A mudança sem precedentes na riqueza relativa e poder econômico de Oeste para Leste continuará. Os Estados Unidos vão continuar a ser o único país mais poderoso, mas será menos dominante. (NATIONAL INTELLIGENCE COUNCIL apud HAO, 2010, p. 03, tradução nossa).

Deste modo, a governança global possui um grande desafio para a construção de sua evolução. Os novos mecanismos de governança global surgem para ajudar nesse processo, todavia somente isso não é suficiente. É preciso que a estrutura mude no seu ordenamento, por isso às reformas possuem um caráter muito essencial, mas a mudança só acontecerá se, conforme discutido, seja ofertado a oportunidade de todos participarem da redação de tais reformas, principalmente com a devida participação dos países em desenvolvimento. No próximo capítulo, veremos como a política externa da China participa e contribui para o sistema de governança global.

3 POLÍTICA EXTERNA CHINESA E SEUS DESDOBRAMENTOS SOBRE O SISTEMA DE GOVERNANÇA GLOBAL

3.1 Introdução

A política externa da China ao longo dos quase 70 anos que nos separam daquele já longínquo primeiro de outubro de 1949, quando do alto de um palanque instalado na Praça da Paz Celestial Mao Tsé-tung anunciou a criação da República Popular da China, pode ser dividida em dois períodos distintos que correspondem, grosso modo, às duas fases pelas quais a China passou em seu esforço de encontrar o caminho do desenvolvimento. O primeiro corresponde à chamada “fase socialista” que se estende de 1949 a 1978, sob o comando direto de Mao Tsé-tung. O segundo à fase de reforma e abertura que se inicia, em 1978, sob o comando de Deng Xiaoping e estende até os dias de hoje.

Da mesma forma que não é correto cavar um abismo entre a fase socialista (1949-1978) e a fase de reforma e abertura, iniciada em 1978, quando o assunto é desenvolvimento econômico, uma vez que as bases para o desenvolvimento atual da China já haviam sido estabelecidas na primeira fase, sob o comando de Mao Tsé-tung, também não é possível estabelecer um corte radical entre as políticas externas dos dois períodos, uma vez os princípios norteadores da política externa da China estabelecidas em 1949, são os mesmos que prevalecem até hoje.

Segundo Paulino (2017, p. 179):

Ciente de quanto as inúmeras agressões sofridas em sua história limitaram seu desenvolvimento, a República Popular da China sempre deu ênfase à paz como elemento central para a continuidade de seu desenvolvimento, o respeito à soberania nacional com princípio básico de seu relacionamento com o resto do mundo, e a defesa da integridade de seu território como principal objetivo.

Ainda de acordo com o autor, “tal visão de política externa foi estabelecida logo nos primeiros anos de fundação da Nova China, e consubstanciada nos chamados ‘Cinco Princípios de Coexistência Pacífica’” (PAULINO, 2017, p. 179).

Os cinco princípios da coexistência pacífica, que viriam nortear a política externa da China nas décadas seguintes, foram propostos pela primeira vez, em 1953, por ocasião da visita a Pequim por uma delegação indiana para discutir o relacionamento entre os dois países em questões relacionadas ao Tibete. Eram os seguintes: 1) Respeito à integridade territorial; 2) Não agressão mútua; 3) Não Interferência em negócios internos de cada país; 4) Igualdade

e benefícios recíprocos e 5) Coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes.

Este padrão de conduta internacional foi, desde então, norteador da diplomacia chinesa. Isso não quer dizer que a política externa da China tenha se mantido a mesma ao longo destes últimos setenta anos. Apenas denota o fato de o ponto central da política externa da China, fruto de sua experiência histórica marcada por mais de um século de agressões externas, desde as Guerras do Ópio, em 1839, até a invasão japonesa, em 1937, tem sido a preservação de sua independência e integridade territorial. A ideia de que a China jamais voltará a comer os frutos amargos que lhe foram impostos por potências estrangeiras no passado é uma tônica presente no discurso de todas as lideranças chinesas ao longo dos últimos 70 anos, de Mao Tsé-tung até Xi Jinping. No discurso de abertura do 12º Congresso Nacional do PCC, em setembro de 1982, Deng Xiaoping afirmou: “Nenhum país estrangeiro deve esperar que a China seja seu vassalo ou vá aceitar qualquer coisa que seja prejudicial aos seus próprios interesses” (PAULINO, 2017, p. 180). Na mesma linha, o Presidente Xi Jinping, em discurso na 3ª Sessão de Estudo Coletivo do Birô Político do 18º Comitê Central do PCC, em 28 de janeiro de 2013, afirmou: “Nenhum país estrangeiro deve esperar que engulamos os frutos amargos que prejudiquem nossa soberania e interesses de desenvolvimento” (PAULINO, 2017, p. 180).

3.2 A República Popular da China (RPC)

Antes de tudo, há que se ter em conta que “a China é uma civilização: mais do que um estado-nação, no sentido que atribuímos ao termo no Ocidente. A China é, antes de tudo, um estado-civilização, com mais de cinco mil anos de história e uma poderosa herança cultural” (PAULINO, 2012, p. 126) e, portanto, trata-se de um país de forma e semblante peculiar, cuja formação de seu Estado remonta 2.200 anos, época do imperador Qin Shihuan responsável pela implantação do sistema de escrita através dos ideogramas (ENCICLOPÉDIA DO MUNDO CONTEMPORÂNEO, 2000, p. 197).

A construção do Estado chinês, sob o pilar do socialismo decorrente do período da Guerra Fria⁴ aconteceu com a ascensão de um dos líderes mais importantes da história chinesa ao poder, Mao Tsé-tung (1893-1976), em 1949, momento em que também foi fundada a

⁴ De acordo com Hobsbawn “O socialismo do tipo soviético se pretendia uma alternativa global para o sistema mundial capitalista” (HOBSBAWN, 1995, p. 246).

República Popular da China (RPC) (NAUGHTON, 2007, p. 57) e, desde então é administrada pelo Partido Comunista Chinês (PCC).

Em linhas gerais, antes de 1949, alguns importantes acontecimentos da história chinesa colaboraram para que o território chinês enfrentasse algumas transformações e dificuldades. Durante a época da China Imperial 1600-1911, por exemplo, o país já teve seu território invadido nas Guerras do Ópio - constituída de duas fases, sendo a primeira de 1839-1842 e a segunda de 1856-1860 -; durante a primeira Guerra Sino-Japonesa 1894-1895; na Revolução dos Boxers 1898-1901, isso apenas como título de exemplo.

A Guerra do Ópio foi um dos principais acontecimentos da época para os chineses que enfrentaram o país potência do momento, a Grã-Bretanha, que pretendia que o ópio produzido na Índia e comercializado pelos mercadores ingleses tivesse livre acesso ao seu território. Estava ali em jogo o acesso às rotas marítimas e comerciais, uma vez que, a porta de entrada foi a Índia que era o ponto central de acesso ao Extremo Oriente, tanto para o tráfico de drogas como demais atividades de cunho lucrativo (HOBSBAWN, 2010a, p. 179-180).

A Guerra do Ópio de 1839-1842 demonstrara que a única grande potência não-europeia sobrevivente, o Império da China, estava inerte em face de uma agressão econômica e militar do Ocidente. Nada, ao que parecia, poderia obstar a invasão de canhoneiras ou de regimentos ocidentais que lhe traziam o comércio e as bíblias. E, dentro deste domínio ocidental, a Grã-Bretanha era a maior potência, graças a seu maior número de canhoneiras, comércio e bíblias. A supremacia britânica era tão absoluta que mal necessitava de um controle político para funcionar. Não restavam quaisquer outras potências coloniais, exceto com a convivência britânica, e conseqüentemente não havia rivais. (HOBSBAWN, 2010a, p. 473).

A Guerra do Ópio foi o primeiro grande confronto entre o decadente império chinês sob o comando da dinastia Qing e o Ocidente capitalista em que a China foi derrotada dando início ao que os chineses chamam de “um século de humilhações”. A derrota chinesa culminou com assinatura do Tratado de Nanquim “que deu aos ingleses o direito de importar o que lhes aprouvesse e mais o da extraterritorialidade em Shanghai” (MARTINS, M., 2008, p. 87).

Os princípios do Tratado de Nanquim, o primeiro dos tratados desiguais, podem ser assim resumidos: eram os chineses obrigados a pagar o prejuízo comercial causado aos monopolistas pela queima do ópio, pena à qual se acrescentaram posteriormente outras indenizações que oneraram a Nação com uma dívida internacional de impossível resgate pelo habitual sistema das tributações. (MARTINS, M., 2008, p. 87-88)

Nesse sentido, as duas Guerras do Ópio foram eventos marcantes para a política chinesa, visto que, segundo Arrighi (2008) a Guerra do Ópio trouxe uma séria consequência para sua posição na geopolítica:

Depois de uma guerra desastrosa, da eclosão de grandes revoltas e de uma segunda guerra igualmente desastrosa a Grã-Bretanha (dessa vez com a ajuda da França), a China praticamente deixou de ser o centro de um sistema interestatal asiático-oriental centrado em si mesmo. Ao contrário, no decurso de cerca de um século, ela tornou-se membro subordinado e cada vez mais periférico do sistema capitalista global. (ARRIGH, 2008, p. 347).

Ainda no período de vigência da China Imperial, é importante destacar que a China enfrentou outras invasões por potências estrangeiras “quando Grã-Bretanha, França, Rússia, Itália, Alemanha, EUA e Japão uniram-se para ocupar e saquear Pequim em 1900, sob o pretexto de debelar a assim chamada Guerra dos Boxers” (HOBSBAWN, 2010b, p. 432-433). A Guerra dos Boxers ou Revolução dos Boxers tinha por slogan “Apoio à dinastia Qing, destruição do estrangeiro” (FAIRBANK; GOLDMAN, 2010, p. 219) e a guerra tinha a denominação de Boxers porque se tratava de “um movimento de massas, cuja vanguarda era a organização Lutadores-com-os-punhos pela Justiça e a Unidade, oriunda da grande e antiga sociedade secreta budista conhecida como Lótus Branco” (HOBSBAWN, 2010b, p. 433-434). O apoio da Imperatriz Cixi à revolta dos Boxers, que deu ensejo à expedição punitiva das sete potências à China, já revelava a desconfiança da elite chinesa em relação ao Ocidente, fato que explica em parte porque a China rejeitou o caminho das reformas, tal como ocorrerá no Japão, com a revolução Meiji, e preferiu um outro caminho, que resultou cinquenta anos depois na Revolução Chinesa e no seu alinhamento com a União Soviética.

Com o fim da China Imperial em 1911, “nenhum novo regime nacional estável surgiria na China por quase quarenta anos – até o triunfo do Partido Comunista em 1949” (HOBSBAWN, 2010b, p. 435), contudo, antes de chegarmos em 1949, ainda no ano de 1911 tem-se início a fase republicana da China, pois “com a derrota dos boxers e o colapso do poder imperial, abriu-se o caminho para a revolução de Sun Yatsen e a proclamação da república, em 1912” (MAGNOLI, 2004, p. 267). Assim, em 1912, teve início “a luta contra as potências imperialistas que ocupavam a China” (PEDRO, 1997, p. 351).

Tão importante quanto o processo interno que ocorreu de 1912 até 1949 que culminou com a fundação da República Popular da China, foi a presença de Mao Tsé-tung em todo esse processo.

O processo interno de lutas e disputa pelo poder que começou com Sun Yatsen, passando pelo General Yuan, posteriormente para Chiang Kai Chek até a tomada do poder por Mao Tsé-tung, não foi nada pacífico. Nas palavras de Maria Martins (2008) “dessa luta reinou o terror na China e contaram-se por milhões de mortos” (MARTINS, M., 2008, p. 205). Nesse momento, a ordem internacional sofria com a eclosão da Primeira Guerra Mundial e Mao Tsé-

tung foi a figura emblemática para os eventos que culminaram com a criação da República Popular da China, em 1949.

Nesse momento psicológico principiou a surgir, distintamente, a personalidade extraordinária de Mao Tsé-tung. Esse jovem líder empregou a tática revolucionária européia, até então exclusivamente usada para a conquista do operariado das cidades, junto aos roceiros que eram a força viva da nação. Em vez de conseguir o poder por meio da classe proletária, conquistou-o utilizando os trabalhadores rurais. [...] Mao Tsé-tung iniciou, imediatamente, nessas regiões, a reforma agrária com uma redistribuição de terras. Transformou o trabalhador rural em pequeno proprietário, e criou cooperativas rurais, para socorrer os novos fazendeiros. Para os operários, elaborou uma legislação simplificada, que limitava a oito as horas de trabalho, e regulou a mão-de-obra infantil. Constituiu e reformou sindicatos, e criou tribunais de trabalho, para decidir dos conflitos sociais (MARTINS, M., 2008, p. 205-206).

Assim, foi em meio a um processo conturbado que em 1º de outubro de 1949, que “Mao Tsé-tung proclamou a República Popular da China, denominada ‘Ditadura do Povo’” (MARTINS, M., 2008, p. 223).

Sob a insígnia da República Popular da China, Mao Tsé-tung, que já era o principal líder do Partido Comunista Chinês, assumiu a presidência da República sendo nomeado como Primeiro Ministro Zhou Enlai e personalidades de destaque – fundadores do partido – como Deng Xiaoping e Liu Shaoqi (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008, p. 319), tiveram devidas atribuições na organização.

No ínterim de 1912 a 1949 duas Guerras Mundiais eclodiram, e de acordo com Roberts (2006, p. 284) durante todo o período que se estendeu da Segunda Guerra Mundial os Estados Unidos (EUA) classificavam a China como um país potência. Todavia ao final de tal período e com os conflitos internos ensejados pela Revolução Chinesa fez com que os norte-americanos reavaliassem a classificação da China como um estado satélite. A questão, conforme Roberts (2006, p. 284) ainda destaca é que não fazia parte dos planos do PCC ser a China classificada como estado satélite. Na verdade a ideia do partido era fomentar a imagem de um país potente, independente e principalmente não alinhado a determinado país que fosse.

Entretanto, a situação geopolítica na Ásia com o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, não era auspiciosa para construção da imagem da China, tal como o PCC queria. Tratava-se de uma tarefa árdua, pois:

No fim da Segunda Guerra Mundial, a China havia se tornado o país mais pobre do mundo; o Japão era um Estado “semisoberano”, militarmente ocupado; e a maioria dos outros países da região ainda lutava contra o domínio colonial ou estava prestes a ser dilacerada pela divisão emergente da Guerra Fria (ARRIGHI, 2008, p. 20).

Além da devastação que boa parte dos países se encontravam com o final da Segunda Guerra Mundial, outro motivo que frustraria os planos do PCC, conforme também destacado

anteriormente por Arrighi (2008), fora a decretação de um dos períodos que manteve a ordem internacional por mais tempo dividida em dois blocos antagônicos, a Guerra Fria. Foi em meio ao embate ideológico entre Estados Unidos e União Soviética que a China, especialmente após 1949, teve que definir em qual lado dos dois blocos atenderia melhor, na sua visão a defesa de seus interesses geopolíticos e geoestratégicos, uma vez que cada país do sistema internacional era uma peça fundamental para as duas superpotências – EUA e URSS – pela disputa de poder, cada aliado era um ganho na causa capitalismo versus socialismo.

[...] em 1949, no ambiente da Guerra Fria, parecia inevitável que o país fosse obrigado a <<pende para um lado>>, o que significava procurar uma aliança com a União Soviética. Em dezembro de 1949, Mao Tsé-tung deixou pela primeira vez o país, viajando até Moscou para negociar com Stalin. Embora tenha havido demonstrações de cordialidade entre ambos, nenhum confiava plenamente no outro e as negociações foram difíceis e prolongadas. O resultado foi o Tratado Sino-Soviético de Aliança e Assistência Mútua. As suas disposições mais importantes eram a promessa de apoio mútuo em caso de ataque pelo Japão e o adiantamento de 300 milhões de dólares em créditos à China. (ROBERTS, 2006, p. 284, tradução nossa).

Relacionado a esta questão de avaliar alinhamento com determinado país, Mao Tsé-tung formulou a Política dos Três Mundos que explica melhor o pensamento chinês sobre esse tema. Primeiro, para compreender tal política, há que se deixar claro que a China, em meio à tensão política e ideológica entre EUA X URSS, não tinha opção em se manter neutra em meio ao conflito da Guerra Fria, pois que de acordo com Carvalho (2013, p. 58) Mao Tsé-tung enxergou o sistema internacional sendo composto por três mundos: primeiro mundo seria os EUA e a União Soviética, o segundo mundo seria os aliados das superpotências e por fim o terceiro mundo seria os países que compõem o terceiro mundo, incluindo a China. Com a Política dos Três Mundos, Mao Tsé-tung pretendia “manter equidistância entre as potências e combater o hegemonismo, o que, em última análise pode ser visto como a afirmação de um projeto nacional em detrimento de qualquer pretensão internacionalista de hegemonia ou de liderança revolucionária da própria China” (CARVALHO, 2013, p. 58). Por isso, aliar-se com a União Soviética era importante, não apenas pelo comércio como também pelo político. Para tanto, fazia necessário não se manter neutra e principalmente não ficar tão isolada internacionalmente como outrora.

Deste modo, a China como República Popular, não apenas só decretou o fim do domínio do partido nacionalista Kuomintang na China, consolidou o Partido Comunista Chinês (PCC) no poder, mas também foi o ano determinante que a China estabelece relações mais profundas com a URSS.

Em 1954, surge um importante ponto que norteará toda a política externa chinesa que são os Cinco Pontos de Coexistência Pacífica, anunciado pelo então Primeiro Ministro Zhou Enlai. Na verdade “a política externa estaria inspirada de um lado nos “Cinco Pontos de Coexistência Pacífica” e, por outro, na ‘Política dos Três Mundos’” (CARVALHO, 2013, p. 58).

De acordo com Duqing (1990) os cinco pontos de coexistência pacífica são: “respeito mútuo da soberania e a integridade territorial; não agressão mútua; não intervenção mútua nos assuntos internos; igualdade e benefício recíproco e coexistência pacífica” (DUQING, 1990, p. 09). Apesar do conturbado processo de formação histórica da China, assim como as tensões vivenciadas no âmbito da Guerra Fria, Duqing (1990, p. 03) sustenta que é a partir da construção do país como República Popular da China que o país diante dos cinco pontos de coexistência pacífica adota uma diplomacia que busca três pilares: independência, autonomia e paz.

3.3 A política externa da China no período de 1949 a 1978

A política externa da China no período de 1949 a 1978 foi condicionada pela conjuntura internacional da época e pelas escolhas que a China foi obrigada a fazer naquele período. O primeiro fato a destacar é que o mundo estava dividido naquele período em dois campos distintos – o campo socialista sob a liderança da URSS e o campo capitalista sob a hegemonia dos Estados Unidos. O segundo fato, relacionado ao primeiro, era que havia um conflito latente entre esses dois campos que somente não evoluiu para uma terceira guerra mundial por conta dos riscos implícitos em um confronto militar com o uso de armas nucleares, mas deu origem à Guerra Fria, que só terminou com o fim da URSS, em 1991. A própria Guerra da Coreia, em 1951, na qual a China aliou-se à URSS para impedir que a península da Coreia fosse conquistada pelas forças militares dos Estados Unidos aliadas com forças anticomunistas locais e na qual morreram dezenas de milhares de soldados chineses foi o evento que marcou o início da Guerra Fria.

Em mundo polarizado por esses dois campos não havia como a política externa dos diversos países não tender a um alinhamento quase que incondicional com as políticas externas das duas potências hegemônicas: os Estados Unidos e a URSS. Ocorre que a China, embora fizesse parte do campo socialista e fosse aliada da URSS até meados da década de

1960, não estava disposta a ser um estado satélite da URSS, como ocorria com os países socialistas do Leste Europeu. Isso levou Mao Tsé-tung a formular a Teoria dos Três Mundos e a propor a criação do movimento dos países não alinhados.

Em 1974, Mao Tsé-tung propôs a “Teoria dos Três Mundos”: no primeiro mundo, estariam as duas superpotências; no segundo mundo, os aliados das superpotências; e no terceiro mundo, os movimentos dos países não alinhados. O terceiro mundo deveria aliar-se com parte do primeiro, no caso, os Estados Unidos, para se contrapor ao expansionismo soviético, de acordo com a estratégia de formar uma aliança contra um oponente (PAULINO, 2017, p. 176).

Esse esforço da China de manter-se em uma posição de independência em relação à URSS no contexto da Guerra Fria lhe garantia uma posição de destaque no cenário internacional, na medida em que os Estados Unidos a viam como um possível aliado na sua disputa com a URSS. A aproximação dos Estados Unidos e da China, com a visita do presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, a Pequim em 1972, assim como o reatamento das relações diplomáticas entre a China e os Estados Unidos, em 1974, e o reconhecimento pela ONU da República Popular da China como representante do Estado chinês naquela organização e no Conselho de Segurança da ONU, com a consequente expulsão de Taiwan daqueles órgãos, são realizações da política externa da China no chamado período socialista que vai de 1949 a 1978. Da mesma forma, a política da República Popular da China em relação à Taiwan e Hong Kong foram formuladas nesse período.

3.4 Deng Xiaoping e as Quatro Modernizações

Após a morte de Mao Tsé-tung em 1976, o Partido Comunista Chinês viu-se na empreitada de reorganizar os principais cargos de comando do partido. Na verdade, antes de seu falecimento, Mao Tsé-tung já havia escolhido o seu sucessor, Hua Guofeng que permaneceu como líder do PCC entre 1976-1977.

Deng Xiaoping foi o líder seguinte a ocupar a cúpula do PCC. Durante a realização do 11º Comitê do PCC foi firmado o processo de abertura e reforma da economia chinesa e também estabelecido, de acordo com Jayme Martins (2008, p. 70) que “a economia planificada fosse tomada como o principal, tendo como auxiliar a função reguladora do mercado [...] A diferença essencial está em qual sistema de propriedade - pública ou privada – exerce o papel dirigente da economia”. Trata-se do mecanismo que ficou conhecido como socialismo com características chinesas. Questionado sobre a possibilidade de estar sendo

contraditório entre política e mercado, Deng Xiaoping declarou: “economia planificada não é sinônimo de socialismo, pois no capitalismo também existe plano, e que economia de mercado não é sinônimo de capitalismo, já que no socialismo também existe mercado” (DENG XIAOPING apud MARTINS, J., 2008, p. 71).

O encaminhamento da Reforma e Abertura da economia chinesa ao exterior foi um processo que transformou radicalmente a estrutura do país, que inicialmente era somente agrário, depois optou pela industrialização rápida nos moldes da União Soviética e agora era o momento ideal de ajustar os trilhos da China. Com a finalidade de alcançar a modernização – lema adotado a partir de 1978 – foram realizadas reformas nas áreas do campo, das cidades, nas empresas estatais, na indústria, no sistema financeiro que abarcou a rede bancária e o mercado de capitais, dentre outros. De acordo com Roberts (2000) o setor da agricultura foi o primeiro ponto a ser tratado pela reforma.

Em 1979 foram implementadas duas reformas que transformariam o setor agrícola. A primeira encorajava os camponeses a maximizarem o uso dos terrenos que possuíam e a colocarem os seus produtos no mercado. Em 1982, o rendimento privado das famílias de camponeses passara provavelmente a constituir 38 por cento dos rendimentos familiares. A segunda reforma foi a introdução em 1981 do <<sistema de responsabilização familiar>>. Embora a posse coletiva da terra fosse preservada, famílias individuais podiam agora celebrar contratos para cultivar terrenos com colheitas específicas e guardar ou vender qualquer excedente que ultrapassasse o valor estipulado nos contratos. Estas medidas injetaram um espírito empreendedor na agricultura. (ROBERTS, 2000, p. 314).

A busca pela modernização fez Deng Xiaoping resgatar um projeto apresentado em 1963, por Zhou Enlai, intitulado de Quatro Modernizações, traduzidas em quatro frentes de atuação no processo de reforma: agricultura, indústria, defesa e ciência e tecnologia. De acordo com Santillán (2012, p. 54) as quatro modernizações eram a base norteadora a ser seguida enquanto durasse a reforma e abertura, sendo que ainda é mais um dos pontos essenciais da política externa chinesa. Esse período de reformas e abertura fez tanta diferença para a China, que Weiguang (2008) apresenta um estudo dos anos 1978 a 2008, no qual faz comparações para demonstrar o salto que a China conseguiu em trinta anos.

Em 1978, o PIB total da China era de apenas 364.52 bilhões de yuans, e o PIB *per capita* era de 381 yuans; em 2007, o PIB total da China somava 24.66 trilhões de yuans, 67.7 vezes o de 1978, com um crescimento anual médio próximo de 14%. Em 1978, a renda *per capita* dos residentes urbanos era de apenas 343 yuans, e chegou a 13.786 yuans em 2007. Em 1978, a renda *per capita* dos residentes rurais era de apenas 134 yuans, enquanto em 2007 atingiu 4.140 yuans. Havia 400.000 estudantes matriculados na universidade depois que a China reintroduziu o vestibular, em 1978; em 2007, o número de graduandos e de pós-graduandos regulares atingiu 11.44 milhões, o de alunos secundários e de escolas superiores vocacionais chegou a 20 milhões e de 8.61 milhões respectivamente. Em 1978, a frota de carros particulares era quase nenhuma; pelo final de 2007 o número total de

carros particulares chegou a 15.22 milhões. [...] A produção de bens de natureza agrícola e industrial, como grãos, algodão, carne, ferro e aço, carvão, fertilizantes químicos, cimento, etc. foi a maior do mundo. Além do rápido crescimento econômico, a China fez, também, notável progresso no que diz respeito às instituições políticas, culturais e sociais (WEIGUANG, 2008, p. 189).

De acordo com Foot (2009, p. 136) Deng Xiaoping definiu os princípios-chaves para os rumos da sua política externa “observar com sobreidade o desenvolvimento, manter nossa posição, superar os desafios calmamente [...] nunca clamar para si a liderança” (FOOT, 2009, p. 136).

3.5 A política externa da China no período 1978 a 2008.

Com a ascensão de Deng Xiaoping ao poder, em 1978, embora o fio condutor da política externa da China – a defesa da independência e integridade territorial – não tenha se rompido, a política externa passou por mudanças importantes e tomou novos rumos. A principal delas é que a política externa da China deixou de adotar uma visão mais universalista, característica da visão de mundo socialista dos líderes chineses, particularmente de Mao Tsé-tung, e passou a orientar-se por uma visão mais pragmática focada nos interesses nacionais da China. Sob o comando de Deng Xiaoping, a força principal por trás da política externa chinesa deixou de ser a ideologia socialista e passou a ser o nacionalismo chinês. Mao Tsé-tung, o grande líder da revolução chinesa, era um ideólogo do socialismo internacional e sua visão universalista de certo modo se refletiu na política externa da China no período em que esteve à frente do governo chinês. Deng Xiaoping estava preocupado em recuperar a economia da China e recolocá-la de volta na posição de destaque de que fora desalojada durante o século de humilhações impostas pelas potências estrangeiras. É preciso notar, contudo, que esse nacionalismo chinês sempre esteve sob o controle do Partido Comunista da China que tomou o cuidado de evitar que o mesmo descambasse para atitudes irracionais como frequentemente ocorre na história e que acabam levando a conflitos interestatais. Como afirma Zhao (1994, p. 7, tradução nossa):

O nacionalismo chinês é particularmente um produto histórico que tem sido mais defensivo do que ofensivo na relação com outros países porque as elites políticas chinesas abraçaram o nacionalismo em grande medida devido à sua função instrumental para a regeneração da China e a defesa contra o imperialismo estrangeiro.

A política de reforma e abertura abraçada pela China após 1978 estava baseada na adoção de mecanismo de mercado para resolver os problemas básicos de qualquer sistema econômico – o quê, como e para quem produzir – e na abertura para o exterior como forma de ter acesso às tecnologias necessárias para a modernização da China. Essa abertura implicava na adoção de medidas de política externa, sobretudo na área da diplomacia econômica, que facilitassem a integração da China à economia mundial. Afora as medidas internas que foram adotadas como a criação das Zonas Econômicas Especiais para facilitar a atração de investimento estrangeiro, a China passou a atuar no fronte externo para integra-se na economia global. A principal medida nessa direção foi a adesão da China à Organização Mundial do Comércio, em 2001. Ciente das vantagens que poderia obter no futuro, a China adotou uma postura de acomodação às pesadas exigências que lhe foram impostas como condição para aderir à organização e procurou utilizar essas mesmas exigências como uma alavanca para acelerar o processo de reformas internas.

A estratégia de reforma e abertura foi tão bem sucedida que conseguiu em um período de 30 anos transformar a China de um dos países mais pobres do mundo em uma grande potência econômica. Crescendo a uma média de 10% ao ano durante 30 anos, a China tornou-se, na virada do século, na segunda maior economia do planeta, no principal exportador mundial de manufaturas e no segundo importador mundial de mercadorias. Tal sucesso, se de um lado foi saudado como uma notícia alvissareira para a economia mundial, na medida em que o enorme mercado chinês se apresentava como uma fonte quase inesgotável de demanda em uma economia global - que apresentava sinais claros de exaustão -, após as crises dos anos setenta e oitenta do século passado levantou preocupações no plano da política internacional a respeito de como essa ascensão econômica da China poderia alterar o atual balanço de poder do mundo provocando realinhamentos, não apenas no Leste da Ásia, mas em todo o planeta. Desse ponto de vista, enquanto alguns viam a ascensão chinesa como uma oportunidade, outros passaram a ver essa mesma ascensão como ameaça à atual ordem internacional. Para fazer frente a esse novo quadro, a China passou a defender uma nova visão das relações internacionais que privilegiasse a cooperação mútua em torno de objetivos comuns, ao invés da política de poder e de rivalidade estratégica que sempre caracterizou as relações entre as grandes potências no Ocidente. Em setembro de 2011, a China divulgou o “Livro Branco sobre o Desenvolvimento Pacífico da China”, no qual procurava comunicar ao mundo as principais orientações de sua política externa para a fase atual de desenvolvimento da China.

3.6 Da Ascensão Pacífica para o Desenvolvimento Pacífico

Com a entrada dos anos 2000, uma nova orientação da política externa surge e será a que norteará a China no século XXI, diante de sua ascensão no cenário internacional.

A China não está mais isolada internacionalmente como outrora. A diplomacia chinesa trabalhava para deixar claro suas novas orientações em política externa. Foi no ano de 2003, que a diplomacia chinesa apresenta o termo ascensão pacífica que tinha por intuito “sinalizar o interesse da China em ascender sem causar danos a outros países e sem abalar a ordem internacional, ou seja, o compromisso da China de promover o desenvolvimento do seu país e dos demais por meio de cooperação e paz” (AMARAL, 2013, p. 06).

“Ascensão Pacífica” tinha como um principal objetivo desmistificar a ideia de que uma grande potência só pode emergir abalando a ordem vigente e desestabilizando o sistema, como foram os casos do Japão e Alemanha no século XX. Esse é o principal discurso dos teóricos realistas das Relações Internacionais, que não veem a possibilidade de uma potência emergir e chegar à liderança do sistema internacional sem que o sistema seja abalado a ponto de precisar ser reestruturado. (AMARAL, 2013, p. 54).

De acordo com Lyrio (2010, p. 233) o termo foi proposto por Zheng Bijian que era o presidente do seminário “China Reform Forum”, realizado em 2003. O autor ainda salienta, que somente em novembro de 2003, o governo anunciou ascensão pacífica como sua linha de política externa, porém que o governo chinês começou a receber muitas críticas quanto ao uso desse termo ascensão pacífica. Seu sentido fornecia uma ideia errada acerca do que a China realmente queria, muitos alegaram que essa diplomacia tinha um discurso que na verdade ocultaria as verdadeiras intenções chinesas de aplicar uma política de dominação sobre os demais países, assim como fazia os Estados Unidos.

Logo passou a receber críticas de setores opostos na China (os moderados e os nacionalista), pelos sinais errados que a expressão emitia tanto no sentido de revelar pretensões de supremacia chinesa e de alarmar os demais países (a ideia de ascensão), quanto no sentido oposto de limitar as opções de ação externa de Pequim a meios exclusivamente não militares (a atitude pacífica) (LYRIO, 2010, p. 233).

No entanto, o que tivemos foi um caso de erro de interpretação quanto ao significado dos caracteres chineses (hanzi). No mandarim, idioma oficial da China, o caractere de ascensão “possui em seu radical jue a ideia de ruptura brusca [...] Isso traz a conotação de que a China desafiaria a realidade, principalmente para aqueles países que também fazem uso dos caracteres chineses, tais como Japão e Coreia” (AMARAL, 2011, p. 07). Afirmamos que

houve um erro de interpretação pelos demais países, devido muito ao seu crescimento na ordem internacional, por dois motivos.

Primeiro porque segundo Kissinger (2011, p. 490-491), os chineses tratam a ideia de que um dia a China fará esforços de conseguir o atual lugar dos Estados Unidos e de que irá dominar a Ásia como um mito, uma vez que a China, apesar de ser a segunda economia do mundo, possui muitos problemas sociais. O “Produto Interno Bruto chinês, por maior que seja em números absolutos, tem de ser distribuído entre uma população de 1,3 bilhão de pessoas, das quais 150 milhões vivem abaixo da linha de pobreza” (KISSINGER, 2011, p. 490). Segundo porque Paulino (2012, p. 129) ensina que a China pode e deve ser entendida como um país que é pacífico, uma vez que destaca que por mais que tenha sofrido ao longo da sua história com invasões de outros países em seu território, “não há registro, contudo, de nenhuma ação militar de caráter imperialista por parte da China com o propósito de estabelecer colônias estrangeiras, como fizeram os países da Europa e os Estados Unidos, na África e na Ásia e o Japão, na Ásia” (PAULINO, 2012, p. 129).

Um outro ponto dessa interpretação errônea, se faz presente com a questão da ilha de Taiwan, cujo território a China não reconhece como independente. O uso do termo ascensão pacífica tanto Amaral (2011) como Lyrio (2010) afirmam que abriu margem para o entendimento que em um eventual processo de independência por parte de Taiwan, a China não faria uso da força. O que não é verdade.

Diante dessas questões, em 2004, a China optou por mudar sua abordagem diplomática trocando o termo ascensão pacífica por desenvolvimento pacífico, termo este que foi recuperado da época da política externa de Deng Xiaoping (LYRIO, 2010, p. 233).

Com relação à mudança do termo “ascensão” para “desenvolvimento” pode-se inferir que o governo chinês se preocupou em não dar brecha para que estudiosos e líderes políticos pudessem argumentar que o país iria desestabilizar a ordem com seu crescimento. A China busca se tornar uma grande potência, mas, de acordo com os discursos referentes a sua política externa, o fará de modo gradual, visando o desenvolvimento dos outros países concomitantemente ao seu. [...] Dessa forma, alguns questionamentos podem ser elaborados com relação à toda a história da expressão “ascensão pacífica” nos discursos chineses, desde sua aparição até sua abolição, que resultaram no uso da expressão “desenvolvimento pacífico”. (AMARAL, 2012, p. 87)

Em 2005, a China elaborou o documento Desenvolvimento Pacífico da China, com o intuito de reafirmar que o desenvolvimento pacífico seria sua ação diplomática em âmbito internacional. Nele foi dito que:

Paz, abertura, cooperação, harmonia e ganha-ganha são a nossa política, a nossa ideia, o nosso princípio e a nossa busca. Tomar o caminho do desenvolvimento

pacífico é unificar o desenvolvimento interno com a abertura para o mundo exterior, ligando o desenvolvimento da China com o do resto do mundo e combinando os interesses fundamentais do povo chinês com os interesses comuns de todos os povos ao longo do mundo. A China persiste em sua busca de harmonia e desenvolvimento internamente, enquanto busca a paz e o desenvolvimento externamente; os dois aspectos, intimamente ligados e organicamente unidos, são um todo integrado e ajudarão a construir um mundo harmonioso de paz sustentada e de prosperidade comum. O caminho de desenvolvimento pacífico da China é novíssimo para a humanidade em busca de civilização e progresso, o caminho inevitável para a China alcançar a modernização é uma séria escolha e solene promessa feita pelo governo chinês e pelo povo chinês. (CHINA DAILY, 2005, tradução nossa).

Em discurso proferido na 3ª sessão do 18º Comitê Central do Partido Comunista Chinês, em 2013, o presidente Xi Jinping fez a seguinte menção sobre o desenvolvimento pacífico:

Nosso caminho do desenvolvimento pacífico não foi fácil de se encontrar. Tem sido formado gradualmente mediante as árduas buscas e contínuas práticas do nosso Partido desde a fundação da Nova China em 1949, particularmente, desde o início da reforma e abertura em 1978. Nosso partido tem mantido, sempre no alto a bandeira da paz, sem hesitar em nenhum momento. Na prática ao longo do tempo, temos formulado os Cinco Pontos de Coexistência Pacífica e persistindo firmemente nesses princípios. Temos também estabelecido e implementado uma política exterior pacífica de independência e autonomia, além de assumir, diante do mundo, o compromisso solene de nunca buscar a hegemonia nem praticar o expansionismo, sendo sempre uma força na defesa da paz mundial. São nessas práticas que devemos persistir, sem jamais vacilar. (XI, 2014, p. 300).

3.7 A política de desenvolvimento pacífico da China no século XXI

O sucesso da China em seu esforço de integração na economia mundial deveu-se a uma série de circunstâncias, dentre as quais a grande disponibilidade de mão de obra barata e bem qualificada foi decisiva, pois permitiu para o país inserir-se nas cadeias globais de valor em indústrias de montagem, sobretudo no setor eletroeletrônico, tornando-se “a fábrica do mundo”. Para a China desfrutar dessa vantagem e tirar dela todos os proveitos possíveis é importante que o processo de globalização da economia mundial, sobretudo da globalização produtiva, não sofra nenhum revés significativo. Uma condição para que isso ocorra é que o ambiente mundial se mantenha relativamente pacífico, pois como sabemos, quando os soldados cruzam as fronteiras quase automaticamente elas se fecham para o comércio. Portanto, como afirma Paulino (2017, p. 188),

A estratégia do desenvolvimento pacífico não é para a China, em sua fase atual de desenvolvimento, apenas um expediente de ocasião, para dissimular sua força e mostrar suas garras no momento apropriado, como alguns julgam no Ocidente. A estratégia corresponde aos seus próprios interesses, na medida em que a China tem

sido uma das principais beneficiárias do processo de globalização da economia mundial, e é condizente com sua experiência histórica (PAULINO, 2017, p. 188).

Ainda segundo o autor, os fatores que têm levado a China a adotar a política de desenvolvimento pacífico como estratégia de desenvolvimento estão relacionados aos fatos de que: 1) Não é da natureza da China buscar a hegemonia; 2) A busca da hegemonia é um convite para própria destruição da China; e 3) A China pode alcançar o desenvolvimento sem buscar a hegemonia.

Para justificar o primeiro fator – não é da natureza da China buscar a hegemonia – o autor lembra que ao longo de seus mais de dois mil anos de história a China nunca foi um país belicista e que não há registro de nenhuma ação militar de caráter imperialista por parte da China com o propósito de estabelecer colônias estrangeiras como fizeram os países do Ocidente e o Japão (PAULINO, 2017, p. 193). Com relação ao segundo fator – a busca de hegemonia é um convite para a própria destruição da China – o autor relembra que nenhum país que buscou a hegemonia na história recente do mundo chegou a bom termo. Alemanha e Japão iniciaram a Segunda Guerra Mundial e foram derrotados. A desintegração da URSS está relacionada em grande medida ao seu expansionismo e os próprios Estados Unidos, embora permaneçam como a única superpotência já veem seu “hard power” e o seu “soft power” em franco declínio (PAULINO, 2017, p. 195). Quanto ao terceiro fator – a China pode alcançar o desenvolvimento sem buscar a hegemonia, o autor lembra que o fato de a China possuir um grande mercado doméstico e abundância de recursos, permite ao país realizar um desenvolvimento independente, sem recorrer à expansão externa (PAULINO, 2017, p. 195).

Segundo Paulino (2017, p. 183):

No Livro Branco sobre o Desenvolvimento Pacífico da China (White Paper on China's Peaceful Development), o governo chinês reitera que o desenvolvimento pacífico é a escolha estratégica do país para realizar a modernização, tornar-se forte e próspero, e contribuir para a paz mundial e o progresso da humanidade. O documento delineia um roteiro completo do desenvolvimento futuro da China, e estabelece um compromisso solene de que a China vai continuar a seguir o caminho do desenvolvimento científico, independente, aberto, pacífico, colaborador e conjunto com os demais países do mundo.

Em 2011, a China explicitou essa estratégia em documento oficial denominado “Livro Branco sobre o Desenvolvimento Pacífico da China”. Esse documento, conforme destacado acima, serviu para o governo chinês anunciar que o desenvolvimento pacífico era seu novo norte na política externa. De acordo com Paulino (2012, p. 118) o significado dessa nova orientação da política externa chinesa seria:

A China deve desenvolver a si mesma por meio da defesa da paz mundial e contribuir para a paz mundial por meio do seu próprio desenvolvimento. Deve alcançar o desenvolvimento por meio de seus próprios esforços e pela realização de reformas e inovações. Ao mesmo tempo, deve abrir-se para o mundo e aprender com o desenvolvimento comum com outros países de acordo com a tendência da globalização econômica. Deve trabalhar com outros países para construir uma paz durável e a prosperidade comum. Esse é o caminho do desenvolvimento científico, independente, aberto, pacífico, cooperativo e comum” (CHINA apud PAULINO, 2012, p. 116).

Deste modo, o Livro Branco sobre o Desenvolvimento Pacífico da China definiu os conceitos elencados na citação acima, da seguinte forma: 1) Desenvolvimento científico englobaria respeito às normas que prevalecem diante do desenvolvimento de vários setores da sociedade civil global, como por exemplo, economia, natureza, buscando sempre que as forças produtivas se desenvolvam, 2) Desenvolvimento independente seria a orientação de que a China deve acreditar mais em si mesma para obter seu desenvolvimento, 3) Desenvolvimento aberto deixa claro que os chineses compreendem que é difícil se desenvolver de portas fechadas, 4) Desenvolvimento pacífico explana que o principal objetivo chinês é criar condições para promover uma conjuntura internacional mais pacífica e estável para seu desenvolvimento, de modo que, a China não defende agressão, expansão e nem mesmo procura pela hegemonia, muito pelo contrário defende que prevaleçam a paz e estabilidade internacional e 5) Desenvolvimento comum estaria ligado ao fator do sistema internacional ter cada vez mais a presença de países independentes e, portanto, o desenvolvimento somente será alcançado quando todos dividirem os mesmos frutos e alcançarem seu desenvolvimento (PAULINO, 2012, p. 116-117).

Assim, com a promulgação do Livro Branco sobre Desenvolvimento Pacífico “o documento afirma que o objetivo geral da China é promover o desenvolvimento, a harmonia doméstica e buscar a cooperação e a paz internacional” (PAULINO, 2012, p. 118). Afinal, para tanto a política externa da China, segundo Paulino (2012, p. 121-122) visa a construção de um mundo harmonioso e aplica os cinco pontos de coexistência pacífica na defesa de uma política externa que prima pela paz. Sendo assim, o Livro Branco sobre o Desenvolvimento Pacífico “reafirma seu compromisso com a paz e a estabilidade nas relações internacionais e a busca por uma ordem multipolar e inclusiva” (PIRES, 2013, p. 154).

Diante da 12ª Assembleia Popular Nacional do PCC, o presidente Xi Jinping, em 2013, referindo-se ao tema, fez o seguinte discurso:

O povo chinês ama a paz. Erguendo bem alto a bandeira da paz, desenvolvimento, cooperação e benefício mútuo, seguiremos sempre o caminho do desenvolvimento pacífico, aplicaremos sempre a estratégia de abertura baseada no benefício recíproco, nos dedicaremos ao desenvolvimento da amizade e à cooperação com

todos os países do mundo, cumpriremos devidamente as responsabilidades e obrigações internacionais e continuaremos, junto com os demais povos do mundo, promovendo a nobre causa da paz e do desenvolvimento da humanidade. (XI, 2014, p. 49).

3.8 China e EUA

Conforme dito anteriormente, com o final da Segunda Guerra Mundial surgiram os foros multilaterais de caráter político e econômico, Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, GATT – posteriormente substituído pela Organização Mundial do Comércio; assim formando a estrutura da governança política e econômica global. Tais organizações persistem vigentes até os dias atuais na ordem internacional.

No período da Guerra Fria, a ordem internacional esteve dividida em dois campos antagônicos capitalismo versus socialismo – representando a rivalidade ideológica entre Estados Unidos e União Soviética – caracterizando o mundo como bipolar e com alguns conflitos regionais.

Nesse cenário, a ex-URSS, por seu turno, apesar de ter se integrado ao sistema das Nações Unidas, procurou estabelecer mecanismos de cooperação econômica do campo socialista, como o COMECON (Conselho de Assistência Econômica Mútua). Nesse quadro de bipolaridade, a China, liderou a partir da Conferência de Bandung, em 1955, um movimento de promoção da cooperação econômica e cultural afro-asiática, como forma de oposição ao que era considerado colonialismo ou neocolonialismo, por parte dos Estados Unidos e da União Soviética, com objetivo de promover uma nova força política global - o Terceiro Mundo (PAULINO, 2017, p. 176). “Além da ideia do Terceiro Mundo, também surgiu nessa época o Movimento dos Não-Alinhados, reforçando mais claramente a diferença e a oposição de princípios e objetivos entre esses países e as superpotências” (PECEQUILO, 2005, p. 181).

É importante notar que, às relações entre China e União Soviética desde a subida ao poder de Nikita Krushchev não eram mais as mesmas do início do período da Guerra Fria. Como resultado, “a partir de 1956, as relações em rápida deterioração com a URSS, que terminaram no clamoroso racha entre as duas potências comunistas em 1960, levaram à retirada da importante ajuda material e de outras, vindas de Moscou” (HOBSBAWN, 1995, p. 452). A deterioração das relações sino-soviéticas se intensificaram, segundo Naughton (2007, p. 67) conta que China e União Soviética divergiram quanto às declarações feitas por Nikita

Krushchev, durante o 20º Congresso do Partido Comunista Soviético, com relação às críticas feitas à Stalin e sobre a linha de pensamento que cada país tinha o direito de estabelecer as bases do seu próprio socialismo. Nessa época, as relações sino-soviéticas começavam a ficar estremecidas:

Após a morte de Josef Stálin, a relação dos dois gigantes socialistas começou a se deteriorar. Os motivos são vários, e vão desde uma forte antipatia mútua entre Mao e o sucessor de Stálin, Kruschev, até questões mais profundas. No plano geográfico, a China almejava a revisão das fronteiras entre os dois países, que refletiam conquistas territoriais da Rússia czarista. No aspecto ideológico, Mao acreditava que as políticas revisionistas implementadas por Kruschev maculavam não somente a imagem de Stálin, mas também os princípios do comunismo em geral. Além disto, passado o período de estabilização da Revolução Chinesa, Pequim passou a ansiar por uma posição de paridade com a URSS no bloco socialista, o que não era admitido pelo Kremlin (ADAM, 2012, p. 59).

Nessa conjuntura bipolar a China tornou-se peça chave na disputa política entre os EUA e a ex-URSS, ao aliar-se com uma parte do Primeiro Mundo (os Estados Unidos) para combater a outra parte (a URSS) que se apresentava como uma ameaça imediata na medida em que, apoiada no que viria a ser conhecido como Doutrina Brezhnev, passou a se constituir em ameaça militar aos chineses (PAULINO, 2017, p. 176).

Portanto, a reaproximação entre China e Estados Unidos ocorreu quando o presidente norte-americano Richard Nixon visitou a China e reconheceu o país como um importante ator no cenário internacional. De acordo com Kissinger (2011, p. 242) tanto Nixon, como Mao Tsé-tung não estavam dispostos a fracassar com a reaproximação, pois além do motivo elencado acima, “Nixon estava ansioso em erguer o campo de visão americano para além do Vietnã. A decisão de Mao fora de um gesto que pudesse forçar os soviéticos a hesitar antes de tomar a China militarmente” (KISSINGER, 2011, p. 242). Azeredo (2000, p. 145) vai mais a fundo nos interesses dos Estados Unidos com essa reaproximação, contando que os norte-americanos queriam dois pontos com os chineses, a ajuda deles para retirar suas tropas do Sudeste Asiático e ter a China como uma carta na manga, em caso de uma possível negociação com a União Soviética.

A visita de Nixon à China é uma das poucas ocasiões nas quais uma visita oficial provocou uma mudança seminal nos assuntos internacionais. A reentrada da China no jogo diplomático global e as opções estratégicas ampliadas para os Estados Unidos deram uma nova vitalidade e flexibilidade para o sistema internacional (KISSINGER, 2011, p. 272).

Dois momentos importantes emergiram para a China em 1974. O reatamento das relações diplomáticas com Estados Unidos e o reconhecimento da República Popular da China nas Nações Unidas e consequente exclusão de Taiwan na referida instituição. Aliás,

apesar disso os Estados Unidos apoiam Taiwan como independente, de modo que, se tornou um fator de desequilíbrio nas relações entre China e Taiwan (PECEQUILO, 2008, p. 143). “[...] sem o apoio americano, os governantes de Taiwan já teriam sido forçados a desistir de sua independência a muito tempo” (FOOT, 2009, p. 129).

Assim, os Estados Unidos reiniciaram seu processo de reaproximação com a China, recuperando sua aliança tradicional rompida por causa da revolução em 1949, aproveitando-se das rupturas entre os países do bloco comunista. [...] Com relativa rapidez, Estados Unidos e China retomaram suas relações diplomáticas – em 1969, as conversações foram reiniciadas; em 1971, a República Popular da China (RPC) passou a fazer parte da ONU no lugar de Taiwan; em 1972, Nixon visitou a China e foi lançado o Comunicado de Xangai, seguido por outro mais complexo em 1973, finalizando, em 1979, houve o reconhecimento da RPC e desde então os Estados Unidos perseguem a “política de uma só China” (apesar de não deixarem de apoiar Taiwan, é com a China, com a grande China, que se desenvolvem as relações diplomáticas formais). Jogar a *China Card* foi fundamental para que os Estados Unidos pudessem promover uma alteração real no equilíbrio de poder internacional que se percebia pendendo para a União Soviética. A aproximação com os chineses reverteu essa tendência a favor dos Estados Unidos, causando, com o estabelecimento do triângulo estratégico Beijing-Washington-Moscou, nas palavras de Kissinger, uma revolução diplomática mundial (PECEQUILO, 2005, p. 196).

Com o fim da ex-URSS, em 1991, esse quadro alterou-se radicalmente. A China deixou de ter o papel estratégico que tinha para os Estados Unidos no contexto da bipolaridade e os Estados Unidos emergiram como única potência global, configurando assim, um mundo unipolar, sob a liderança americana.

Sob essa nova ordem mundial, o relacionamento bilateral China e Estados Unidos já passou por alguns dissabores. Foot (2009, p. 126) destaca alguns deles, sob o ponto de vista chinês:

Emissão do visto norte-americano ao presidente de Taiwan em 1995 e a demonstração de força americana no Estreito de Taiwan em 1996; a crise financeira asiática de 1997-1999; a intervenção da Organização do Atlântico Norte (Otan) no Kosovo em 1999 e o bombardeio, em maio do mesmo ano, da embaixada chinesa em Belgrado; o início da campanha anti-terrorista, que resultou em presença mais forte dos Estados Unidos na Ásia Central; e a intervenção norte-americana no Iraque em 2003 (FOOT, 2009, p. 126).

O eixo do relacionamento sino-americano mudou drasticamente com o fim da Guerra Fria, pois a China passou a ser concorrente dos Estados Unidos (PINTO, 2011, p. 20). Além disso, Moniz Bandeira (2009, p. 24) destaca que após a ascensão da China como um país potência, sobretudo econômica, o predomínio norte-americano começou a enfraquecer. Nas palavras do autor:

Os Estados Unidos, contudo, não mais são o *lonely power*, que predominou, como um *global cop*, ao longo dos anos 1990, após o colapso da União Soviética e o fim da Guerra Fria. A China emergiu como potência econômica, política e militar cada

vez mais poderosa. E a Rússia, como sucessora jurídica, herdou todo o poderio bélico da extinta União Soviética, que não fora, militarmente, derrotada na Guerra Fria, recuperou-se, beneficiada, em larga medida, pela alta dos preços de energia e matérias primas, e tornou-se a décima economia mundial, com um PIB da ordem de US\$ 2 trilhões (est. 2007). E não está disposta a permitir que os Estados Unidos ampliem sua presença na Ásia Central e no Cáucaso, ameaçando sua segurança. (MONIZ BANDEIRA, 2009, p. 24).

As relações sino-americanas representam o relacionamento bilateral mais importante para ambos os lados (HUGUENEY, 2011, p. 10). Segundo Barone (2008, p. 76) desde que Nixon visitou à China em 1972, os Estados Unidos teriam construído uma relação econômica que foi de zero à co-dependência, pois:

Os Estados Unidos (e grande parte do resto do mundo) dependem da China não só para produtos manufaturados baratos como para o vasto volume de capital de investimento; China depende de nós para um mercado pronto e um lugar para investimento. Enorme interdependência econômica é em tensão com as ambições do nacionalismo chinês e do acúmulo dos militares chineses. A quase aliança com o Japão, a Austrália e Índia, iniciada em alguns aspectos por Bill Clinton e muito reforçada por George W. Bush, é uma tentativa de se proteger contra as negativas implicações dessa co-dependência. (BARONE, 2011, p. 76, tradução nossa).

De acordo com Moniz Bandeira (2009) há uma série de indícios do declínio norte-americano e muitos deles relacionados com a ascensão da China. Apesar de militarmente forte, o referido autor alega que os Estados Unidos estão vendo seu império cair em todas as áreas; por exemplo, com sua política fiscal e comercial em déficit, o que os tornaram um país devedor e sem ter como saldar sua dívida externa (MONIZ BANDEIRA, 2009, p. 33). “Os bancos centrais de outros países detém cerca de US\$ 4 trilhões como reservas. Somente a China possui reservas no valor de mais de US\$ 2 trilhões” (MONIZ BANDEIRA, 2009, p. 33).

Soma-se a isso, o fato dos Estados Unidos dependerem economicamente da China. Segundo Moniz Bandeira (2009, p. 34) em 2007, a China superou o Japão como o maior credor dos americanos e, em 2009 o país que mais comprou títulos americanos, assim como guerras no Afeganistão e Iraque serem custeadas por outros países que comprem o bônus do Tesouro Americano (MONIZ BANDEIRA, 2009, p. 40). “Isso significaria que o valor do dólar poderia cair drasticamente se a própria China, que é o maior comprador de títulos dos Estados Unidos, inclusive da dívida pública, colocasse no mercado mundial grande parte das reservas que mantém. E já ameaçou fazê-lo” (MONIZ BANDEIRA, 2009, p. 35).

As relações econômicas tem se mostrado um bom exemplo de como está à questão da hegemonia entre China e Estados Unidos – apesar de reiterarmos de não ser esta a opção da política externa chinesa. Por exemplo, atualmente, com a eleição do presidente Donald

Trump, temos visto uma inversão nos discursos presidenciais. Enquanto Donald Trump profere duras palavras à prática do livre comércio, Xi Jinping o vem atenuando, caso visto em abril de 2018, durante o Fórum Mundial de Davos (PAULINO, 2018b). De acordo com Paulino (2018) a explicação do comportamento norte-americano estaria baseado no fato de estarem sentindo sua hegemonia ameaçada com a ascensão proeminente da China.

Vejamos alguns números: em 1976, o PIB da China era de US\$ 153 bilhões, o que correspondia a apenas 2,2% do total mundial. Em 2016, o PIB da China já havia alcançado US\$ 11,2 trilhões, segundo maior PIB do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos e correspondendo a 14,8% do PIB mundial. Ou seja, no intervalo de apenas uma geração o PIB da China cresceu cerca de 7.200%. Em 1976, as reservas internacionais da China eram de US\$ 1,25 bilhão, menores que as de países como Haiti, Nepal e Papua Nova Guiné. Em 2016, correspondiam a US\$ 3,01 trilhões, as maiores do mundo. Em 1976, o total de importação e exportação de mercadorias da China era de US\$ 13,4 bilhões, o que correspondia a apenas 5% do total dos Estados Unidos. Em 2016, a corrente total de comércio da China alcançou US\$ 3,66 trilhões, superando os Estados Unidos. A captação de investimento direto da China, em 2016, foi US\$ 133,7 bilhões, a terceira maior do mundo. O investimento direto chinês no exterior foi de US\$ 183,1 bilhões, segundo lugar no planeta (PAULINO, 2018b).

Todavia, o autor ainda destaca que apesar disso a China está muito longe de passar os Estados Unidos “não apenas em termos de capacidade de produção total de riqueza, mas, sobretudo, em capacidade de inovação. Mas não há como negar que a distância entre os dois está diminuindo a olhos vistos” (PAULINO, 2018).

Foot (2009, p. 123) recorda que a questão da ascensão da China provoca diferentes opiniões, sendo que, na sua visão haveria dois eixos de estudos. Um composto por um grupo de autores que acredita que na verdade a China estaria aumentando seu poder, tanto econômico quanto militar, para enfrentar os Estados Unidos e um outro grupo de autores que acredita que “apesar de a China indicar um forte desapego pelo domínio americano, na verdade ela segue os Estados Unidos a reboque” (FOOT, 2019, p. 123). Acrescentaríamos um terceiro grupo de autores que acreditam que a China está mais preocupada com os seus problemas regionais e desenvolvimento, do que buscar incessantemente passar os Estados Unidos. Por tudo o que já apresentamos de política externa chinesa até o momento, acreditamos que a China não tem intenções de enfrentar os Estados Unidos. Além do que, pelas razões anteriormente elencadas, aos norte-americanos esse processo de enfrentamento, não seria nada vantajoso.

3.9 O projeto “Um Cinturão, uma Rota” e a política regional da China

Em 2013, a China anunciou um ousado projeto de integração regional que ficou conhecido como "Um cinturão, uma Rota". Projetado para promover e melhorar a interconexão física - por meio de diversos projetos de infraestrutura - da China com o Sudeste Asiático, a Eurásia, a costa oeste da África e a região do Mediterrâneo. Este projeto poderá ampliar e adensar as cadeias globais de valor centradas na China e ampliar a cooperação econômica, sobretudo industrial, entre os 65 países envolvidos no projeto, que somam 4,4 bilhões de pessoas e 40% do PIB mundial. Essa iniciativa chinesa compreende um cinturão econômico e uma rota (em inglês, One Belt, One Road) com duas ações: conectar a China por rotas terrestres à Europa através da Ásia Central e Ocidental como também conectar a China por rotas marítimas com África, Europa e Ásia (PAULINO; PIRES, 2017, p. 221).

A partir desse projeto seis corredores surgem: Corredor Econômico China-Mongólia-Rússia, Nova Ponte de Terra da Eurásia, Corredor Econômico China-Ásia Central, Corredor Econômico China-Península Indochinesa e Corredor Econômico Marítimo (PAUTASSO, 2016, p. 127), que abre discussões nas ciências sociais como das relações internacionais acerca do futuro da geopolítica mundial.

A postura chinesa em propor tal iniciativa está alinhada à sua política externa de desenvolvimento pacífico, alinhado aos cinco princípios de coexistência pacífica.

Segundo o governo chinês, a Nova Rota da Seda busca os seguintes elementos da cooperação: a coordenação das políticas, a conectividade instalações, o comércio desimpedido, a integração financeira e o intercâmbio de pessoas. Para tanto, os objetivos são alinhar e coordenar as estratégias de desenvolvimento desses países; criar demandas e oportunidades de emprego; promover confiança, paz e prosperidade. O plano deixa claro a disposição do governo chinês em arcar com mais responsabilidades e obrigações dentro das suas possibilidades e de promover os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica (PAUTASSO, 2016, p. 127).

Abordando um dos prismas de perspectiva das demais regiões envolvidas pelo projeto “Um cinturão, uma Rota” acerca das oportunidades frente a este projeto chinês, “países mais ativos da Ásia Central, Cazaquistão e Uzbequistão, e mesmo a República Quirguiz e o Tadjiquistão, percebem a utilidade estratégica de criar parcerias para além de seu entorno geográfico imediato” (SILVA, 2011, p. 222), ao tempo que a China segundo Ferreira (2012) aplica uma diplomacia periférica nesta região.

O objetivo da estratégia da diplomacia periférica é promover relações amigáveis com todos os países contíguos e próximos, formando um cinturão de paz estável ao redor da China. A posição que os países da Ásia Central ocupam afeta diretamente a

China, por isso, se a China não obtiver sucesso ao lidar com esses países, pode ser que sofra grandes danos ao desenvolvimento e segurança chinesa. (FERREIRA, 2012, p. 57).

Portanto, para a China trata-se de um projeto de cooperação regional cuja finalidade é promover alianças e uma maior estabilidade política de paz com seus países vizinhos. Se por um lado a China encara o projeto “Um cinturão, uma Rota” por essa óptica, por outro segundo Paulino (2017, p. 221) os países do Ocidente estão visualizando esse projeto como uma versão do Plano Marshall, só que agora sobre as rédeas do governo chinês.

O “Cinturão e Rota” tem sido referido como uma versão chinesa do Plano Marshall, o plano de ajuda dos Estados Unidos para a recuperação da Europa após a Segunda Guerra Mundial, mas que a prendeu em uma complexa rede de segurança dominada por Washington. Pequim têm sido cuidadosa em deixar claro que o “Cinturão e Rota” não tem o cálculo estratégico geopolítico implícitos no Plano Marshall” (ONUNAIJU apud PAULINO, p. 207, tradução Luis Antonio Paulino).

Justamente por rechaçar essa acusação feita pelos países Ocidentais de Plano Marshall, que o presidente Xi Jinping, em seu discurso proferido na Universidade Nazarbayev, no Casaquistão, instituído do título Construir juntos o Cinturão Econômico da Rota da Seda (XI, 2014, p. 345), que as seguintes palavras foram ditas:

Os nossos objetivos estratégicos são iguais, isto é, garantir um crescimento econômico estável e duradouro, construir um país rico, poderoso e próspero e concretizar o revigoramento da nação. Devemos reforçar, em todos os sentidos, a cooperação pragmática e transformar as vantagens como relações políticas, adjacências geográficas e complementariedade econômica, em vantagens de parceria pragmática e de crescimento contínuo. Com estes esforços construiremos uma comunidade de interesses comuns de reciprocidade de benefício (XI, 2014, p. 347).

O projeto ainda está em andamento, de modo que os rumos são incertos e por agora não há como ter uma conclusão, o que se pode afirmar é que o projeto “Um cinturão, uma Rota” “é elemento chave de uma “nova rodada de abertura para o mundo” como a estratégia chinesa, definida por Xi Jinping, que revela os objetivos e barreiras da responsabilidade global do país” (SÁRVÁRI; SZEIDOVITZ, 2016, p. 02, tradução nossa). A partir dessa perspectiva diante de um sistema internacional mais integrado, sob o processo de globalização, que a China como um país cada vez mais atuante, buscou demonstrar que sua inserção na política internacional seria de uma “grande potência responsável” (FOOT, 2009, p. 139) e como tal preocupada em desenvolver sua estrutura econômica e resolver litígios com seus vizinhos por meio do foro diplomático, como no caso da disputa das ilhas e mares localizados ao sul da China, em que pleiteia novas formas de atender seus anseios econômicos e políticos que está ligado a seu modo de encarar a melhor opção de governar.

Em geral, a habilidade chinesa de governar exibe uma tendência de ver toda a paisagem estratégica como parte de um único todo: bom e mau, perto e longe, força e fraqueza, passado e futuro, tudo inter-relacionado. Ao contrário da abordagem ocidental de tratar a história como um processo de modernidade atingindo uma série de vitórias absolutas sobre o mal e o atraso, a visão tradicional chinesa da história enfatiza um processo cíclico de decadência e retificação, em que a natureza e o mundo podem ser ambos compreendidos, mas não completamente dominados. O melhor que se pode realizar é crescer em harmonia com isso. A estratégia e arte do governo tornam-se meios de “coexistência combativa” com os oponentes (KISSINGER, 2011, p. 47).

A China possui alguns conflitos regionais como, por exemplo, a disputa pelas ilhas Spratty, que envolve países como Filipinas, Malásia e Vietnã, e também a disputa pelas ilhas Sesakus/Diaoyu com o Japão. Basicamente, as motivações são fatores históricos. As ilhas possuem certos recursos naturais, tais como reservas de petróleo e gás natural (PINOTTI, 2015, p. 164). Além disso, estão em jogo as rotas marítimas, conforme relata Pinotti (2015, p. 165).

[...] estima-se que mais da metade da frota petrolífera e da frota comercial mundial passem pelo MSCh todos os anos. Isso ocorre devido à localização geográfica: a área não só é o caminho mais curto partindo do Oriente Médio e da África, importantes fornecedores de petróleo e recursos naturais, em direção à Ásia, mas também dá acesso ao Sudeste Asiático que reúne os principais exportadores de manufaturados da economia mundial (PINOTTI, 2015, p. 165).

A China também tem que saber trabalhar com a presença dos Estados Unidos na região, que se tornou um desafio para o governo chinês, pois “as ações que os Estados Unidos desenvolvem na região, devido à necessidade de evitar o surgimento de polos de poder e de desenvolvimento autônomo na Ásia” (VIZENTINI, 1998, p. 24). Ainda de acordo com Vizentini (1998, p. 24) os Estados Unidos procuram cercar a China geopoliticamente de todas as formas, dando como exemplo, o apoio ao separatismo em Taiwan e no Tibet. Moraes (2015) destaca que China ainda não possui um contingente militar expressivo, frente ao contingente militar americano, e por isso “as possibilidades de uma ação militar chinesa neste espaço são limitadas em função das amplas capacidades militares dos Estados Unidos e, em menor escala, da Coreia do Sul e Japão” (MORAES, 2015, p. 574).

Apesar dessas questões a China busca angariar um bom relacionamento com seus vizinhos, um exemplo, de acordo com Foot (2009, p. 137) ocorreu entre 1997-1999 com a crise financeira asiática, no qual “Pequim moveu-se rapidamente para oferecer assistência econômica a países afetados e anunciou que não desvalorizaria sua própria moeda em resposta a crise” (FOOT, 2009, p. 137).

A China começou a se engajar muito mais ativamente na segurança multilateral asiática e em organizações econômicas como o Fórum Regional da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean), e a Associação de Cooperação Econômica de Países da Ásia-Pacífico (Apec). Além disso, colocou seu peso por trás da criação de um novo agrupamento econômico apenas para a Ásia, a composição Asean Mais Três (APT ou Asean Plus Three), envolvendo a China, a Coreia do Sul e o Japão (FOOT, 2009, p. 137).

A China está preocupada com o seu entorno regional – e com seus interesses. Manter um bom relacionamento com seus vizinhos se tornou uma de suas linhas de política externa. De acordo com Nogueira (2008) a China encontrou na ASEAN uma forma de se integrar regionalmente, além de ter que lidar com a influência de outros países na região e por isso:

O interesse da China no estabelecimento de uma área de livre comércio com os países do sudeste asiático é duplo: de um lado visa aumentar sua influência política na região, de outro, quer garantir o suprimento de matérias-primas, bens agrícolas e componentes para a indústria chinesa. Segundo Moore e Haacke, a China tem uma série de motivações para buscar uma relação econômica mais próxima com sudeste asiático, mas a principal delas está na competição, especialmente com o Japão, para dar forma ao regionalismo asiático. O endosso enfático da China ao papel regional da ASEAN deve ser analisado, neste sentido, também como uma tentativa de o país contrabalancear a influência do Japão e dos Estados Unidos no leste asiático. O objetivo é aprofundar os laços políticos e econômicos com a ASEAN e garantir seu espaço de influência, utilizando-se de sua influência econômica como um instrumento para definir seu papel de líder regional. (NOGUEIRA, 2008, p. 300).

3.10 Governança Chinesa

Beneficiada com o processo de globalização (PIRES, 2013) principalmente após sua entrada em 2001 na Organização Mundial do Comércio (OMC), a China vêm se destacando como um dos principais atores da ordem global. Com um alto ritmo de crescimento econômico “ao longo de quase três décadas, de taxa de crescimento próxima a 10% ao ano gerou massa crítica suficiente para tornar a China o novo polo dinâmico global” (BARROS, J.; BARROS, L.; MIGUEL, 2008, p. 12) e que mesmo com a crise financeira de 2008 – que atingiu o sistema financeiro das instituições bancárias dos países desenvolvidos – conseguiu manter um bom ciclo econômico.

Adepta do uso da cooperação Sul-Sul em sua política externa, a China está em um rol de países classificados como potências emergentes, cuja ascensão econômica é de grande valia para uma maior participação na ordem internacional, pois aumenta sua influência em assuntos políticos e internacionais, além de promover uma multipolarização do sistema internacional e uma democratização do sistema de governança global (ZHIWEI, 2012, p. 96). Entretanto, a figura da China saindo do entorno regional para ter um papel de protagonista na

ordem internacional tem provocado em países como Estados Unidos uma apreensão “com a possibilidade de que a ascensão chinesa possa de algum modo desafiar e corroer os seus interesses globais e regionais” (PAULINO, 2012, p. 114).

Alguns países em desenvolvimento, por seu turno, avaliam até que ponto o desenvolvimento da China no atual contexto global poderia levar a um novo hegemonismo, que sempre segue o crescimento do poder nacional, reproduzindo, assim, o antigo padrão das relações Norte-Sul, danoso aos interesses dos países médios e pequenos. Muito embora a China tenha reafirmado em diversas ocasiões o seu conceito de desenvolvimento pacífico, de mundo harmonioso e prosperidade conjunta, seja pelas experiências passadas, seja pela atual situação global, o crescimento chinês tem sido questionado e apresentado, particularmente pelos Estados Unidos, como uma ameaça, o que tem levado muitos a ver com certa desconfiança o atual desenvolvimento da China (PAULINO, 2012, p. 114-115).

Parece que, esse é um grande desafio para a diplomacia chinesa, ter que lidar com essa desconfiança contínua. Ser um ator preponderante das relações internacionais acarreta nessas consequências, principalmente com o impulso gigante que a China obteve com o processo de abertura e reforma e sua adesão à OMC. Para tanto, é diante desses questionamentos que a elaboração do Livro Branco de Desenvolvimento Pacífico tem o objetivo, além de deixar claro sua diretriz de política externa, desmistificar a ideia de que a China possui outras pretensões para além do desenvolvimento pacífico. Além do que, de acordo com Foot (2009, p. 134) os chineses sabem que os Estados Unidos ainda prevalecerão por um longo período no topo do sistema internacional e que seu gasto com contingente militar não fará com que ocorra uma corrida armamentista.

Por possuir pretensões de obter seu desenvolvimento e dos demais países pelo processo pacífico, aplicação dos cinco pontos de coexistência pacífica, sobretudo como já foi destacado, pela busca do mundo harmonioso que a China vem alinhando seu discurso para que a estrutura de governança passe por uma reforma mais condizente e inclusiva, em relação à atual conjuntura internacional. Visto que, a China acredita que só quando o sistema internacional tiver uma estrutura de governança global mais eficiente, é que haverá de fato uma mudança em sua estrutura (XI, 2014, p. 113).

Mas, afinal qual é o sentido da governança global para os chineses? De acordo com Hongbo (2015, p. 46, tradução nossa) “do ponto de vista chinês, a governança global deve ser equilibrada, democrática, participativa, representativa, inclusiva e efetiva”, os chineses vêm mantendo esse pensamento, pois o atual presidente da China, Xi Jinping que foi escolhido para o cargo pelo Partido Comunista Chinês, declarou em 2013 na 5ª Cúpula dos BRICS que aconteceu na África do Sul que:

Devemos abandonar os velhos e inadequados conceitos, quebrar antigas fórmulas que restringem o desenvolvimento. Devemos nos esforçar também para transformar o modelo de crescimento econômico e reajustar sua estrutura, dando ainda mais atenção para a qualidade do desenvolvimento e para a melhoria do nível de vida da população. Ao mesmo tempo, é necessário promover de forma estável a reforma do sistema financeiro e aperfeiçoar o mecanismo de governança global, garantindo dessa forma o crescimento sustentável da economia mundial (XI, 2014, p. 396).

Em discurso proferido pelo presidente Xi Jinping, em março de 2013, acerca da escolha de buscar a promoção da paz e do desenvolvimento do mundo (XI, 2014, p. 327), o representante chinês afirmou:

Nós defendemos que todos os países e todos os povos desfrutem conjuntamente da dignidade. Todos os países, grandes ou pequenos, fortes ou fracos, ricos ou pobres, são iguais. Devemos respeitar o direito de todas as nações em escolher o seu próprio caminho de desenvolvimento, opor-nos à intervenção nos assuntos internos alheios e manter a equidade e a justiça internacional. “Apenas o dono dos sapatos sabe se estes lhe ficam bem ou não”. Somente o povo de cada país tem o direito de dizer se o seu caminho de desenvolvimento é certo ou não (XI, 2014, p. 329).

No discurso realizado na Conferência Anual, em 2013, no Fórum Internacional sobre Civilização Ecológica em Guiyang (XI, 2014, p. 257), cuja finalidade era reforçar o comprometimento da China por um meio ambiente mais sustentável, tanto para as gerações presentes quanto para as gerações futuras. Demonstrando que o país está inserido na preocupação com a governança global ambiental.

A promoção do meio ambiente, o enfrentamento às mudanças climáticas e a salvaguarda da segurança dos recursos e energias são desafios comuns que todo o mundo tem pela frente. A China continuará a assumir suas obrigações internacionais, trabalhará com todos os países para intensificar o intercâmbio e a cooperação na área da ecocivilização, promoverá o compartilhamento dos seus resultados (XI, 2014, p. 257-258).

Durante simpósio, realizado em 2013, sobre trabalhos diplomáticos com países vizinhos, Xi Jinping declarou:

Vamos nos empenhar em impulsionar a cooperação de segurança regional, uma necessidade comum do nosso país e dos vizinhos. Devemos seguir o novo conceito de segurança caracterizado pela confiança mútua, benefício mútuo, igualdade e coordenação; preconizar e aplicar a ideia de segurança integral, comum e cooperativa; promover a cooperação com os países vizinhos em relação à segurança; tomar a iniciativa de participar de cooperação neste campo a nível regional e sub-regional; e aprofundar os mecanismos de cooperação e a confiança estratégica mútua (XI, 2014, p. 359).

Analisando os discursos proferidos pelo presidente Xi Jinping, a partir de 2012, entendemos que a China compreende que a governança global não é um instrumento individual e o uso do mecanismo pela força e/ou agressão não ajudam em nada na estrutura da

governança. O discurso chinês está alinhado à linha de pensamento da Comissão sobre Governança Global (1996), onde afirmam que:

[...] governança global não significa governo mundial nem federalismo mundial. A governabilidade global requer uma nova visão de mundo, que desafie cidadãos e governos a compreender que não há alternativa senão trabalhar em conjunto para criar o tipo de mundo que almejam para si mesmos e seus filhos. (COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL, 1996, p. 255-256).

Assim sendo, a China é um dos países que compõem um conjunto de discursos e afirmações que requisitam uma mudança no atual sistema de governança global, para que a ordem sistêmica seja mais inclusiva, pois o mundo a cada dia representa a formação de uma ordem internacional com características multipolares. De acordo com Liren (2003) as nações não aceitam mais com tanta facilidade o discurso que os assuntos externos e internos de um Estado devam ser resolvidos por meio do uso da força, sobretudo dos países desenvolvidos, por exemplo, os Estados Unidos, além do que, “o poderio econômico e militar norte-americano por si só não é o suficiente para a implementação da sua estratégia global” (LIREN, 2003, p. 252). Ou seja, a realidade sistêmica é diversa daquela em que os Estados Unidos saíram como o único poder econômico e militar incontestável ao final da Guerra Fria.

3.11 Participação Chinesa em Iniciativas de Governança Global

O projeto de desenvolvimento chinês é a longo prazo, o que leva a China a se posicionar para gradativamente obter seu espaço no cenário internacional como um ator global, afinal “é um *player* global ativo” (PANNUNZIO, 2012, p. 27), para tanto, assim como Brasil, Japão, Alemanha, União Europeia, África do Sul, a China vem participando de iniciativas de governança global, por exemplo, BRICS, Novo Banco de Desenvolvimento Asiático, como forma de sinalizar que é preciso provocar mudanças que alterem a atual estrutura da governança global, intimamente ligada às amarras do sistema de Bretton Woods.

A forma como a atual governança global está disposta, ainda privilegia e mantém regalias aos países cujas posições foram definidas ao final da Segunda Guerra Mundial e se tornaram evidentes com o final do conflito bipolar entre Estados Unidos e União Soviética. A participação da China nos mecanismos de governança global não é exclusiva. Demais países, como Alemanha, Japão, Brasil, dentre outros, esperam que os mecanismos possam provocar ou acelerar o processo de uma estrutura de governança global mais inclusiva. “Promoverá a

reforma do sistema de governança global, facilitará ativamente a paz e o desenvolvimento mundiais, aumentará sua representação e voz nas questões internacionais, criará um ambiente benéfico para a reforma" (HU JINTAO apud BINGWEN; SHUANGRONG, 2014, p. 150, tradução nossa).

Algumas dessas iniciativas, nas quais China está envolvida diz respeito ao fomento na “[...] Organização para a Cooperação de Xangai, a nova rota da seda, a expansão marítima chinesa, a teia de gasoduto e oleodutos no entorno asiático, o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII), [...] e o próprio Brics, entre outras” (ROSITO, 2016, p. 86), bem como o debate sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a tentativa da China em colocar o yuan como moeda internacional, além de seu questionamento do uso do dólar norte-americano como moeda internacional (PAULINO, 2017, p. 218-219), maior contribuição para o envio de tropas chinesas para as operações de paz das Nações Unidas, tudo isso, provocado por uma maior participação em foros multilaterais, intercâmbio econômico e aproximação e parcerias com diversos países:

[...] exercícios militares combinados sino-russos; reaproximação entre China e Índia; emergência do Grupo dos 20 (G-20) na Organização Mundial do Comércio (OMC) como uma nova coalizão de países do Sul liderada por Brasil e Índia; fortalecimento de laços entre Índia e Brasil e África do Sul sob a forma do Fórum Ibas; expansão das relações econômicas chinesas com Índia e Brasil. Tais desenvolvimentos são identificados com alarde por aqueles que buscam sinais de uma disposição coordenada de desafiar Washington, ou evidências da emergência de um mundo multipolar com potencial renovado de revisionismo sistêmico. (HURREL, 2009, p. 12).

Mister perquirir, que a participação da China em organizações, instituições e iniciativas em mecanismos de governança global aconteceu após a concepção adotada pelos chineses por uma política denominada, segundo Lyrio (2010) de ativismo diplomático de múltiplas facetas, ou seja, uma diplomacia com a:

Qual Pequim passou a integrar novas organizações internacionais, como a OMC, a protagonizar o lançamento de iniciativas regionais próprias, como a Cúpula Sino-Africana e a Organização para Cooperação de Xangai, e a praticar uma política agressiva de aproximação bilateral com países de alguns continentes, especialmente de regiões ricas em recursos naturais e energéticos, como a África e a América Latina. (LYRIO, 2010, p. 239-240).

A China foi uma das principais incentivadoras na criação, em 2001, da Organização de Cooperação de Xangai (OCX)⁵, que visa “preencher o vazio de poder deixado pelo fim da

5 Países membros da Organização de Xangai: China, Rússia, Cazaquistão, Tajiquistão, Quirguistão e Uzbequistão. Além desses, possui países observadores como Índia, Mongólia, Irã e Paquistão.

União Soviética, impedindo o aumento da influência de potências externas à região” (PIRES, 2013, p. 141), de modo que figura como ponto chave para a segurança da região.

Na visão de Wang (2015, p. 227) a participação da China nessas iniciativas, BRICS, BAI, NBD significa um compromisso com a sociedade global, no sentido de que há chances das reformas em foros multilaterais fracassarem – Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio – e, portanto a China estaria criando seu próprio caminho, pois “a China não está se afastando ou se revoltando contra as instituições existentes. [...] As mudanças que a China traz são incrementais, ou seja, elas irão adicionar ao corpo das instituições multilaterais existentes em vez de substituí-las” (WANG, 2015, p. 227, tradução nossa). Abaixo, alguns mecanismos/iniciativas de governança global chinesa.

3.11.1 A China na Organização Mundial do Comércio (OMC)

A adesão da China ao sistema da Organização Mundial do Comércio, em 2001, foi um momento decisivo no processo de integração da China ao atual sistema de governança global, isto porque impulsionada pelo processo de globalização, a China trouxe uma nova dinâmica ao mercado internacional, além de integralizar sua economia com o mundo. Processo no qual, a China não precisou abrir mão do chamado socialismo com características chinesas, cuja linha mestra é “importar ciência, tecnologia e algumas práticas econômicas do Ocidente mantendo, ao mesmo tempo, o sistema político comunista” (FAIRBANK; GOLDMAN, 2008, p. 374).

Entre 2000 e 2010, a China foi anualmente responsável por 10% a 20% do crescimento mundial, ao mesmo tempo que se registrou um aumento anual nas importações superior a US\$ 100 bilhões. Com sua incorporação à OMC, a China impulsionou seu processo de Reforma e Abertura Econômica para o Exterior e ainda fez com que o volume de seu comércio externo se multiplicasse por seis, passando de US\$ 500 milhões aos atuais US\$ 3 bilhões (MARTINS, J., 2011, p. 100).

Sua adesão ao sistema de controvérsias da OMC provocou diferentes reações. De acordo com Jayme Martins (2011, p. 99) se por um lado, os chineses questionavam quais seriam as consequências para a indústria nacional, ao se tornar um novo membro da instituição multilateral, por outro, os demais países que já faziam parte da OMC, tinham dúvidas se a China cumpriria com os compromissos com a OMC. Segundo Thorstensen (2011, p. 12):

A entrada da China na OMC, no final de 2001, depois de um longo processo, foi ditada pela necessidade de estabilizar suas relações comerciais com o resto do mundo. Na verdade, a China, ao transformar o comércio internacional em ponto central da sua política de crescimento, necessitava da garantia das regras da OMC de que suas exportações não seriam discriminadas. Para os membros da OMC, a entrada da China significava a abertura de um vasto mercado, e a garantia de que as regras existentes poderiam controlar a invasão dos produtos chineses. Em síntese, os interesses de ambos os lados estavam satisfeitos.

Não era à toa que a China queria ser parte da OMC. Segundo Brandão, Naidin e Viana (2012, p. 04) até 1949, a China era membro do GATT, tempos mais tarde o país manifestou o desejo de voltar provocado pelo processo de Reforma e Abertura em 1978, pois voltar aos quadros do GATT possibilitaria a atração de investimento estrangeiro.

A entrada na Organização também impediria a discriminação comercial de produtos chineses e beneficiaria as indústrias em que o país asiático possuía vantagens comparativas (ou seja, aquelas indústrias intensivas em mão-de-obra). Ainda, os consumidores chineses passariam a ter acesso a uma maior variedade de produtos, e o país poderia utilizar o mecanismo de solução de controvérsias da Organização e participar da formulação das novas regras do regime internacional de comércio. O processo de adesão da China estendeu-se por 15 anos. O extenso lapso temporal deveu-se a dois motivos principais. Em primeiro lugar, a transição do GATT para a OMC implicou a ampliação da agenda: após a Rodada Uruguai, as negociações – antes restritas ao comércio de bens – passaram a envolver também temas como serviços, investimento, barreiras não tarifárias e propriedade intelectual. Em segundo lugar, a forte intervenção do Estado na economia chinesa configurava, em diversos aspectos, práticas desleais de comércio, nos termos dos regimes já negociados entre os membros da OMC, como o Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias e o Acordo *Antidumping*, entre outros. Assim, as principais exigências apresentadas pelos países membros da OMC estavam associadas ao fim das políticas distorcivas ao comércio – por exemplo, tarifas elevadas de importação, presença do Estado nas atividades de produção e exportação, barreiras não-tarifárias, discriminação de produtos estrangeiros e proteção inadequada aos direitos de propriedade intelectual. (BRANDÃO; NAIDIN; VIANA, 2012, p. 4-5).

A participação da China na OMC também forneceu ao sistema de governança global importantes ganhos, pois segundo Jayme Martins (2011) “a China se alia com os países em vias de desenvolvimento, como Brasil e a Índia, congregando esforços para salvaguardar interesses comuns e alterar o desequilíbrio histórico nas normas que favorecem, sobretudo, os países desenvolvidos” (MARTINS, J., 2011, p. 100).

3.11.2 Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS)

O grupo diplomático BRICS formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, foi criado no ano de 2009, na cidade de Yekaterimburg, na Rússia. Em 2001, o economista norte-americano Jim O’Neil, do Goldman Sachs, projetou que a economia desses países

teriam capacidade de influenciar e serem um ator mais participativo nas decisões internacionais, sendo que “embora as potências emergentes tenham posições diferentes em assuntos internacionais importantes, há uma base comum e consensual para estimulá-las a tentar participar da governança global de forma coletiva” (ZHIWEI, 2011, p. 49).

A sigla BRIC aglutina, em um mesmo termo, países que têm em comum grandes territórios, populações e que, nos últimos anos, vêm crescendo a taxas elevadas. Diversos estudos apontam para o aumento da participação desses países na economia e política internacional. Alguns desses trabalhos argumentam que, nos próximos 50 anos, o conjunto de países formado por Brasil, China, Rússia e Índia [África do Sul] poderá superar o G-6 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França e Itália) como principal força propulsora da economia global (IPEA, 2010, p. 03).

De todas as iniciativas tomadas pela China com o objetivo de mudar os mecanismos de governança global, a criação do grupo diplomático BRICS foi a mais importante porque ele se tornou o principal mecanismo de cooperação plurilateral que a China participa. Além disso, o BRICS fornece a China “uma agenda mais interessante, com trocas de pontos de vista sobre como alimentar uma agenda de cooperação sul-sul, indo desde a questão da saúde até a da urbanização e a do meio ambiente” (NOGUEIRA, 2013, p. 66). Pontos relevantes para a agenda da governança global, cuja sociedade civil global deve compreender que a responsabilidade deve ser compartilhada. Portanto, o BRICS se tornou um importante mecanismo de governança global.

Durante a 5ª Cúpula do BRICS, realizada na África do Sul, com um discurso cujo título era Trabalhar de mãos dadas para o desenvolvimento comum (XI, 2014, p. 387) Xi Jinping fez a seguinte menção sobre governança global:

Independentemente das mudanças na configuração internacional, temos que persistir nos princípios de igualdade, democracia, complementaridade mútua e inclusão. Devemos respeitar o direito de cada país de escolher independentemente seu próprio sistema social e seu caminho de desenvolvimento e respeitar a diversidade civilizacional, defendendo que todos os países, grandes ou pequenos, fortes ou fracos, ricos ou pobres, são membros iguais da sociedade internacional; os assuntos internos de um país devem ser decididos por seu próprio povo; e os assuntos internacionais devem ser administrados por todos os países através das consultas. Independentemente das mudanças no sistema de governança global, temos que participar de forma ativa desse processo e desempenhar papel construtivo a fim de criar uma ordem internacional mais justa e razoável, oferecendo uma garantia institucional à paz e à estabilidade mundial (XI, 2014, p. 388).

O BRICS é um fórum importante para a discussão e promoção da governança global. Tanto que foi dentro de sua organização que surgiu um novo mecanismo de governança, o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD).

O Novo Banco de Desenvolvimento instituição de cunho financeiro, e é resultado de uma ramificação dos trabalhos realizados pelo BRICS (Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul), no qual foi declarada a proposta de sua criação na 5ª Cúpula dos BRICS em Durban, na África do Sul.

O tratado constitutivo foi assinado na 6ª Cúpula dos BRICS, realizada em Fortaleza, Brasil, após os esforços dos ministérios encarregados pelos países membros na 5ª Cúpula dos BRICS, mas principalmente porque se chegou ao entendimento de que, não apenas as economias dos BRICS como de outros países emergentes, sem deixar de fora os países em desenvolvimento, ainda passam por complicadas barreiras que dificultam o processo para obter financiamentos capazes de contribuir com o que se faz necessário para preencher a defasagem na infraestrutura e no desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2014).

Os BRICS, bem como outras economias de mercado emergentes e países em desenvolvimento, continuam a enfrentar restrições de financiamento significativos para lidar com lacunas de infraestrutura e necessidades de desenvolvimento sustentável. Tendo isso presente, temos satisfação em anunciar a assinatura do Acordo constitutivo do Novo Banco de Desenvolvimento, com o propósito de mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos BRICS e em outras economias emergentes e em desenvolvimento. Manifestamos apreço pelo trabalho realizado por nossos Ministros das Finanças. Com fundamento em princípios bancários sólidos, o Banco fortalecerá a cooperação entre nossos países e complementará os esforços de instituições financeiras multilaterais e regionais para o desenvolvimento global, contribuindo, assim, para nossos compromissos coletivos na consecução da meta de crescimento forte, sustentável e equilibrado. (BRASIL, 2014).

De acordo com Figueira e Júnior (2014, p. 58) o Novo Banco de Desenvolvimento representa um expressivo aumento na democratização da governança econômica global, uma vez que sua agenda de trabalho teria condições de colocar em discussão temas de governança global capazes de reduzir desigualdades e ser favorável ao desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, a proposta do Banco de Desenvolvimento dos BRICS anunciada após a Cúpula de Durban contempla as duas potencialidades elencadas pelos especialistas: os empréstimos serão direcionados a países em desenvolvimento com o objetivo de acelerar seu crescimento e reduzir a pobreza; bem como auxiliarão países em situação de instabilidade financeira a implementarem políticas de recuperação e retomada do investimento. Outra possibilidade, subsidiária dessas duas primeiras, é que os créditos sejam concedidos em suas próprias moedas, o que traria mais vigor às economias dos BRICS, estimulando as empresas locais e fortalecendo as reservas nacionais, assim como reduzindo a dependência de transações em moeda internacional, notadamente o dólar americano (FIGUEIRA; MOREIRA JÚNIOR, 2014, p. 56).

Dessa forma, o Novo Banco de Desenvolvimento, proposta que nasceu dos BRICS, tornou-se uma importante alternativa para governança global. O grupo diplomático BRICS vem reafirmando sua preocupação em colaborar com o sistema de governança global, visto

que, durante a IX Cúpula do BRICS, realizado em setembro de 2017, foram destacados os seguintes pontos relativos a governança global: 1) Reafirmaram que é preciso buscar o aprimoramento da governança global, de modo que se torne mais inclusiva e representativa; 2) Estabeleceram o compromisso de concluir a 15ª Revisão Geral das Cotas do FMI, bem como participar da revisão do BM; 3) Destacaram a importância de ter uma economia e sistema internacional dispostos a estarem abertos e resiliente tanto para o desenvolvimento econômico, como para o desenvolvimento sustentável; 4) Parabenizaram pela criação do Novo Banco de Desenvolvimento na África, estimulando sua cooperação com BM e Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e 5) Reafirmaram a importância do G-20 como o principal fórum de cooperação econômica em âmbito internacional (BRASIL, 2017).

3.11.3 Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas (BAII)

O Banco Asiático de Investimento em Infraestruturas (BAII) é mais um mecanismo de participação que a China está envolvida. Foi “criado por iniciativa chinesa, que tem o Brasil como um de seus membros fundadores” (HOLANDA, 2016, p. 54), além de outros 48 países fundadores, como França, Índia, Coreia do Sul, sendo que atualmente possui 84 países membros (ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK, 2017a).

Trata-se de uma instituição de caráter multilateral que é composta por países membros, não apenas do entorno asiático, como de outros continentes, que tem por objetivo ser um banco de fomento e financiamento de projetos e infraestrutura principalmente nos países emergentes, pois pretende “ser uma fonte de financiamento diferente das tradicionais no que diz respeito à estrutura de empréstimos, o BAII busca um sistema mais rápido e menos burocrático, centrado em uma estrutura mais simples e mais aberta a conceder empréstimos” (ESTEVEES; GONÇALVES, p. 01).

Com sede em Pequim, sua estrutura organizacional é formada pelo Conselho de Governadores, Conselho Administrativo, Equipe de Gerenciamento Sênior e Painel Consultivo Internacional (ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK, 2017b).

De acordo com Esteves e Gonçalves (2017) o BAII é um mecanismo de governança por que:

O BAII abre espaço para inovação do campo da governança global, dando espaço para vozes de países emergentes, que são o foco dos empréstimos concedidos pelo banco. De fato, as motivações para a criação do BAII vêm do vácuo de financiamento em infraestrutura enfrentado pelos países emergentes junto às

instituições financeiras tradicionais e devido à grande burocracia que esses países enfrentavam, além do reconhecimento da necessidade de financiamento em longo prazo no campo da infraestrutura (ESTEVES; GONÇALVES, p. 13).

É em meio a essas iniciativas, ou melhor, mecanismos de governança global que a China vem participando e promovendo, como forma de contribuir para a construção de uma estrutura de governança global que reconheça que os tempos mudaram. É necessário incluir mais participantes e fornecer voz nas decisões internacionais para que a governança seja mais efetiva e que sirva para agregar e não excluir. Trata-se de um processo vagaroso e longo, contudo se esses mecanismos prosperarem e surgirem outros com o mesmo intuito, podem se tornar uma parte importante para a modificação da estrutura de governança global.

No próximo capítulo analisamos o relacionamento sino-brasileiro, principalmente no tocante as relações políticas na governança global.

4 BRASIL E CHINA NO SISTEMA DE GOVERNANÇA GLOBAL

4.1 Introdução

Com identidades culturais e históricas diferentes, localizados em lados opostos do hemisfério, Brasil e China vêm construindo seu relacionamento degrau por degrau. Apesar de terem uma formação história tão diversa tanto Brasil como China - Brasil começando sua história a partir das navegações portuguesas que os trouxeram até esta terra que se tornou colônia de Portugal e, por outro lado, a China que, enquanto Brasil era descoberto em 1500, já era um império cheio de tradições e desenvolvida diante dos recursos que a época lhe proporcionava – “conseguiram construir um relacionamento cooperativo e construtivo, ainda que também modesto. [...] ambos os países priorizaram durante décadas seus respectivos relacionamentos com outros atores internacionais” (AVILA, 2009, p. 82).

Exatamente por não terem construído desde o início um relacionamento bilateral mais coeso, em grande parte devido às externalidades internacionais proporcionadas pelo contexto da Guerra Fria, alinhamento do Brasil aos Estados Unidos, vitória dos comunistas, em 1949, na República Popular da China, dentre outros, que na visão de Becard (2011) o relacionamento sino-brasileiro pode ser dividido e classificado da seguinte forma: (I) 1949-1974 relações embrionárias entre Brasil e China; (II) 1974-1990 fixação de bases das relações sino-brasileiras; (III) 1990-1993 crises e novos desafios na parceira sino-brasileira; (IV) 1993-2003 construção da Parceria Estratégica e (V) 2003 aos dias atuais relações maduras entre Brasil e China.

De acordo com Biato Junior (2010, p. 35-38) houve quatro elementos que incentivaram a China a se aproximar do Brasil, e que são: (I) dimensão geográfica, expansão demográfica e avanço industrial tornavam o Brasil, não apenas um importante ator das relações internacionais, mas também seria uma ponte de acesso à América Latina; (II) Brasil assim como a China apresentava um discurso de priorizar a defesa da diminuição das diferenças obtidas com o relacionamento desigual Norte-Sul, priorizava a ideia de um sistema político internacional mais multipolar e afeito ao multilateralismo – o que poderia alavancar a China ao patamar de potência mundial – e questionamento de demasiada obsessão dos Estados Unidos com segurança frente a outros problemas, afinal, essa segurança internacional é para quem e em prol de quem?; (III) Na questão da política externa China enxergava Brasil

mais independente do que os demais países da região e (IV) A partir dos anos 80 os chineses tinham pleno interesse em aprender com o processo de desenvolvimento brasileiro, ou seja, como próprio Biato Junior destaca, o Brasil era visto como um laboratório para os chineses.

A partir de um recorte especial na história da governança global, a crise econômica e financeira, de proporções globais de 2008, uma vez que tal momento “teve impactos significativos no capitalismo global, sendo um de seus reflexos na estrutura da governança global a constituição e evolução do G-20” (RAMOS, et al, 2012, p. 10), é analisado como um dos pontos abordados nesse capítulo.

Pensando nos novos arranjos internacionais que foram surgindo como IBAS, BRICS, BASIC, G-20, Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), Banco de Investimentos e Infraestrutura da Ásia (AIIB), o Arranjo Contingente de Reservas (ACR), o objetivo é refletir sobre como Brasil e China cooperam entre si, e se de fato cooperam no atual sistema de governança global ainda amarrado às origens construídas na Conferência de Bretton Woods. Sobretudo, pretende-se analisar como Brasil e China cooperam para construção de um novo sistema de governança global, diante da emergência de novos atores internacionais, nomeadamente a ascensão da China, do declínio da hegemonia dos Estados Unidos, e da formação de novos agrupamentos regionais e internacionais, ou seja, diante da emergência de uma nova ordem global multipolar, em contraposição ao mundo unipolar que havia surgido com a debacle da URSS e o fim da Guerra Fria, em 1991.

4.2 Relações Sino-Brasileiras

As relações entre Brasil e China foram marcadas pelas vicissitudes históricas, condicionantes geográficos e acontecimentos globais que, ao longo dos últimos cinco séculos, ora os colocaram em contato mais estreito, ora os lançaram em campos opostos. Situados em lados opostos do planeta, Brasil e China estiveram próximos entre si pela presença simultânea dos portugueses no Brasil e em Macau, no período colonial, e, já no século XX, pela circunstância de ambos os países enfrentarem desafios comuns para a superação do subdesenvolvimento em uma ordem global dominada pelas grandes potências. Mas também se distanciaram durante décadas em função de alinhamentos políticos e ideológicos opostos que marcaram o mundo durante a Guerra Fria.

O primeiro contato entre as duas nações aconteceu, ainda no período durante o qual Brasil foi colônia de Portugal. Segundo Pannunzio (2012), “a influência da cultura oriental [no Brasil] vem de longe, desde quando as caravelas portuguesas faziam ponto de parada por aqui no caminho de volta da China para a Europa e deixavam objetos de porcelana, tecidos de seda, etc.” (PANNUNZIO, 2012, p. 25-26). Esta influência da China e do Oriente sobre a formação social do Brasil entre os séculos 17 e 19 está bem documentada em trabalhos clássicos da sociologia brasileira como “Sobrados e Mucambos” e “Casa Grande e Senzala” de Gilberto Freire. Ao destacar as influências do Oriente na formação social brasileira Gilberto Freire afirma:

Pois o que parece é que, ao findar o século XVIII e ao principiar o século XIX, em nenhuma outra área americana o palanquim, a esteira, a quitanda, o chafariz, o fogo de vista, a telha côncava, o banguê, a rótula ou gelosia de madeira, o xale o turbante de mulher, a casa caiada de branco ou pintada de cor viva e em forma de pagode, as pontas de beiral de telhado arrebitadas em cornos de lua, o azulejo, o coqueiro e mangueira alfenim, o arroz-doce com canela, o cravo das Molucas, a canela de Ceilão, a pimenta de Cochim, a chá da China, a cânfora de Bornéu, a fazenda e a louça da China e da Índia, os perfumes do Oriente, haviam se aclimatado com o mesmo à-vontade que no Brasil; e formado com valores indígenas o mesmo conjunto simbiótico de natureza e cultura que chegou a formar no nosso país. É como se ecologicamente nosso parentesco fosse antes com o Oriente do que com o Ocidente [...] (FREIRE, 2003, p. 36).

De acordo com Paulino (2010, p. 45) foi apenas em 1812, com a família real portuguesa já instalada na capital, Rio de Janeiro, que veio o primeiro contato direto entre os dois países, através de um convite feito aos agricultores chineses por Dom João VI para divulgar a cultura do chá. O referido autor ainda destaca que, à primeira missão brasileira à China foi realizada sob as ordens de Dom Pedro II, com o intuito de construir um acordo referente à navegação, comércio e amizade.

De lá para cá muita coisa mudou, períodos como da revolução chinesa, com a vitória dos comunistas, após a fundação da República Popular da China, em 1949, e a instauração da ditadura militar no Brasil, por exemplo, fizeram com que as relações entre os dois países fossem interrompidas. Tanto que, na óptica de Biato Junior (2010) os primeiros anos das relações sino-brasileiras foram difíceis, conforme relatos de autoridades da época trazidos pelo autor.

Conforme observa a Embaixadora Vera Machado em seu pioneiro estudo sobre as relações sino-brasileiras, persistiram por muito tempo “temores por parte de certos setores do Governo brasileiro de uma eventual penetração subversiva promovida pelo Governo chinês, no âmbito do Movimento Comunista Internacional”. Segundo o Embaixador Gao, “havia [da parte do Brasil] muito temor ao comunismo, então associado à política imperialista e expansionista da URSS. Foi necessária muita

paciência da parte chinesa para lidar com esse bloqueio brasileiro”. O atual Embaixador chinês no Brasil, Embaixador Chen Duqing, corrobora essa visão, dizendo “recordar que, quando o Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a China, em 1974, houve grande entusiasmo na China. Pensou-se, já naquela época, num relacionamento mais próximos entre os dois países, até de uma certa “aliança natural”. Mas essa expectativa foi obstruída por dificuldades internas brasileiras, de caráter ideológico, felizmente superadas a partir de 1985, com o Governo Sarney” (BIATO JUNIOR, 2010, p. 40).

Ainda assim, mister perquirir que um importante passo foi dado no âmbito do relacionamento bilateral. A visita à China do vice-presidente João Goulart, em 1961, no qual obteve um “acordo interbancário e a autorização para que o Governo da China pudesse instalar um escritório comercial no Brasil. Tais iniciativas foram abortadas, entretanto, com o golpe militar no Brasil [...] pôs fim a relações bilaterais de qualquer espécie por dez anos” (BIATO JUNIOR, 2010, p. 39).

Antes de entrar na fase em que as relações diplomáticas com a China foram estabelecidas, no ano de 1974, é preciso destacar uma das orientações da política externa do governo de Jânio Quadros, conhecida como Política Externa Independente. Isto porque, tal orientação será resgatada no governo do presidente General Ernesto Geisel de extrema valia para a concepção das relações Sul-Sul.

Juscelino Kubitschek de Oliveira assumiu a presidência da República em 1956 tendo seu mandato até 1961. Seu governo já começou colocando em prática o Plano de Metas ou o Plano Nacional de Desenvolvimento com o slogan “Cinquenta anos em cinco”. Segundo Boris Fausto (2004) este plano contemplava 31 objetivos, distribuídos em seis grandes grupos: energia, transportes, alimentação, indústria de base, educação e a construção de Brasília. Com isso, houve uma conciliação entre acelerado crescimento industrial com um alinhamento automático em relação a Washington (ALBUQUERQUE, 1996, p. 231), assim o governo de Juscelino Kubitschek buscou retomar relações com os Estados Unidos (OLIVEIRA, 2005, p. 81), além da inserção do continente americano. No ano de 1958, o Brasil enfrentava uma série de problemas como alega Henrique Altermani de Oliveira (2005): “desaceleração com a queda da taxa de crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), que resultou em um saldo negativo com a vinda da inflação, endividamento externo, greves, aumento no custo de vida e recessão” (OLIVEIRA, 2005, p. 80). Junto a isso, o Fundo Monetário Internacional (FMI) impôs ao país algumas metas, tais como “contenção dos salários; desaquecimento da economia; cortes nos gastos públicos; e redução da inflação para 6% ao ano” (OLIVEIRA, 2005, p. 80). Contudo, conforme destaca o referido autor, tais metas eram prejudiciais aos planos brasileiros, uma vez que “a aceitação das imposições do FMI

seria um suicídio político para JK, pois implicaria abandonar seu projeto desenvolvimentista, rompendo com suas bases políticas” (OLIVEIRA, 2005, p. 81).

O governo Kubitschek reviu as demandas brasileiras de apoio externo. Já então, no entanto, se desfizera completamente a ilusão de que o esforço brasileiro de guerras pudesse favorecer a obtenção de grandes empréstimos públicos americanos. A política externa brasileira se orientou, assim, para uma nova estratégia, consistente em mobilizar a solidariedade latino-americana para reivindicar, para o continente, o equivalente ao que o plano Marshall fora para a Europa. Passou-se da demanda unilateral para a multilateral e da ideia de compensação equitativa para uma formulação política, tendo como pressuposto a necessidade de fortalecer o continente contra os riscos do comunismo, mediante um grande programa de desenvolvimento. A Operação Pan-Americana (OPA), partindo das ideias formuladas por Augusto Frederico Schmidt, amigo pessoal de Kubitschek, que reunia à condição de eminente poeta e intelectual a de influente participação na vida empresarial e política do país, deu formulação diplomática a tais expectativas (JAQUARIBE apud OLIVEIRA, 2005, p. 82).

A Operação Panamericana (OPA) foi criada em 1958, e segundo Vizentini (2008, p. 22) tinha duas aspirações com relação aos Estados Unidos: atrair seu investimento, tanto para o Brasil como para a América Latina, além de angariar sua atenção aos problemas da região. Nessa época, a ordem internacional vigente era o embate ideológico da Guerra Fria. “A OPA pretendia incrementar os investimentos nas regiões economicamente atrasadas do continente [...] a OPA enfatizava a utilização de capitais públicos e a multilateralização das relações interamericanas” (VIZENTINI, 2008, p. 22). Todavia, segundo Oliveira (2005, p. 87) a OPA fracassou em atingir seus objetivos, a principal causa apontada pelo autor residiu no fato dos EUA estarem mais preocupados com os problemas de segurança internacional decorrente da Guerra Fria, do que com a América Latina. Aliás, América Latina só tornou-se prioridade para os Estados Unidos com o advento da Revolução Cubana.

Na verdade, o fracasso da OPA ficou evidente quando Jânio Quadros assumiu a presidência da República, visto conforme relata Moniz Bandeira (2010):

Quadros percebera, porém, que a OPA não tivera suficiente eficácia para alcançar seus objetivos, porque a América Latina perdia a capacidade de negociação, na medida em que se colocava *a priori* e incondicionalmente ao lado do Ocidente, na guerra fria, confiando apenas em critérios da razão e em sentimentos de generosidade. E a independência com que tratou de conduzir a política exterior do Brasil exprimiou, portanto, uma transformação qualitativa, a consciência da necessidade de não comprometer-se com a prévia tomada de posições, ao sinalizar com a possibilidade de evoluir francamente para o neutralismo *vis-à-vis* do conflito Leste-Oeste, caso não viesse a contar com a devida cooperação dos EUA para o seu desenvolvimento econômico (MONIZ BANDEIRA, 2010, p. 304).

Deste modo, a OPA, ou mais precisamente o seu fracasso, tornou evidente a necessidade do Brasil estabelecer uma política externa mais independente em relação aos Estados Unidos, cujas preocupações estavam em outra esfera. A alternativa que a política

externa de Jânio Quadros encontrou foi com a formulação da Política Externa Independente (PEI). Sua elaboração foi “considerada uma resposta da diplomacia brasileira às aceleradas transformações internacionais, em particular o surgimento de novos atores [...] cujos anseios os posicionavam fora da política dos centros dominantes” (VIZENTINI, 2008, p. 27).

A Política Externa Independente adquiriu os seguintes princípios:

1. Exportações brasileiras para todos os países, inclusive socialistas. 2. Defesa do Direito Internacional, da autodeterminação e da não-intervenção nos assuntos internos de outros países (aplicados em relação a Cuba). 3. Política de paz, desarmamento e coexistência pacífica nas relações internacionais. 4. Apoio à descolonização completa de todos os territórios submetidos. 5. Formulação autônoma de planos nacionais de desenvolvimento e de encaminhamento da ajuda externa (VIZENTINI, 2008, p. 23).

A Política Externa Independente enfatizou a ideia de que os países têm o direito à autonomia e precisam ter mais liberdade de movimento no cenário mundial para promover os interesses econômicos nacionais. A Política Externa Independente, “respondia à atitude dos Estados Unidos com relação à América Latina até a Revolução Cubana, percebida como um “descaso” caracterizado pela ausência de investimentos públicos norte-americanos para a área de infraestrutura de bens de capital” (VIZENTINI, 2008, p. 27).

Diante dos pressupostos da Política Externa Independente o Brasil assumiu uma nova postura, por exemplo, com o isolamento de Cuba. Segundo Oliveira (2005, p. 99).

A confluência dos fatores internacionais com a evolução interna vai se manifestar no tratamento dado à revolução cubana. Na história da política externa brasileira no século XX, Cuba representará o pivô do primeiro questionamento sério da convergência ideológica com os EUA, já esgarçada pelo efeito do nacionalismo e das discrepâncias acerca do processo de desenvolvimento econômico. É igualmente a primeira vez em que um problema latino-americano deixa de ser subordinado no essencial à prioridade do relacionamento com Washington. (RICUPERO apud OLIVEIRA, 2005, p. 99).

Ainda de acordo com Oliveira (2005) a Política Externa Independente ia além de um planejamento político, pois tratava-se de uma nova visão intelectual brasileira. Isso foi resultado da PEI ter levado em consideração alguns fatores, dentre eles:

Mundialização das relações internacionais do Brasil, correspondendo ao alargamento de seus horizontes; busca de ampliação das relações internacionais do Brasil com objetivos comerciais; ênfase na segmentação do mundo Norte-Sul e não Leste-Oeste; atuação isenta de compromissos ideológicos; desejo de participação nas decisões internacionais e adoção dos princípios de autodeterminação dos povos e da não intervenção (OLIVEIRA, 2005, p. 100).

Este conjunto de princípios que constituíam o escopo da Política Externa Independente formulada no governo Jânio Quadros, ao mesmo tempo que, rompia com o alinhamento

automático com os Estados Unidos, apontava para uma maior aproximação entre o Brasil e a China e outros países do bloco socialista. Prova disso é que quando ocorreu a nunca bem explicada renúncia de Jânio Quadros, o vice-presidente João Goulart estava em viagem oficial à China, sendo recebido com honras de chefe de Estado. Com o golpe militar de 1964 essa política foi abandonada e o Brasil rompeu qualquer tipo de relação oficial com a China. Até mesmo um grupo de chineses que, em decorrência de acordos assinados durante a visita de Jânio à China, em 1961, estavam em missão oficial ao Brasil para organizar uma exposição comercial de produtos da China, foram presos e submetidos a torturas pelos agentes da repressão sob a alegação que estavam no Brasil com o objetivo de promover a subversão. Esses chineses ficaram presos no Brasil até 1965, quando depois de defendidos pelo jurista brasileiro Sobral Pinto foram deportados de volta para a China. Esse caso se tornou internacionalmente conhecido como o “caso dos nove chineses” e se constitui em mais uma das ações com que o regime militar que vigeu no Brasil entre 1964 e 1985 envergonhou a história brasileira. Detalhes desse obscuro episódio diplomático foram posteriormente recontados por Ciça Guedes e Murilo Fiuza de Mello no livro intitulado “O caso dos nove chineses” (GUEDES; MELO, 2014).

Dez anos depois, em 1974, no governo do presidente Ernesto Geisel, foram restabelecidas as relações diplomáticas com a China. No governo do presidente Geisel, a orientação da política externa era de Pragmatismo Ecumênico e Responsável, ou seja, uma política externa que busca a aproximação com países, independentemente de seu regime político. No mesmo sentido que a PEI procurava ampliar o leque de parcerias, em busca de uma maior autonomia, principalmente com relação aos Estados Unidos (CUNHA; PAULINO; PIRES, 2015, p. 142). Portanto, com o Pragmatismo Responsável, Geisel retoma boa parte da Política Externa Independente com o objetivo de estimular a cooperação Sul-Sul e diversificar as parcerias internacionais, tendo em vista superar os gargalos externos que estrangulavam a economia brasileira ao fim do chamado “milagre econômico” quando o Brasil sofreu forte impacto devido às duas crises do petróleo. Em 1975, o Brasil reconhece a independência da Angola, ato de extrema importância para as relações exteriores, não apenas por causa do histórico cultural semelhante, mas também porque é o início de novas relações diplomáticas que fornece outras opções para o Brasil.

É diante dessa orientação e contexto que o Brasil, em 1974:

[...] firmou o reconhecimento diplomático com a República Popular da China. Todos esses movimentos, inclusive a aproximação com a China, eram fundamentais no sentido de imprimir credibilidade e conectar mais efetivamente a atuação do país

com agendas dos principais movimentos e instituições do Sul (ALMEIDA; RAMANZINI JÚNIOR; MARIANO, 2015, p. 25).

No governo seguinte, o presidente João Figueiredo conduziu sua política externa sob a base da diplomacia do universalismo dando continuidade ao pragmatismo ecumênico e responsável de Geisel. “Definindo o país como parte do Terceiro Mundo, a diplomacia brasileira continuou a atuar nos fóruns internacionais em convergência com o Movimento dos Países Não Alinhados (embora não sendo membro pleno), denunciando as estruturas políticas e econômicas internacionais” (VIZENTINI, 2008, p. 63). Ou seja, o universalismo abria um leque de relações diplomáticas ao Brasil, lembrando que mesmo assim, manteve-se neutro, por exemplo, em 1982, na Guerra das Malvinas. Em 1984, o presidente João Figueiredo visitou a China, o que representou “importante passo dentro de um projeto de afirmação da ação diplomática brasileira na Ásia, de que faziam parte também a dinamização das relações brasileiras com a Índia e com a ASEAN” (BIATO JUNIOR, 2010, p. 44).

Essa visita foi um ponto importante para as relações bilaterais, pois até então o contato após o estabelecimento das relações diplomáticas, em 1974, na prática era apenas comercial. Assim, há que se entender o significado dessa visita em 1984.

A visita, a primeira de um Chefe de Estado brasileiro a um país comunista, foi vista como gesto brasileiro de reconhecimento de que a China não era uma inimiga ideológica como a URSS, e sim um país em desenvolvimento comprometido com o princípio da não ingerência nos assuntos internos de outros países. Para a China, essa visita foi um marco tão importante que, na ótica de especialistas chineses, como o Embaixador Gao, abre um novo ciclo nas relações bilaterais, iniciado justamente em 1984, e que “construiu a base para as futuras relações sino-brasileiras”. Para ele: “deixamos para trás o passado de desconfianças; viramos a página. Antes dessa visita, vínhamos tentando, em vão, ampliar as relações para além do espectro comercial; queríamos, por exemplo, abrir um consulado em São Paulo. Depois do encontro de Deng e Figueiredo, ficou decidido que os dois países iniciariam relações culturais e que seria facultado à China o direito de abrir um Consulado em São Paulo” (BIATO JÚNIOR, 2010, p. 40).

Acontecimentos entre Brasil e China tanto no governo de José Sarney quanto no de Fernando Collor são um capítulo a parte do relacionamento bilateral. Chegara ao fim a ditadura militar no Brasil e o país passava por uma redemocratização. Esse momento tornou possível uma maior interação com a China, pois teve-se “cooperação nas mais diversas áreas, desde o estabelecimento de vínculos na área cultural, e finalmente o estabelecimento de relações consulares” (BIATO JÚNIOR, 2010, p. 47). A política externa de Sarney aproximou-se dos regimes internacionais de direitos humanos e continuou a aproximação com países do eixo-sul. “Uma de suas primeiras medidas foi o reatamento de relações diplomáticas com Cuba” (VIZENTINI, 2008, p. 69).

O saldo da visita de Sarney à China resultou em “intenso intercâmbio bilateral sino-brasileiro, tanto em termos de visitas e de contatos políticos como em termos de comércio, e ainda uma série de acordos de cooperação foram firmados na área da ciência e tecnologia, especialmente na área espacial” (VIZENTINI, 2008, p. 70-71). Aliás, é em 1988, que Brasil e China firmam China-Brazil Earth Resource Satellite (CBERS) – ou Protocolo de Pesquisa e Produção Conjunta de Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres.

[...] o Programa CBERS tinha duas grandes missões: utilizar técnicas espaciais avançadas de sensoriamento remoto para inventariar, desenvolver, administrar e monitorar os recursos terrestres chineses e brasileiros de agricultura, florestas, geologia, hidrologia, geografia, cartografia e meio ambiente; e promover o desenvolvimento e aplicação de técnicas espaciais avançadas de sensoriamento remoto no Brasil e na China. [...] o plano de desenvolvimento do CBERS, estabeleceu-se a data de dezembro de 1992 para o lançamento do primeiro satélite binacional (BECARD, 2008, p. 139).

Desde então, Brasil e China “já lançaram os satélites CBERS 1, em 1999, CBERS 2, em 2003, CBERS 2B, em 2007, CBERS 3, em 2013, e CBERS 4, em 2014” (PAULINO, 2017, p. 228). Contudo, de acordo com Biato Júnior (2010) durante o governo de Fernando Collor, as dificuldades econômicas do Brasil afetaram negativamente o andamento do projeto, fazendo com que o Brasil ficasse quase 2 anos sem apresentar recursos financeiros ao CBERS; fato que quase levou a China a desistir do programa de satélites.

Aliás, a política externa de Fernando Collor tinha por objetivo atualizar a agenda externa brasileira sob dois enfoques, construir uma agenda positiva com os Estados Unidos e descaracterizar o perfil terceiro mundista da sua política externa, termo cunhado na Assembleia Geral das Nações Unidas pela delegação chinesa que procurou maior aproximação da China com países do chamado terceiro mundo. Com a política externa apontando para outras prioridades, houve um declínio nas relações bilaterais sino-brasileiras.

Celso Lafer definiu as linhas da política externa brasileira na 47^a Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU) em setembro de 1992. Embasado na nova geopolítica mundial, o ministro saudou os novos Estados com assento na ONU, fruto do colapso da União Soviética (URSS). Segundo o chanceler brasileiro, “o desafio da ONU hoje é buscar um novo consenso na ordem internacional”. Afirmou que a liberdade, a democracia, o respeito aos direitos humanos, o desenvolvimento sustentável, a justiça e paz deveriam ser os novos objetivos buscados pelas Nações Unidas. Para Celso Lafer, desarmamento, paz e segurança seriam as premissas indissociáveis para repensar a nova ordem mundial. A partir desses três elementos, são considerados o desenvolvimento e o meio ambiente, conjugados com a chamada Agenda para a Paz (que implicava o desarmamento e a adesão aos novos regimes internacionais). A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, Rio-92, foi um dos pontos altos das relações exteriores do Brasil durante esse período (VIZENTINI, 2008, p. 84).

Com o presidente Itamar Franco assumindo o governo, em 1992, as relações bilaterais Brasil e China ganham novo fôlego. Fernando Henrique Cardoso era o novo ministro das Relações Exteriores, contudo com pretensões de participar da próxima eleição presidencial deixou o cargo, que foi ocupado por Celso Amorim, em 1993. Internamente os integrantes do Itamaraty estavam divididos entre os neo-desenvolvimentistas, que apoiavam o modelo anterior e os neo-liberais que questionavam as escolhas do presidente Collor para a política externa. A política externa de Celso Amorim põe fim a essa questão.

Entre as prioridades brasileiras, estava a defesa do sistema multilateral nos planos político e econômico, a sua atuação junto à órgãos internacionais, como as Nações Unidas, OMC e blocos regionais, e a afirmação do sistema multilateral de comércio e da integração regional. Com isso visava a combater o protecionismo dos países ricos e lutar para que o Brasil tivesse acesso às tecnologias de ponta (VIZENTINI, 2008, p. 86).

O intuito da política externa era investir na integração regional e promover aproximação com países como China, Rússia, Índia, África do Sul que daria frutos apenas em 2003, com a formação do grupo do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul). O mantra era diversificação de parcerias e, “com isso, retomam-se os acordos nas áreas espacial, de energia, de mineração, científica e tecnológica com a China” (ALMEIDA; RAMANZINI JÚNIOR; MARIANO, 2015, p. 34).

É nesse contexto que, em 1993, as relações de Brasil e China assumem o status de Parceria Estratégica. Segundo Becard (2008) o sentido de parceria estratégica está na “convergência de esforços de dois (ou mais) países, com vistas à concretização de objetivos políticos e econômicos comuns e, em geral, num quadro de jogo de poder internacional” (BECARD, 2008, p. 27-28).

Em 1995, assumiu a presidência do Brasil Fernando Henrique Cardoso. Segundo Vizontini (2008, p. 95) a estratégia da política externa não era suficientemente clara, pois “o caráter da política externa desenvolvida no governo FHC sinaliza para a instauração de novos projetos e parcerias para o Brasil, sem definir claramente o paradigma estratégico pelo qual está se orientando” (VIZENTINI, 2008, p. 95). O referido autor ainda destaca que houve um engajamento da diplomacia brasileira aos regimes internacionais.

De acordo com Pires (2013, p. 196), o então presidente da China Jiang Zemin fez uma visita oficial ao Brasil, no ano de 2001. Nesse momento:

Naquela oportunidade, às vésperas do ingresso da China na OMC, Jiang Zemin veio à Brasília para debater com Fernando Henrique Cardoso importantes temas bilaterais, como a situação política e econômica da Ásia e da América Latina, a ampliação do relacionamento econômico e comercial e o aprofundamento da

cooperação científica e tecnológica entre os dois países. Os dois líderes já haviam se encontrado antes. Em 1993, durante o governo de Itamar Franco, Zemin visitou o Brasil. Em 1995, foi a vez de Fernando Henrique realizar uma visita oficial à China. Àquela época, a China já havia se tornado a principal receptora de investimentos externos diretos entre os países em desenvolvimento, seguida pelo Brasil. Também naquele encontro se esboçaram a cooperação no setor aeronáutico, o que mais tarde viabilizou a implantação de uma unidade da EMBRAER em conjunto com a estatal Chinesa AVIC, na cidade de Harbin. Desde então, os contatos entre Brasil e China, seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista comercial, se intensificaram (PIRES, 2013, p. 196).

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, chegamos na fase das relações maduras entre Brasil e China. De acordo com Becard (2011):

Na medida em que a China ganhou destaque internacional graças ao seu forte desempenho econômico, o país passou a assumir um papel mais “pró-ativo” na política mundial. Por sua vez, com o avanço da modernização chinesa – baseada na industrialização intensiva – a política externa chinesa colocou-se particularmente a serviço da busca por mercados, capital, tecnologia, energia e matérias-primas estrangeiros, considerados elementos basilares do desenvolvimento chinês. Tais transformações aproximaram sobremaneira a China da América Latina. De sua parte, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) remodelou a política externa brasileira de modo que esta pudesse colaborar para a construção de uma identidade de país continental, com ênfase na integração regional como nova forma de inserção internacional e na diversificação de parcerias com vistas à transformação do país em *global trader e player*. O reforço da imagem do Brasil como país emergente levou a diplomacia brasileira a dar prioridade à busca de mercados em diferentes regiões do globo, enfatizando-se o universalismo como princípio fundamental da política externa. Justificou-se, dessa forma, a aproximação e reativação das relações com a China (BECARD, 2011, p. 37).

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante os seus dois mandatos, privilegiou uma política externa que novamente retoma a ideia de diversificar parcerias para tentar diminuir a dependência norte-sul. É neste contexto, no ano de 2003, que surge o fórum de diálogo IBAS (Índia, Brasil e África do Sul).

O primeiro passo foi a constituição do Ibas ou G-3, Fórum de Cooperação Índia, Brasil e África do Sul, uma iniciativa sul-americana, não apoiada pelo governo FHC. [...] G-3 busca promover a cooperação trilateral, liberalização comercial recíproca e a unificação e fortalecimento de posições nos foros multilaterais. [...] Os três países manifestaram, igualmente, o desejo de se aproximar da Rússia e da China em um segundo momento, transformando-o em G-5 (se isso ocorresse, o grupo aglutinaria quase metade da população mundial e considerável parcela da produção do planeta, podendo influir significativamente nas negociações multilaterais). A criação do G-3 constituiu uma iniciativa importante, no momento em que os países do Sul necessitam se mobilizar em defesa dos seus interesses e para alterar pontos importantes da atual agenda mundial. Trata-se, igualmente, de uma contribuição à construção de um sistema mundial multipolar, sem hegemonias e regido por organizações multilaterais (VIZENTINI, 2008, p. 112).

Sem dúvidas, o governo do presidente Lula foi um marco para as relações bilaterais porque a política de cooperação sul-sul para o Brasil significava “valorização do peso dos

países em desenvolvimento emergentes, em negociações internacionais com os países desenvolvidos. Seria a base de apoio [...] aos interesses dos países em desenvolvimento e apoiada no fortalecimento dos organismos multilaterais, como ONU” (BIATO JUNIOR, 2010, p. 145).

A principal diferença em relação aos períodos anteriores reside no fato de que a cooperação Sul-Sul ganhou maiores condições de operacionalização e se tornou o pano de fundo da ação brasileira nas esferas das relações bilaterais, inclusive com os Estados Unidos, e também no âmbito do regionalismo e o multilateralismo, assim como em ações específicas do Brasil na área de comércio internacional, defesa, meio-ambiente entre outras (ALMEIDA; RAMANZINI JÚNIOR; MARIANO, 2015, p. 38).

Aliás, se compararmos os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva, veremos como os temas da política externa brasileira possuíam enfoques tão diferentes, que por vezes podem ser até antagônicos. Conforme demonstram em seu trabalho Vigevani e Cepaluni (2007), com o quadro abaixo.

Quadro 1 - Diferenças e semelhanças entre as Políticas Externas de FHC e Lula da Silva.

Temas importantes da Agenda da Política Externa Brasileira	A ideia de “Autonomia pela Participação” do Governo FHC	A ideia de “Autonomia pela Diversificação” do Governo Lula da Silva
1. ALCA	Apesar de não considerá-la prioritária para o Brasil, FHC tinha uma postura mais favorável à ALCA. A estratégia era atrasar as negociações e apenas assinar o acordo se fosse favorável do país.	Passou-se a negociar de forma mais dura, argumentando-se que as negociações só prosseguiriam se as demandas brasileiras fossem atendidas.
2. Combate à Fome Internacional	Tema não presente na agenda brasileira durante a administração FHC.	Ganhou destaque nos pronunciamentos internacionais do governo Lula da Silva, principalmente no início de seu mandato. Tentou-se a formal inserção na agenda internacional, com resultados discutíveis.
3. Conselho de Segurança	Desejava-se uma vaga de membro permanente no Conselho de Segurança da ONU, mas a diplomacia brasileira não	O ministro Celso Amorim expressou com mais firmeza o desejo do país de obter um assento permanente no Conselho

	<p>investiu muitos esforços nesta empreitada. FHC chegou a declarar que preferia aprofundar a integração regional e fazer parte do G-7 do que do Conselho.</p>	<p>de Segurança. A energia diplomática despendida foi considerável. Os custos da liderança brasileira no Haiti seriam uma tentativa de provar à comunidade internacional que o país tem condições de fazer parte do Conselho.</p>
4. Cooperação Sul-Sul	<p>A administração FHC privilegiou as relações com países desenvolvidos, principalmente com União Europeia e os Estados Unidos. A aproximação com grandes países do Sul visava benefícios materiais, principalmente em setores comerciais. No final do segundo mandato, o governo buscou ampliar relações com a China, Índia, Rússia e África do Sul. No caso do contencioso das patentes farmacêuticas contra os Estados Unidos, o Brasil aproximou-se da Índia e da África do Sul, mas não institucionalizou a parceria durante o seu governo.</p>	<p>A aproximação com os países do Sul ganhou destaque no governo Lula da Silva. Defendeu-se uma relação mais duradoura com os países em desenvolvimento, motivada por visões de mundo e pelas raízes ideológicas do Partido dos Trabalhadores, parcialmente coincidentes com a tendência existente em parte da diplomacia. Institucionalizou-se a parceria entre Índia, Brasil e África do Sul, abrangendo uma série de temas, como segurança, comércio, intercâmbio tecnológico, com resultados ainda incertos. Na administração Lula da Silva, ganhou destaque a formação do G-20, grupo de países em desenvolvimento que visam a liberalização do comércio agrícola. Tal tipo de coalizão tem o objetivo de reduzir as assimetrias.</p>
5. Estados Unidos	<p>A administração FHC pautou-se pela lógica da participação ativa na formulação de regimes internacionais, nas quais os norte-americanos tinham papel relevante. O presidente brasileiro desenvolveu relações pessoais com o presidente Clinton. No final da administração FHC, já na administração George W. Bush e especialmente depois dos atentados de 11 de setembro de 2001, o presidente passa a criticar o unilateralismo norte-americano. Buscam-se nesta fase novas parcerias comerciais com grandes nações em desenvolvimento para</p>	<p>Reconhecendo a importância dos Estados Unidos como o país mais rico e poderoso do globo, a política externa de Lula da Silva busca aprofundar as relações com grandes nações em desenvolvimento, e com algumas da União Europeia, visando reduzir as assimetrias de poder com a potência norte-americana. A busca de fortalecimento do Mercosul e a União Europeia também procuram ampliar o poder de barganha do país ao diversificar as opções estratégicas. Nesse contexto, o governo Lula da Silva buscou evitar confrontos com os Estados Unidos.</p>

	contrabalancear o poderio comercial norte-americano.	
6. Integração Latino americana	O tema da integração regional sul-americana, sobretudo, Mercosul, é central na agenda brasileira desde a democratização do país em 1985. Na administração FHC, o processo de integração regional era visto como um instrumento com o qual o Brasil poderia disputar um espaço político e econômico maior no mundo.	O governo Lula da Silva mantém o interesse pelo Mercosul, acentuando fortemente o peso do projeto da Comunidade Sul-americana de Nações (Casa). Há uma ênfase retórica e desenvolve-se a IIRSA. A integração estaria no tipo da agenda do país. Na administração Lula da Silva, busca-se manter equilíbrio nas relações com os países da região para capitalizar a aparente convergência em relação à integração e evitar agravar situações potencialmente conflituosas.
7. Liderança Brasileira	O governo FHC acreditava que a liderança não se proclama, ela deve ser exercida. Nesse sentido, o tema não recebia muito destaque em sua gestão.	A administração Lula da Silva colocou não ostensivamente o tema no debate político brasileiro. O desejo de obter um papel de destaque na região e entre os países em desenvolvimento foi introduzido e, em parte, tem se constatado uma maior cobrança por parte dos países sul-americanos em relação ao Brasil.
8. OMC	De todos os fóruns de negociações comerciais em que o Brasil participa, a OMC foi a que recebeu maior atenção da administração FHC, principalmente por se acreditar que nesta instituição a assimetria de poder era reduzida pelo respeito às regras internacionais acordadas pelos Estados participantes.	As negociações na OMC são consideradas fundamentais para o Brasil. Há a tentativa de assumir uma liderança mais pronunciada em coalizões Sul-Sul para alterar as relações de poder dentro da instituição.

Fonte: VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A Política Externa de Lula da Silva: a estratégia de autonomia pela diversificação. p. 323-324.

O presidente Lula visitou a China em maio de 2003, após um longo período de lacuna deixado pelos representantes brasileiros – a última visita foi feita pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995 – assim como o presidente Hun Jintao veio ao Brasil em julho de 2003. Importantes acontecimentos para o relacionamento bilateral para o diálogo político foram firmados, por exemplo, em 2004, o Brasil comprometeu-se a reconhecer a China como

uma economia de mercado, embora até 2018 este reconhecimento não tenha sido oficializado e aprovado pelo Congresso do Brasil, fato que os chineses fazem questão de lembrar sempre que têm oportunidade. Segundo Paulino (2017, p. 229) desde que foi estabelecido a parceria estratégica entre Brasil e China o relacionamento institucional entre os dois países tem se aprofundado com a criação de inúmeros fóruns e instâncias de cooperação bilateral. A Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), órgão de mais alto nível de cooperação mútua, foi criada em 2004; Plano de Ação Conjunta Brasil-China (2010-2014) firmado para cooperação nas mais diferentes áreas, em 2010; em 2012, as relações bilaterais foram elevadas ao status de Parceria Estratégica Global, além do estabelecimento do Diálogo Estratégico Global e do Plano Decenal de Cooperação 2012-2021 (PAULINO, 2017, p. 229).

Baseado no espírito de igualdade, de pragmatismo e de reciprocidade na obtenção de resultados positivos que deve nortear o relacionamento bilateral, e no intuito de ampliar a cooperação em todas as áreas, o documento do COSBAN, solicitado a existir por deliberação dos Chefes de Estado do Brasil e da China, estabelece um Plano de Ação Conjunta para os anos 2010-2011 baseado nos seguintes objetivos gerais: Fortalecer as consultas políticas sobre temas bilaterais e multilaterais de interesse mútuo, com base nos princípios de igualdade, confiança mútua, solidificando desse modo, a base política da Parceria Estratégica; Ampliar e aprofundar as relações bilaterais em todas as áreas; Aprimorar a coordenação das iniciativas de cooperação em todas as áreas da Parceria Estratégica Brasil-China, bem como de todos seus mecanismos institucionais; Estabelecer metas precisas e objetivas para cada uma das áreas de cooperação com base em iniciativas específicas; Monitorar e avaliar as metas estabelecidas e as atividades empreendidas pelos vários organismos envolvidos; Promover o intercâmbio de experiências nacionais em áreas de interesse mútuo; Adotar visão estratégica das relações bilaterais, a médio e longo prazo, considerando os desenvolvimentos do cenário internacional (SEVERINO; D. SC, 2011, p. 144).

Ao final de seu mandato, em 2011, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva obteve êxito em eleger sua candidata Dilma Rousseff para ocupar a presidência da República, sendo a primeira mulher a ocupar tal cargo na história do país. De certa forma, com relação à China, a presidente Dilma Rousseff manteve a linha de trabalho do presidente Lula, pois de acordo com Preto (2011) “os acordos bilaterais se multiplicaram. Cabe lembrar que após a Argentina, vizinha, a China foi o primeiro país a ser visitado pela Presidente Dilma Rousseff” (PRETO, 2011, p. 26).

A visita da Presidente Dilma Rousseff, em abril de 2011, estreitou novamente os laços com a China. Tal como havia ocorrido em 2004, uma grande delegação de políticos e empresários acompanhou a Presidenta. Na ocasião, foram firmados acordos e memorandos nas seguintes áreas: defesa; estabelecimento do Centro Brasil-China de pesquisa e inovação em nanotecnologia; cooperação bilateral em C&T na área de desenvolvimento em bambu; cooperação em recursos hídricos; metrologia, normalização e qualidade industrial; e cooperação esportiva. [...]

Durante a visita de Estado, em julho de 2014, a presidenta Dilma Rousseff e o presidente Xi Jinping assinaram cerca de 30 atos em áreas como aviação civil, energia, sistema financeiro, infraestrutura, educação, mineração, tecnologia, resseguros, construção e agricultura. Um dos acordos prevê a compra de 60 aeronaves da Embraer pela China. Destacam-se ainda os acordos de cooperação para o intercâmbio de dados de observação da Terra e para promoção de investimento de cooperação industrial e de tecnologia da informação. Na área consular, Brasil e China firmaram acordo para facilitar a emissão de visto de negócios para cidadãos dos dois países e, no setor energético, foi assinado acordo de cooperação estratégica entre Eletrobrás, Furnas e as empresas chinesas China Three Gorges Corporation e CWEI Participações para incremento de cooperação na construção da Hidrelétrica do Rio Tapajós (PAULINO; PIRES, 2016, p. 263-264).

Aliás, durante o governo da presidente Dilma Rousseff, Jayme Martins (2011) relata que os representantes de ambos os países, chegaram ao consenso de que as relações bilaterais seriam regidas por quatro princípios:

- 1) Persistir em consultas em pé de igualdade e reforçar a confiança mútua; 2) Persistir em benefícios e vantagens recíprocas e ampliar o intercâmbio econômico-comercial; 3) Manter acordos e coordenação e intensificar a cooperação na área internacional; 4) Promover o intercâmbio não governamental (povo a povo) e desenvolver a compreensão mútua (MARTINS, J., 2011, p. 91-91).

Marcadamente, as relações entre Brasil e China não tinham o status de prioridade no início desse relacionamento. Foi preciso superar muitas barreiras que foram rompidas apenas quando o relacionamento bilateral firmou-se, segundo Paulino (2017, p. 228) sob três pilares: fortalecer cooperação regional, intensificar relações Sul-Sul, enquanto que para China sua política viu a oportunidade de se aproximar dos países da América Latina, chance essa obtida através ao seu forte ritmo de crescimento econômico e adesão da China à OMC.

4.3 Agenda Brasil-China

A agenda internacional de um país é construída com base nas diretrizes estabelecidas por sua política externa. De acordo com Paulino e Pires (2016, p. 259) o nível de compatibilidade entre a política externa de Brasil e China é muito alta. Os autores ainda concordam que da política externa de Brasil e China, as diretrizes de política externa estão amparadas em princípios de não intervenção em assuntos internos de outros países; autodeterminação dos povos; defesa da paz bem como da igualdade jurídica entre os países,

engajamento para que os meios de solução pacífica sejam aplicados aos conflitos e busca cooperação de desenvolvimento entre os países (PAULINO; PIRES, 2016, p. 259-260).

Conforme Brasil e China foram desenvolvendo seu relacionamento comercial e político bilateral, principalmente com o advento do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, com uma de suas diretrizes da política externa voltada para a cooperação sul-sul, privilegiando novos parceiros, diversificando suas opções comerciais, determinado a diminuir sua dependência com países desenvolvidos, que há pontos em comum na agenda deles. Aliás, ambos construíram uma agenda comum chamada por Amorim (2007, p. 03) de agenda positiva e destaca que é importante que assim seja, pois:

A China torna-se um país mais e mais voltado para fora, estabelecendo parcerias inicialmente regionais, depois com os grandes países que detêm, de certa forma, o controle principal do ordenamento do sistema internacional. E o Brasil se situa em um destes contextos: uma interseção entre o interesse global Chinês e o interesse da América Latina em ter uma relação especial com países de porte e de presença internacional mais relevante (AMORIM, 2007, p. 03).

Na visão de Avila (2009) a agenda Brasil-China trabalha com os seguintes temas: “manutenção da paz e da segurança internacional; superação da pobreza e da exclusão social; Proteção do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável; promoção e proteção dos direitos humanos; Aperfeiçoamento dos mecanismos de cooperação e coordenação regional e global” (AVILA, 2009, p. 87-89).

Essa agenda “também inclui a participação de atores não-estatais tais como: partidos políticos, empresas transnacionais, organizações não-governamentais, organizações profissionais, sindicais e camponesas, dentre outros” (AVILA, 2009, p. 89).

A agenda Brasil-China não fica restrita apenas a esses temas, de acordo com Cunha, Paulino e Pires (2015) há outros pontos que a partir de 2014, obtiveram maior participação na agenda, com destaque para as áreas da ciência, tecnologia e inovação; educação; cultura e defesa, importante para a governança global.

Energia e Mineração: “tem importância estratégica para ambos os países. Como maior consumidora mundial de minério de ferro e energia, além de outras *commodities* minerais, a China é um importante mercado para as empresas brasileiras” (CUNHA; PAULINO; PIRES, 2015, p. 168).

Ciência, tecnologia e inovação: Cunha, Paulino e Pires (2015, p. 169) afirmam que essa é uma das principais prioridades da agenda comum, visto que englobaria parques tecnológicos, nanotecnologia, biotecnologia, fármacos, dentre outros. Destaque para as seguintes atividades:

Na área de biotecnologia foi assinado durante a Rio+20, em junho de 2012, Memorando de Entendimento entre o MCTI e o Ministério da Ciência e Tecnologia da China (MOST) para a criação do Centro Brasil-China de Biotecnologia. Na área de mudanças climáticas foi criado, em 2009, pelo Coppe/UFRJ e Universidade de Tsinghua, o Centro Brasil-China de Mudanças Climáticas e Tecnologias Inovadoras para Energia. Com base no memorando de entendimento firmado, em 2010, entre a Embrapa e a Academia Chinesa de Ciências Agrárias (CAAS) foram inaugurados o Laboratório Virtual da Embrapa (Lapex) em Pequim e o Laboratório Virtual da Academia Chinesa de Ciências Agrícolas, no Brasil. Em maio de 2014 ocorreu uma missão de parques tecnológicos brasileiros à China, organizada pelo MCTI com o objetivo de conhecer o modelo de parques tecnológicos chineses. Também em 2012 inaugurado simbolicamente o Centro Brasil-China de Pesquisa e Inovação em Nanotecnologia. O centro é virtual e funciona como uma rede de cooperativa de pesquisa e desenvolvimento, vinculada ao Laboratório Nacional de Nanotecnologia no Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), em Campinas. Em março de 2014, ocorreu o I Seminário Brasil-China, em Campinas, organizado pelo MCTI e pelo MOST. A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) organizou, em abril de 2014, a Semana da Fapesp China 2014, com apoio da Fundação Nacional de Ciências Naturais da China e da Universidade de Pequim (CUNHA; PAULINO; PIRES, 2015, p. 169).

Educação: os autores destacam como marco para o ensino, e bem como para a promoção do ensino da língua chinesa, a criação do Instituto Confúcio, a partir de 2008. E o Programa Ciência Sem Fronteiras, iniciativas do governo Lula da Silva e Dilma Rousseff que proporcionaram intercâmbio tanto de brasileiros como de chineses nas universidades. (CUNHA; PAULINO; PIRES, 2015, p. 170).

Defesa: 2004 foi um ano importante, pois “instituiu o Comitê Conjunto de Defesa Bilateral, cujo principal objetivo é promover debates sobre cooperação, trocas de informação e fortalecimento da confiança entre as Forças Armadas” (CUNHA; PAULINO; PIRES, 2009, p. 173).

4.4 Cooperação Brasil-China para a reforma do sistema de governança global

A crise financeira e econômica de 2008, segundo Holanda (2011, p. 68) “criou as condições para que as relações entre os dois países adquirissem musculatura e revelassem as aptidões que a distinguem neste momento”. De acordo com Holanda (2011) a crise de 2008, fortaleceu as relações Brasil-China:

a) pelo alcance temporal das decisões, que transcende cada vez mais o curto prazo e aponta para um horizonte temporal mais amplo; b) pela diversificação da agenda bilateral, que se expandiu de tópicos tradicionais – associados, na sua maior parte, ao intercâmbio comercial – para novas fronteiras de atuação conjunta, típicas de relações mais maduras, tais como investimentos; associação em segmentos de alta

tecnologia, aeronáutico, fármacos; economia verde; e cooperação acadêmica; c) pela ampliação da agenda para o plano plurilateral, evidenciada pela presença dos dois países no BRICS e pela estreita coordenação de posições em novos mecanismos de governança mundial, como o BASIC e o G20 Financeiro (HOLANDA, 2011, p. 68).

A crise mudou a dinâmica das relações Brasil e China, uma vez que, de acordo com Bingwen e Suangrong (2014, p. 147) com a crise de 2008 os países tiveram que buscar apoio em países que estavam em ascensão, pois não tinham como superá-la sozinhos, tendo como palco a Cúpula do G-20 que veio a ser o principal fórum para melhorar a governança econômica mundial.

Empurrado pelos países do G20 e do BRICS, os EUA e os países europeus precisam acelerar a reforma do FMI, do Banco Mundial e de outras organizações financeiras internacionais. Em 2008 e 2010, o FMI aprovou dois programas de reforma estrutural, nos quais a participação e o direito de voto para novos países em ascensão, como China, Brasil e México, foram melhorados. Os países da China e da América Latina devem adotar a rápida alteração das relações internacionais como uma oportunidade para impulsionar a reforma da governança global (BINGWEN; SHUANGRONG, 2014, p. 147, tradução nossa).

É interessante notar como Bingwen e Shuangrong (2014) destacam cinco pontos nos quais a relação China e América Latina, com destaque para o Brasil, se tornou fundamental para a governança global. Primeiro Bingwen e Shuangrong (2014, p. 150) afirmam que a América Latina é uma região de extrema importância para o debate da governança global, pois se faz presente nos mecanismos de governança. Caso que pode ser visto no sistema das Nações Unidas, pois os latino-americanos possuem 2 assentos não permanentes no Conselho de Segurança, 10 assentos no Conselho Econômico e Social e 8 assentos no Conselho de Direitos Humanos.

Segundo os países da América Latina valorizam muito a função tanto das organizações internacionais globais e regionais na governança global, inclusive boa parte dos países latino-americanos aderiram a alguma organização como o Movimento Não-Alinhado, Mercado Comum do Sul, Grupo dos 77, a título de exemplo (BINGWEN; SHUANGRONG, 2014, p. 151).

Terceiro “China também está estabelecendo o mecanismo de reunião com a Comunidade da América Latina e do Caribe (CELAC). O mecanismo se tornará um importante fórum para o aprimoramento do diálogo internacional sino-latino-americano” (BINGWEN; SHUANGRONG, 2014, p. 151, tradução nossa).

Em quarto e quinto respectivamente, América Latina pode ser considerada como a região porta-voz dos interesses dos países em desenvolvimento e a que mais promove questões de desenvolvimento no fórum de governança global. Para tanto os referidos autores

destacam alguns exemplos, em 2010, a organização da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas ficou sob a responsabilidade do México; já em 2012, a Cúpula do G20, foi realizada no Rio de Janeiro, o que tornou o Brasil um líder que levanta a bandeira do desenvolvimento sustentável global. E por último “América Latina é defensora e promotora das regras de governança global” (BINGWEN; SHUANGRONG, 2014, p. 151, tradução nossa).

Na participação, os princípios propostos pelos países latino-americanos como “resolver conflitos de maneira pacífica” e o princípio de não interferência foram inscritos no direito internacional e nas constituições das organizações internacionais. Eles não apenas protegeram sua própria soberania e interesses nacionais, como também protestaram contra a hegemonia do sistema dos grandes países e, ao mesmo tempo, fizeram grandes contribuições para o desenvolvimento de leis internacionais e o aperfeiçoamento das regras de governança global (BINGWEN; SHUANGRONG, 2014, p. 151, tradução nossa)

Deste modo, o diálogo da China com a América Latina, sobretudo com o Brasil, reforçam o trabalho em prol de uma governança global. Brasil e China participam de foros multilaterais, privilegiam a cooperação entre nações, prezam por um discurso de ação multilateral e estão em busca de um mundo cada vez mais multipolar. E o apoio entre eles se tornou fundamental. Becard (2011) destaca alguns momentos que Brasil colocou em prática seu discurso a favor do multilateralismo, com relação à China.

[...] o Brasil apoiou sua entrada na Organização Mundial do Comércio como membro permanente (2001); na Organização dos Estados Americanos (OEA) como observador permanente (2004), e no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) como membro associado; concedeu-lhe o *status* de economia de mercado (2004); votou a seu favor na Comissão de Direitos Humanos da ONU (2004) e negociou a elevação de barreiras comerciais (BECARD, 2011, p. 306).

Contudo, há momentos em que o Brasil e China não concordam. Com relação a isso, destacamos dois momentos. O primeiro, como já destacado anteriormente nesta monografia, tem a ver com a necessária reforma na Organização das Nações Unidas, mais especificamente no principal instrumento jurídico, a Carta da ONU, que possibilitaria uma reforma no Conselho de Segurança. Reforma motivada pela nova realidade sistêmica que não é mais a mesma do período da Guerra Fria e, portanto deveria se adequar aos novos atores que surgiram nas relações internacionais; por seus fracassos e ineficiência de atuação.

O projeto brasileiro de também fazer parte dos países que pedem pela reforma das Nações Unidas e um assento permanente não apenas para si, como também apoiando um projeto de ampliar os números de assentos permanentes com direito ao veto, que beneficiaria países como Alemanha, Japão e Índia, conhecidos como a proposta de reforma do Conselho

do G-4. Acontece que a China não apoiou a candidatura do Brasil para um assento permanente por interesses próprios. De acordo com Sousa (2016), a questão gerou sobre a entrada do Japão no Conselho. E motivos não faltavam para os chineses. Sousa (2016) elencou alguns, como por exemplo, a forte oposição da China estaria centrada no fato dos japoneses terem participado do período da humilhação estrangeira, e o ressentimento ainda é presente, assim o sentimento de nacionalismo chinês prevaleceu, acrescente a isso o gesto chinês de questionar a legitimidade do Japão em poder cogitar fazer parte do Conselho, uma vez que a participação do Japão na Segunda Guerra Mundial não o tornava um país denominado responsável para desempenhar um papel no Conselho (SOUSA, 2016, p. 218-219). Além disso, a presença do Japão poderia beneficiar e ampliar ainda mais os interesses dos Estados Unidos. Outro motivo “interpretou-se que o país não queria diluir seu poder, como único país asiático e em desenvolvimento [...] As relações com a Índia, com quem a RPC já havia tido problemas históricos, inclusive na década de 1960, também foram apontadas como outro possível motivo” (SOUSA, 2016, p. 220).

Porém, no âmbito das discussões sobre a reforma da ONU e de seu Conselho de Segurança, a China não defendeu abertamente a atribuição do assento permanente ao Brasil, seja por receio de melindrar outros parceiros comerciais na América Latina, seja por não desejar que uma eventual reforma da estrutura decisória de poder diminua o *status* internacional da China, relacionado justamente à exclusividade de acesso a esse espaço de poder político. Enquanto a decisão do Brasil em reconhecer a China como *economia de mercado* teve por intenção tornar explícito o grande peso político conferido pelo Brasil às relações com o parceiro asiático, a atitude da China em não apoiar abertamente a candidatura do Brasil a um assento permanente ao Conselho de Segurança da ONU – contrastando com a atitude de outros membros permanentes do Conselho, como a França – jogou sombras de dúvidas sobre o próprio fundamento da parceria estratégica estabelecida entre os dois países (BECARD, 2011, p. 306-307).

O Brasil sabia das possíveis motivações chinesas em vetar a candidatura do G-4, mas acreditou que a China pudesse levar em conta as parcerias que possuía com os países, uma vez que a diplomacia brasileira entendia que a China iria apoiar sua candidatura, mas conforme já destacado os Estados Unidos viam com bons olhos a entrada do Japão, logo os representantes chineses não iam se arriscar (SOUSA, 2016, p. 321).

Já o segundo também aconteceu no âmbito de uma organização multilateral, só que nesse caso foi na Organização Mundial do Comércio, no caso no desenvolvimento da Rodada Doha, iniciada em 2001, em Doha, no Qatar. De acordo com o Ministério da Indústria Comércio Exterior e Serviços, a Rodada Doha apresentava os seguintes objetivos:

i) redução dos picos tarifários, altas tarifas, escalada tarifária e barreiras não-tarifárias em bens não-agrícolas – Non-Agricultural Market Access – NAMA; ii) discutir temas relacionados à agricultura – subsídios, apoio interno, redução de tarifas e crédito à exportação; iii) negociar a liberalização progressiva em serviços, conforme estabelecido nas discussões do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços – GATS; iv) ampliar o Acordo TRIMs – Trade Related Investment Measures, cujo alcance está relacionado aos investimentos em bens, abrangendo temas como escopo e definição, transparência, não-discriminação, disposições sobre exceções e salvaguardas do balanço de pagamentos, mecanismos de consultas e solução de controvérsias entre os membros; v) discutir a interação entre comércio e política de concorrência – princípios gerais de concorrência, de transparência, não-discriminação, formação de cartéis, modalidades de cooperação voluntária e instituições de concorrência para os países em desenvolvimento; vi) negociar maior transparência em compras governamentais; vii) melhorar o arcabouço institucional ao comércio eletrônico; viii) aprimorar os dispositivos do Acordo de Solução de Controvérsias, considerando os interesses e necessidades especiais dos países em desenvolvimento; ix) conduzir negociações que aprimorem as disciplinas dos Acordos sobre antidumping, subsídios e medidas compensatórias, preservando seus conceitos básicos (BRASIL, 201-?).

A conferência de Doha teve várias rodadas, que infelizmente foram infrutíferas. Segundo o Ministério das Relações Exteriores (2018) “Brasil e diversos outros países em desenvolvimento entenderam que o centro das negociações da Rodada Doha deveria ser as negociações em agricultura, setor em que se concentram boa parte das exportações desses países” (BRASIL, 200-?). Segundo Celso Amorim (2015, p. 317) o Brasil que fora um dos países atuantes para o desenvolvimento da Rodada Doha, tinha como proposta aos demais países “reiterando posições sobre subsídios à exportação e apoio interno e também lançando ideias novas em matéria de acesso a mercados em agricultura” (AMORIM, 2015, p. 317). Segundo Paulino (2017, p. 231) foi por terem visões diferentes sobre o acesso aos mercados da área da agricultura que China e Brasil divergiram, de modo que, a China não acompanhou essa proposta do Brasil.

De um lado o Brasil, como grande produtor agrícola altamente competitivo desejava que a Rodada Doha eliminasse definitivamente os subsídios agrícolas à produção e exportação, principalmente dos países desenvolvidos e, sobretudo, que o comércio de produtos agrícolas passassem a funcionar nos mesmos moldes que o comércio de manufaturas, segundo as regras da OMC, como aliás tinha sido acerto na Rodada Uruguai, quando da criação da OMC. Do outro lado, China e Índia acabaram por alinhar-se com os grandes importadores de produtos agrícolas na defesa de salvaguardas quando a importação pudesse colocar em risco os produtores locais. Essa posição da Índia e, mais discretamente, da China, decorre do fato de em ambos os países haver ainda uma grande parte da população residindo no campo e, portanto, dependente da produção agrícola. Para eles uma abertura de mercado poderia colocar em risco a segurança econômica desses segmentos. Não que o Brasil

fosse contra a existência dessas salvaguardas, mas não houve concordância quanto aos gatilhos que liberariam o uso dessas salvaguardas. Na verdade que era mais contrária ao acordo era a União Europeia, que oportunisticamente se aproveitaram dessa posição da Índia e da China para melar de vez com a Rodada Doha.

Mesmo com o fracasso da Rodada Doha, o Brasil demonstrava que seus esforços de participação na Rodada Doha visavam contribuir para que uma nova fase da governança global. Fase que ainda não frutificou na ordem internacional, uma vez que tem suas origens nas Conferências de Bretton Woods e São Francisco, sobretudo a imposição do sistema de Bretton Woods pelos Estados Unidos, que apesar das transformações na ordem internacional desde então, não foi suficiente para angariar reformas em fóruns multilaterais.

Buscávamos o fortalecimento da OMC, sobre a base de relações mais justas, em que o desenvolvimento – e não apenas o livre comércio – fosse um dos pilares de uma ordem mundial equitativa e solidária. Esse empenho decorria de uma visão do mundo que foi expressa também em muitas outras ações de política externa do governo do presidente Lula, incluindo desde a criação da Unasul até as aberturas para outros países e continentes, como a África e o mundo árabe. Esse esforço contemplava ainda a tentativa de reforma do conselho de segurança e a formação de grupos como o BRICs e o IBAS. Todas essas iniciativas eram inspiradas pela concepção de uma ordem global menos sujeita a áreas de influências e hegemonias, uma ordem em que ações unilaterais (no comércio ou no emprego da força) se tornem cada vez mais raras e na qual os países possam basear suas relações em regras equilibradas e previsíveis, não impostas por este ou aquele país – ou grupo de países –, mas acordadas multilateralmente (AMORIM, 2015, p. 489-490).

Todavia, se Brasil e China discordam nesses dois pontos, seu relacionamento bilateral ajudou na construção do G-20 e do BRICS que obtiveram grande importância na política externa de ambos e como também na contribuição deles para a governança global. De acordo com Vizontini (2008, p. 113) a criação do G-20 demonstrou a capacidade de atuação da diplomacia brasileira, pois desempenhou um ótimo trabalho para construir o escopo do G-20 comercial, durante a reunião de cúpula da OMC, realizada em Miami, em 2003, já no âmbito da Rodada Doha. Destaque-se ainda que até aquele momento a liderança das negociações comerciais era exercida por um grupo denominado “Quad” ou “Quadrilateral” composto pelos Estados Unidos, Canadá, União Europeia e Japão. Com o fracasso da Conferência Ministerial da OMC realizada em Miami, em 2003, a liderança no processo de negociação passou para um novo grupo, formado por Estados Unidos, União Europeia, Brasil e Índia.

No rastro da crise financeira de 2008, um novo G-20 ganhou proeminência, desta vez o G-20 financeiro, uma vez que o G-7, agrupamento das principais economias ricas do mundo, formado por Alemanha, Canadá, França, Itália, Japão, Reino Unido e União Europeia, se viu impotente para enfrentar a crise financeira em âmbito global. Com a participação de

diversos países em desenvolvimento, tais como Argentina, Brasil, China, Índia, Indonésia, México, África do Sul e Turquia, esse agrupamento tornou-se o principal fórum de discussão sobre as possíveis saídas para a crise.

O protagonismo dos dois G-20, o comercial e o financeiro, no encaminhamento das crises das diversas crises que tem assolado o mundo neste início de século demonstram como a governança global passa por mudanças importantes, no sentido de incorporar novos atores nos principais palcos de disputas e negociações internacionais, com importantes responsabilidades. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores, “os países que integram o G-20 [financeiro] representam 90% do PIB mundial, 80% do comércio internacional e 2/3 da população mundial e 84% da emissão de gases de efeito estufa” (BRASIL, 200-?).

A partir da crise financeira e econômica de 2008, Brasil e China viram no âmbito do G-20, diante da multiplicidade dos países participando, sobretudo com a ascensão da China como uma potência, além de seu exponencial crescimento econômico, a oportunidade de reforçar o discurso que a governança global ainda está enquadrada em moldes antigos e que a promoção de sua pauta na agenda internacional, assim como reforma nas instituições multilaterais, se tornaram cada vez mais necessárias, mesmo com onipresença que os Estados Unidos tem no cenário internacional.

Nesse sentido, trazemos as duas visões para a promoção da governança global, diante do G-20. De acordo com Ramos, et al (2012):

O Brasil percebeu na crise de 2008 uma oportunidade para a mudança na estrutura do sistema financeiro e econômico internacional. O país atuou no processo de consolidação do G-20 como o principal foro para lidar com temas econômicos internacionais, e tem defendido a maior participação dos países emergentes nas instituições de decisão sobre a economia mundial. Segundo o governo brasileiro, o G-20 teria aberto espaço ao Brasil para participação em outros foros, como IOSCO (Organização Internacional de Comissões de Valores Mobiliários), FSB, BIS (Banco de Compensações Internacionais) e no processo de formulação do Acordo de Basileia III (Ministério das Relações Exteriores 2010a; 2010b). Neste sentido, [...] o governo brasileiro declarou que o G-7 não tinha mais condições de guiar a saída da crise, tendendo a ser substituído pelo G-20. Além disso, o Brasil defendeu uma maior participação dos principais países em desenvolvimento nas instituições de governança global, bem como o fortalecimento do FMI e do Banco Mundial, desde que isso implicasse mudanças que elevassem o peso dos emergentes em tais instituições (RAMOS, et al, 2012, p. 20).

A China que tinha se tornado membro da OMC em 2001, segundo Amorim (2015) no início do G-20 “manteve uma postura discreta [...] decorrente de seu acesso recente à OMC. Isso não a impediu de se unir ao G20” (AMORIM, 2015, p. 300), tanto o comercial, quanto o financeiro, nem de divulgar seu posicionamento, principalmente no que tange as reformas.

A posição da China [...] focou-se em quatro prioridades básicas: 1) uma ampla reforma no sistema monetário, nas instituições financeiras e nas regras e procedimentos das finanças internacionais; 2) uma reforma que contemple de maneira balanceada os interesses de todas as partes; 3) reformas incrementais que visem a um progresso gradual; 4) uma reforma orientada que objetive resultados práticos. As reformas deveriam contribuir para a estabilidade financeira internacional, o crescimento econômico global e o bem-estar das pessoas de todos os países. [...] China focou em três pontos: medidas de curto e longo prazo para lidar com a crise econômica, a reforma do sistema financeira global e reforma do papel das instituições financeiras globais. Ela pediu maior voz para os países emergentes e em desenvolvimento no sistema financeiro internacional na luta contra o protecionismo comercial e financeiro, e também foi favorável ao incremento dos gastos dos governos para estimular a economia (RAMOS, et al, 2012, p. 17).

Portanto, apesar de discordarem em alguns momentos, o que é de se esperar considerando as realidades geopolíticas e econômicas tão diversas, o saldo de cooperação e diálogo entre Brasil e China é mais positivo do que negativo. Ambos possuem uma agenda comum de cooperação e estão alinhados ao discurso de que a governança global precisa de uma reforma, contudo uma reforma que seja mais inclusiva. Por inclusiva, entendemos uma governança atenta às transformações globais, diante de um mundo, conforme levantamos nessa pesquisa, mais multipolar.

É importante destacar ainda que a cooperação Brasil-China na construção de uma nova estrutura de governança global não tem se dado apenas ao nível multilateral com discutido acima, mas também ao nível plurilateral, nomeadamente, no agrupamento diplomático do BRICS. Segundo Paulino (2018b),

O grupo diplomático do BRICS representa uma inovação no quadro tradicional das relações internacionais, na medida que reúne um grupo de países em desenvolvimento com peso suficiente na economia mundial para não só reivindicar mudanças na governança da economia global, mas também com capacidade de promovê-las na prática, como atesta a recente criação do Novo Banco do Desenvolvimento (NDB) do BRICS. Desde sua criação, em 2009, o BRICS - que incorporou a África do Sul em 2011 - tem se constituído em importante facilitador tanto para o alargamento das áreas de cooperação entre os cinco países do grupo, como também para seu aprofundamento. [...] O estabelecimento do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) do BRICS e do Arranjo de Contingência de Reservas (ACR) representou um passo importante para a institucionalização da cooperação financeira. Da mesma forma, a formulação de uma "Estratégica para uma Parceria Econômica do BRICS" expressa o desejo comum de substituir o modelo de desenvolvimento neoliberal por um novo modelo que responda melhor às suas necessidades de desenvolvimento.

Portanto, a cooperação entre Brasil e China acontece no âmbito da governança global. Ainda há um longo caminho a ser percorrido para que o anseio de um sistema de governança global mais integrado se torne uma realidade. Brasil e China acreditam que a reestruturação da governança global não deve ser feita apenas com o surgimento de novos mecanismos de governança, diga-se de passagem são importantes. É preciso que uma reforma ocorra nos

fóruns de governabilidade internacional, desde que, seja uma reforma que incluía os países em desenvolvimento e emergentes.

O importante é que muito mais do que apenas discursar tanto Brasil como China estão participando de novos mecanismos de governança global – alguns até criados a partir de suas ações nas relações internacionais. Enquanto as reformas não acontecem nas instituições multilaterais já existentes, é preciso buscar outras saídas, quem sabe seja o caminho para as reformas.

Assim sendo, o sistema internacional precisa que a pauta da governança global seja colocada em debate, porque sem a promoção de uma melhor distribuição e responsabilidade de governança o sistema fica comprometido. Um exemplo disso é o tema meio ambiente, que não é nosso objeto central, contudo é inevitável não comparar governança global com o planeta terra. A responsabilidade pela governança global é de todos, pela síntese a governança não permite a figura de um presidente global (COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL, 1996).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Governança Global é um termo cujas conceituações são tão amplas e diversas, que apesar de termos dito ao longo da pesquisa que acreditamos que governança global trata-se de uma relação não apenas entre os Estados, mas também que inclui demais atores como agentes privados, entes governamentais, organizações não governamentais, enfim todos aqueles que preenchem a vida do sistema internacional, pois presumimos que o exercício de uma governança implica a participação da totalidade dos atores que compõem seu conjunto, não foi possível afirmar categoricamente que esse ou aquele autor apresentava a definição correta de governança global. Por isso, não nos apegamos a uma definição do termo. Assim como normas e leis devem ser revistas para que se ajustem aos novos tempos, o mesmo processo deveria acontecer com relação a governança.

A razão para esse fenômeno está nas suas origens. O final da Segunda Guerra Mundial foi o contexto no qual nas Conferências de Bretton Woods e São Francisco estabeleceram as bases do sistema de governança política e econômica mundial. Nesse sentido a instituição do sistema de Bretton Woods, em 1944, foi a vitória da imposição do hegemônico Estados Unidos, logo o desenho da governança global – Nações Unidas, Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, GATT/Organização Mundial do Comércio – foi determinado pelos Estados Unidos. Na atualidade, apesar de vermos que permanecerão por muito tempo como o país *hegemon*, os Estados Unidos estão sendo questionados em sua hegemonia, sobretudo diante da ascensão da China.

Pelo fato do atual contexto internacional ser tão diverso do vivido pelas gerações passadas, se faz necessário uma reforma da estrutura da governança global nas instituições multilaterais para que atenda a atual realidade sistêmica, ou seja, uma ordem internacional com uma maior multiplicidade de países com voz nas decisões internacionais. Contudo algumas barreiras estão presentes, os países que detêm o poder não parecem dispostos a dividir seu espaço, por exemplo, há tempo que se fala em uma reforma da Carta das Nações Unidas e em especial do seu Conselho de Segurança que ainda mantém a mesma configuração, desde o final da Segunda Guerra Mundial.

Brasil e China são dois países tão diferentes em tantos aspectos, mas conseguiram superar as barreiras e construíram aos poucos seu relacionamento bilateral. No âmbito da governança global possuem uma agenda comum de cooperação e estão alinhados ao discurso de que a governança global precisa de uma reforma, contudo uma reforma que seja mais inclusiva. Para tanto, buscam promover novos mecanismos de governança global, com o

intuito de democratizar as decisões, afinal a governança global exige a participação de boa parte da totalidade dos atores.

Assim, a inserção da China na Organização Mundial do Comércio, nos BRICS, Novo Banco de Desenvolvimento Asiático, Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura demonstram que a China está engajada na promoção das mudanças que a governança global requer. Os chineses entendem que governança deve ser efetiva e se desenvolver de modo sustentável. Isso corrobora com sua orientação de sua política externa pelo desenvolvimento pacífico.

Em termos de cooperação concluímos que Brasil e China possuem um saldo positivo, pois além da agenda comum e do histórico de seu relacionamento bilateral, promovem a cooperação tanto no âmbito bilateral, quanto multilateral. Dos pontos abordados, apenas divergiram sobre a reforma do Conselho de Segurança e, parcialmente, sobre a conclusão Rodada Doha.

A busca por uma nova estrutura de governança global não significa que Brasil e China desejem os Estados Unidos fora, mesmo porque além, de não ser possível, não é do interesse de ninguém que isso ocorra. Na verdade, neste aspecto, a posição da China é um pouco ambígua. Se de um lado o sistema atual de governança está totalmente enviesado em direção aos Estados Unidos e Europa, e já não corresponde à nova realidade global, a qual os países em desenvolvimento não só respondem pela maior parcela da população do planeta, mas, pela primeira vez, ultrapassaram os chamados países desenvolvidos em volume de produção de riquezas, por outro, a China foi a grande beneficiária do processo atual de globalização. Nesse sentido, a posição chinesa, coerentemente com sua visão de acomodação de interesses tendo em vista um mundo mais pacífico, embora seja hoje o país com maior capacidade de promover mudanças na ordem global, tem adotado uma postura reformista e cautelosa, evitando o confronto direto, sobretudo, com os Estados Unidos. Isso não quer dizer, evidentemente, que a China não tenha seus limites em termos de solução pacífica de conflitos. O caso de Taiwan é certamente um desses limites, pois a China não evitaria ir à guerra se sua política de uma só China fosse posta em risco. Mas os Estados Unidos sabem disso e mesmo em situações como a atual, com um presidente da República agindo no limite da irresponsabilidade, têm mecanismos institucionais para impedir que essas linhas perigosas sejam ultrapassadas, o que, obviamente, não é garantia de que nunca venham a ser, como a história está cheia de exemplos. A única coisa que é possível afirmar com certeza é que na conjuntura atual, não interessa à China nenhum tensionamento internacional que possa lhe roubar as energias necessárias para completar seu processo de modernização. Ela tem bem

presente o resultado da política de confrontação da antiga URSS com os Estados Unidos e não quer cair na mesma armadilha. Mas infelizmente não é possível prever que tendências irão prevalecer no Ocidente diante da inevitável ascensão da China. Se prevalecerá a proposta chinesa de convivência pacífica entre as nações e a formação de uma comunidade de interesses em torno de problemas comuns que desafiam a humanidade no momento atual ou se caminharemos para algum tipo de confronto que faça o mundo repetir os mesmos erros e os mesmos dramas que o assolaram no século 20. Diante desse quadro, a agenda de pesquisas que se abre é enorme e este trabalho apenas tangenciou alguns pontos que nos parecerem mais relevantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, Gabriel Pessin. A Rússia como grande potência e a parceria estratégica com a China. In: ALVES, André Gustavo de Miranda Pineli (Org.). **O Renascimento de um potência?: a Rússia no século XXI**. Brasília: IPEA, 2012.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. O Fim da Guerra Fria e os Novos Conflitos Internacionais. In: MOISÉS, José Álvaro (Org.). **O Futuro do Brasil**. A América Latina e o Fim da Guerra Fria. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1992.

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. **Crescimento, modernização e política externa**. São Paulo: Cultura Associados 1996.

ALMEIDA, Rafael Augusto Ribeiro de; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; MARIANO, Marcelo Passini. As diferentes dimensões da cooperação sul-sul na política externa brasileira. In: AYERBE, Luis Fernando; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo (Org.). **Política externa brasileira, cooperação sul-sul e negociações internacionais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

AMARAL, Gabriela Cristina Granço do. **A Diplomacia de “Ascensão Pacífica” como Estratégia de Política Externa da China: as Relações com o Vietnã e as Disputas sobre as Ilhas**. 2013. 126f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, São Paulo, 2013.

AMARAL, Gabriela Granço do. A “Ascensão Pacífica” na Evolução da Diplomacia Chinesa nas últimas décadas. **Revista Aurora**, Marília, v. 6. n. 1. p. 71-94. Jul-Dez, 2012. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/2719>>. Acesso em: 12 set. 2016.

AMARAL, Gabriela Granço do. **A “Ascensão Pacífica” da China: perspectivas para o século XXI**. In: SIMPÓSIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO PROGRAMA “SAN TIAGO DANTAS” (UNESP, UNICAMP e PUC/SP), 8 a 11 de novembro de 2011. Disponível em: <www.unesp.br/santiagodantassp>. Acesso em: 08/04/18.

AMORIM, Celso. Importância estratégica de uma agenda positiva com a China. In: BRASIL. **Agenda China: ações positivas para as relações econômico comerciais sino-brasileiras**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2007.

AMORIM, Celso. **Teerã, Ramalá e Doha**. Memórias da política externa ativa e altiva. São Paulo: Benvirá, 2015.

AMSDEN, Alice H. **A ascensão do “resto”**: os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.

AVILA, Carlos Federico Dominguez. O Dragão e o Jaguar: um estudo das relações sino-brasileiras em perspectiva. In: PAULINO, Luis Antonio; PIRES, Marcos Cordeiro (Org.).

Nós e a China: impactos da presença chinesa no Brasil e na América do Sul. São Paulo: LCTE Editora, 2009.

AZEREDO, Mauro Mendes de. Visão Americana da Política Internacional de 1845 até Hoje. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). **Estados Unidos: Visões Brasileiras.** Brasília: Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Fundação Alexandre de Gusmão, 2000.

ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK, 2017a. **Members and Prospective Members of the Bank.** Disponível em: <<https://www.aiib.org/en/about-aiib/governance/members-of-bank/index.html>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK, 2017b. **Governance. AIIB Organizational Structure.** Disponível em: <<https://www.aiib.org/en/about-aiib/governance/index.html#structure>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

BA, Alice D.; HOFFMANN, Matthew J. **Contending Perspectives on Global Governance.** In: BA, Alice D.; HOFFMANN, Matthew J. (Org.). **Contending Perspectives on Global Governance.** Coherence, contestation and world order. New York: Routledge, 2005.

BARONE, Michael. United States: Foreign Policy and Strategic Dimensions. In: III CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL – III CNPEPI “O Brasil no mundo que vem aí”. **Estados Unidos.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

BARROS, José Roberto Mendonça de.; BARROS, Luiz Carlos Mendonça de.; MIGUEL, Paulo Pereira. China: as cabeças do Dragão. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.). **O Brasil e a Economia Criativa.** Um novo mundo nos trópicos. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

BAUMBACH, Marcelo. **Sanções do Conselho de Segurança.** Direito Internacional e prática brasileira. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2014.

BECARD, Danielly Silva Ramos. **O Brasil e a República Popular da China:** política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

BERCARD, Danielly Silva Ramos. O que esperar das Relações Brasil-China? **Revista de Sociologia e Política,** Curitiba, v. 19, n. suplementar, p.31-44, nov. 2011. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rsocp/v19s1/04.pdf>. Acesso em: 13 mar 2018.

BIATO JUNIOR, Oswaldo. **A parceria estratégica Sino-Brasileira:** origens, evolução e perspectivas (1993-2006). Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

BIERSTEKER, Thomas J. O “triunfo” da economia neoclássica no mundo em desenvolvimento: convergência de políticas e fundamentos da governança na ordem econômica internacional. In: CZEMPIEL, Ernst-Otto; ROSENAU, James N (Org.). **Governança sem governo:** ordem e transformação na política mundial. Brasília: UNB, 2000.

BINGWEN, Zheng; SHAUNGRONG, He. China and Latin America: Interaction and Cooperation in global governance. In: PAULINO, Luis Antonio; PIRES, Marcos Cordeiro (Org.). **Diálogos China e América Latina**. São Paulo: LCTE Editora, 2014.

BULL, Heddly. **A sociedade anárquica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Rodada de Doha**. 201-? Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/1891-omc-rodada-de-doha>>. Acesso em: 19 maio 2018.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio**. 200-? Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/694-a-rodada-de-doha-da-omc>>. Acesso em: 19 maio 2018.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **O Brasil no G-20**. 200-? Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/15586-brasil-g20>>. Acesso em: 19 maio 2018.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **VI Cúpula BRICS – Declaração de Fortaleza – 15 de julho de 2014**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/5704-vi-cupula-brics-declaracao-de-fortaleza-15-de-julho-de-2014>>. Acesso em: 19 maio 2018.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **IX Cúpula do BRICS – Declaração de Xiamen** – Xiamen, China, 4 de setembro de 2017. Disponível: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17384-nona-cupula-do-brics-declaracao-de-xiamen-xiamen-china-4-de-setembro-de-2017>>. Acesso em: 10 maio 2018.

BRANDÃO, Fernanda; NAIDIN, Leane, VIANA, Manuela Trindade. Policy Brief. **O Processo de adesão da China e da Rússia à OMC e as implicações para a agenda dos BRICS**. Rio de Janeiro: Instituto de Relações Internacionais, 2012. Disponível em: <<http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/2743/doc/1132094750.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

CANEPA, Beatriz; OLIC, Nelson Bacic. **Geopolítica da América Latina**. São Paulo: Moderna, 2004.

CARVALHO, Miguel Henrique de. **A Economia Política do Sistema Financeiro Chinês (1978-2008)**. 2013. 196f. Dissertação (Mestrado em Economia Política Internacional) - Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/pepi/dissertacoes/Dissertacao_Miguel_Henriques_de_Carvalho.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2018.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: FUNAG, 2016.

COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL. **Nossa Comunidade Global**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

COHEN, Daniel. Towards a New Modus Operandi of the International Financial System. In: SERRA, Narcis; STIGLITZ, Joseph E. **The Washington Consensus Reconsidered**. Towards a New Global Governance. New York: Oxford University Press, 2008.

CORSI, Francisco Luiz. A crise do capitalismo global. In: PAULINO, Luis Antonio; PIRES, Marcos Cordeiro (Org.). **Nós e a China**: o impacto da presença chinesa no Brasil e na América do Sul. São Paulo: LCTE Editora, 2009.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. **O Brasil nas Nações Unidas**: 1946-2011. Brasília: FUNAG, 2012.

COZENDEY, Carlos Márcio B. **Instituições de Bretton Woods**. Brasília: FUNAG, 2013.

CUNHA, Aline Tedeschi da; PAULINO, Luis Antonio; PIRES, Marcos Cordeiro. Brasil, China e a Cooperação Sul-Sul. In: AYERBE, Luis Fernando; JÚNIOR, Haroldo Ramanzini (Org.). **Política externa brasileira, cooperação sul-sul e negociações internacionais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

CHINA DAILY. **China Peaceful Development Road**. 2005. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/english/doc/2005-12/22/content_505678.htm>. Acesso em: 20 maio 2018.

CRUZ, Sebastião C. Velasco e. **Estados e Mercados**: os Estados Unidos e o sistema multilateral de comércio. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CZEMPIEL, Ernst-Otto; ROSENAU, James N (Org.). **Governança sem governo**: ordem e transformação na política mundial. Brasília: UNB, 2000.

CZEMPIEL, Ernst-Otto. **Governança e democratização**. In: CZEMPIEL, Ernst-Otto; ROSENAU, James N (Org.). **Governança sem governo**: ordem e transformação na política mundial. Brasília: UNB, 2000.

DUQING, Chen. **Política Exterior da China**. São Paulo: IEA – USP, 1990. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/duqingpoliticaexteriorchina.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

EICHENGREEN, Barry. **A Globalização do Capital**: uma história do sistema monetário internacional. São Paulo: Editora 34, 2000.

ENCICLOPÉDIA DO MUNDO CONTEMPORÂNEO. **China**. Tradução de Jones de Freitas, Japiassu Brício, Renato Aguiar. 2. ed. São Paulo: Publifolha; Rio de Janeiro: Editora Terceiro Milênio, 2000.

ESTEVES, Paulo Luiz Moreaux Lavigne; GONÇALVES, Fernanda Lacerda Pereira. **Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura**: Rupturas e Continuidades. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2017/relatorios_pdf/ccs/IRI/RELFernanda%20Lacerda%20Pereira%20Gon%C3%A7alves.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2017.

FAIRBANK, John King; GOLMAN, Merle. **China: uma nova história**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2004.

FERREIRA, Kelly de Souza. **China e a Ásia Central: petróleo, segurança e os Estados Unidos**. 2012. 99f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/126274/000786755.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

FOOT, Rosemary. Estratégias chinesas em uma ordem global hegemônica: acomodação e *hedging*. In: HURRELL, Andrew. et al. **Os Brics e a ordem global**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

FREYRE, Gilberto. **China Tropical**. Org. Fonseca, E. N. Brasília: Editora UnB, 2003.

FIGUEIRA, Mauro Sérgio; MOREIRA JÚNIOR, Hermes. O Banco dos BRICS e os cenários de recomposição da ordem internacional. **Boletim Meridiano 47**, Brasília, v.15, n.142, mar.-abr. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/10090/7731>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

GÁRCIA, Eugênio Vargas. **O Sexto Membro Permanente: o Brasil e a criação da ONU**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

GUEDES, C; MELO, M. F. **O caso dos nove chineses**. O escândalo internacional que transformou vítimas da ditadura militar brasileira em heróis de Mao Tsé-tung. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2014.

HAO, Yufan. **Sino-American Relations**. Challenges Ahead. England: Ashgate, 2010.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos**. O breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWN, Eric J. **A Era das Revoluções, 1789-1848**. São Paulo: Paz e Terra, 2010a.

HOBSBAWN, Eric J. **A Era dos Impérios, 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra, 2010b.

HOLANDA, Francisco Mauro Brasil de. Relações Brasil-China: Elementos de aproximação e diferenciação. In: **Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

HOLANDA, Francisco Mauro Brasil de. 40 anos das relações Brasil-China: de onde viemos, onde estamos, para onde vamos. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (Org.). **Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas: análises e documentos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2016.

HOLSTI, K. J. Governança sem governo: a poliarquia na política internacional europeia do século XXI. In: CZEMPIEL, Ernst-Otto; ROSENAU, James N (Org.). **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília: UNB, 2000.

HONGBO, Sun. China's Perception of the U.S in Global Governance. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira. **Global Governance: crossed perceptions**. Brasília: FUNAG, 2015.

HUNTINGTON, Samuel P. A superpotência solitária. **Revista Política externa**, São Paulo, v. 8, n. 4, Mar/Abr/Mai, p. 12-25, 2000.

HUGUENEY, Clodoaldo. Prefácio. In: ACIOLY, Luciana; LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; PINTO, Eduardo Costa (Org.). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: IPEA, 2011.

HURRELL, Andrew. Hegemonia, Liberalismo e Ordem Global: qual é o espaço para potências emergentes? In: HURRELL, Andrew. et al. **Os Brics e a Ordem Global**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Comunicados do IPEA nº43. **Rússia, Índia e China: comércio exterior e investimento direto externo**. Brasília: IPEA, 2010. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4581/1/Comunicados_n43_R%C3%BAssia.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2018.

JOHSTONE, Ian. The Power of Interpretative Communities. In: BARRET, Michael; DUVALL, Raymond. **Power in Global Governance**. New York: Cambridge University Press, 2005.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

LIMA, Silvana de. História. In: LIMA, Silvana de. et al. **Módulo de Ensino Integrado**. São Paulo: DCL, 2002.

LIREN, Qian. Em direção a um mundo multipolar. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Org.). **Brasil e China: Multipolaridade**. Brasília: IPRI, Fundação Alexandre de Gusmão, 2003.

LYRIO, Mauricio Carvalho. **A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

MAGALHÃES, José Carlos de. A Reforma da Carta da ONU. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 09, n. 25, Sept/Dec. 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n25/v9n25a12.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2017.

MAGNOLI, Demétrio. **Relações Internacionais: teoria e história**. São Paulo: Saraiva, 2004.

MARQUES, Eduardo Lorenzetti. **Os Limites Jurídicos à Atuação do Conselho de Segurança da ONU**. Curitiba: Juruá, 2005.

MARTINS, Maria. **Ásia Maior: o planeta China**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

MARTINS, Jayme. A Era Deng, passo a passo. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL – III CNPEPI. **O Brasil no mundo que vem aí. Seminário China**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

MARTINS, Jayme. Brasil-China: Desafios e Oportunidades. In: **Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2003.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Geopolítica e Política Exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MORAES, Rodrigo Fracalossi. A ascensão naval chinesa e as disputas territoriais marítimas no Leste Asiático. In: CINTRA, Marcos Antonio; SILVA FILHO, Edison Benedito da (Org.). **China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

NAUGHTON, Barry. **The Chinese Economy. Transitions and Growth**. USA: Massachusetts Institute of Technology Press, 2007.

NOGUEIRA, João Pontes. Mesa-Redonda no Palácio Itamaraty. In: PIMENTEL, José Vicente de Sá (Org.). **Debatendo o BRICS**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

NOGUEIRA, Isabela. A política Regional da China e os processos de integração na Ásia. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL – III CNPEPI. **O Brasil no Mundo que vem aí. Seminário: China**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

NYE, Joseph S. **Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Gente, 2009.

NYE, Joseph S. **O futuro do poder**. São Paulo: Benvirá, 2012.

OCAMPO, José Antonio. Global Economic and Social Governance and the United Nations System. In: OCAMPO, José Antonio (Org.). **Global Governance and Development**. United Kingdom: Oxford University Press, 2016.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

ONUBR NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Países-membros**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/paises-membros>>. Acesso em: 09 set. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **ABC das Nações Unidas**. Disponível em: <http://unicrio.org.br/img/2011/09/ABC_maio_2011.pdf>. Acesso em: 09 set. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**. Disponível em: <http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersoInternet.pdf>. Acesso em: 09 set. 2017.

PARKER, Geoffrey. **Atlas da História do Mundo**. São Paulo: Folha da Manhã S.A, 2000.

PAIK, Haksoon. Superpower Rivalry and The Victimization of Korean. The Korean War and The North Korean Nuclear Crisis. In: CHARI, Chandra (Org.). **Superpower Rivalry and Conflict**. The long shadow of the Cold War on the twenty-first century. New York: Routledge, 2010.

PANNUNZIO, Antonio Carlos. A Geopolítica da Multipolaridade. In: PAULINO, Luís Antonio; PIRES, Marcos Cordeiro. (Org.). **China e América Latina**. A geopolítica da multipolaridade. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2012.

PAULINO, Luís Antonio; PIRES, Marcos Cordeiro. Um Mundo em Constante Transformação. In: PAULINO, Luís Antonio; PIRES, Marcos Cordeiro. **China e América Latina**. A Geopolítica da Multipolaridade. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2012.

PAULINO, Luís Antonio. Desafios Atuais para a Política Externa da China: uma reflexão sobre o Livro Branco a respeito do desenvolvimento pacífico da China. In: PAULINO, Luís Antonio; PIRES, Marcos Cordeiro. (Org.). **China e América Latina**. A geopolítica da multipolaridade. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2012.

PAULINO, Luís Antonio. **China**: a procura do caminho para o desenvolvimento. 2017. 293f. Tese (de livre-docência) - Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – UNESP, Marília, 2017.

PAULINO, L. A. Presença da China no Brasil. Trabalho apresentado ao II Congresso Internacional Ciencias, Tecnologías y Culturas. Dialogo entre las disciplinas de conocimiento. Hacia el futuro de America Latina e Caribe. Simpósio 45 – **Impactos socioeconômicos e geopolíticos das relações entre a América do Sul e a República Popular da China no século XXI**. Santiago do Chile, 2010.

PAULINO, Luís Antonio. Palestra na Universidade Nacional de La Plata, Argentina, no dia 26/07/2018 sobre o tema: **A Cooperação econômica e comercial entre o Brasil e a China sob o mecanismo de cooperação do BRICS**: novas características e tendências.

PAULINO, Luis Antonio; PIRES, Marcos Cordeiro. A evolução das relações sino-brasileira sob os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, 2003-2013. In: BELTRAN, J.; HARO, F. J.; SAIZ, A. (ed.). **Representaciones de China em las Americas y La península ibérica**. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2016.

PAULINO, Luis Antonio. Os Conflitos Comerciais entre China e Estados Unidos, suas causas e consequências. **Jornal da Unesp**. Junho 2018 – Ano XXXI – nº 344. Disponível em: <<https://www2.unesp.br/portal#!/jornal/edicoes/2018/344/forum/os-conflitos-comerciais-entre-china-e-estados-unidos-suas-causas-e-consequencias/>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

PAULINO, Luis Antonio; PIRES, Marcos Cordeiro. Reflexões sobre hegemonia e a política internacional da China: a iniciativa “cinturão e rota” como uma estratégia de desenvolvimento pacífico. **Revista Dossier: Evolución de Política Exterior de China para América Latina**, Argentina, n.53, p. 207-228, 2017. Disponível em: <<https://revistas.unlp.edu.ar/RRII-IRI/article/download/3793/3939/>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

PAUTASSO, Diego. O papel da África na Nova Rota da Seda Marítima. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v.1, n.2, p. 124-136, Jul/Dez 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/rbea/article/view/67028/40021>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos**. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Os EUA e o Reordenamento do Poder Mundial: Renovação, Permanência, ou Resistência? In: III CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL – III CNPEPI “O Brasil no mundo que vem aí”. **Estados Unidos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

PEDRO, Antonio. **História da Civilização Ocidental: Geral e do Brasil integrada**. São Paulo: FTD, 1997.

PELLEGRINO, Carlos Roberto. **História da Ordem Mundial**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz; VISENTINI, Paulo Fagundes. **Manual do candidato. História mundial contemporânea (1776-1991): da independência dos Estados Unidos ao colapso da União Soviética**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

PINOTTI, Talita. China e Vietnã no mar do Sul da China: disputas e questões estratégicas. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v.04, n. 08, p. 163-183, Jul/Dez 2015. Disponível em: <seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/download/59949/36986>. Acesso em: 21 abr. 2018.

PINTO, Eduardo Costa. O Eixo Sino-Americano e as Transformações do sistema mundial: tensões e complementaridades comerciais, produtivas e financeiras. In: ACIOLY, Luciana; LEÃO, Rodrigo Pimentel Ferreira; PINTO, Eduardo Costa (Org.). **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: IPEA, 2011.

PIRES, Marcos Cordeiro. Reflexões sobre os Modelos de Desenvolvimento de Brasil e China no Alvorecer do Século XXI. In: PAULINO, Luís Antonio; PIRES, Marcos Cordeiro. (Org.). **China e América Latina**. A geopolítica da multipolaridade. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2012.

PIRES, Marcos Cordeiro. **A ascensão da China. A estratégia chinesa de desenvolvimento e seu impacto na ordem mundial**. 2013. 272f. Tese (Livre-docência) - Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – UNESP, Marília, 2013.

PRETO, Affonso Ouro. China Brasil. In: **Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

RAMOS; Leonardo, et al. A Governança Econômica Global e os Desafios do G-20 pós-crise financeira: análise das posições de Estados Unidos, China, Alemanha e Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 55, n.2, p. 10-27, Dec. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v55n2/02.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

RÉMOND, René. **O século XX**. São Paulo: Cultrix, 1993.

ROBERTS, J. A. G. **História da China**. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2006.

ROSENAU, James N. Governança, ordem e transformação na política mundial. In: CZEMPIEL, Ernst-Otto; ROSENAU, James N (Org.). **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília: UNB, 2000.

ROSENAU, James N. **Along the Domestic-Foreign Frontier. Exploring Governance in a Turbulent World**. New York: Cambridge University Press, 2008.

ROSENAU, James N. A cidadania em uma ordem mundial em mutação. In: CZEMPIEL, Ernst-Otto; ROSENAU, James N (Org.). **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília: UNB, 2000.

ROSITO, Tatiana. Evolução das Relações Econômicas Brasil-China e perspectivas futuras. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (Org.). **Brasil e China: 40 anos de relações diplomáticas: análises e documentos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2016.

SANTILLÁN, Gustavo Enrique. La Reforma Económica en China y su Desarrollo, 1972-1986. Lecciones para América Latina. In: PAULINO, Luís Antonio; PIRES, Marcos Cordeiro. (Org.). **China e América Latina**. A geopolítica da multipolaridade. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2012.

SARAIVA, José Flávio Sombra. A agonia europeia e a gestação da nova ordem mundial. In: SARAIVA, José Flavio Sombra (Org.). **História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização**. São Paulo: Saraiva, 2007.

SÁRVÁRI, Balázs; SZEIDOVITZ, Anna. The Political Economics of the New Silk Road. **Baltic Journal of European Studies**, Estônia, Tallinn University of Technology, v.6, n.1, p. 03-27, 2016. Disponível em: <<https://content.sciendo.com/abstract/journals/bjes/6/1/article-p3.xml>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

SECCO, Lincoln. O Pensamento Econômico de Mao Tsé-tung. In: PAULINO, Luís Antonio; PIRES, Marcos Cordeiro (Org.). **China e América Latina**. A geopolítica da multipolaridade. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2012.

SEGBERS, Klaus. The Emerging Global Landscape and the New Role of Globalizing City Regions. In: AMEN, Mark; MCCARNEY, Patricia L.; SEGBERS, Klaus; Toly, Noah J. **Cities and Global Governance**. New sites for International Relations. USA: Ashgate, 2011.

SERRA, Narcís; SPIEGEL, Shari; STIGLITZ, Joseph E. Introduction: From the Washington Consensus Towards a New Governance. In: SERRA, Narcís; STIGLITZ, Joseph E. **The Washington Consensus Reconsidered Towards a New Global Governance**. New York: Oxford University Press, 2008.

SEVERINO, Cabral; D. SC. O diálogo estratégico sino-brasileiro. In: **Brasil e China no reordenamento das relações internacionais: desafios e oportunidades**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

SILVA, Ricardo Luís Pires da. **A nova rota da seda: caminhos para a presença brasileira na Ásia Central**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

SOARES, João Clemente Baena Soares. Breves Considerações sobre Reforma da ONU. In: IV CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL: **o Brasil no Mundo que vem aí. Seminário sobre a reforma da ONU**. Rio de Janeiro, 21 de Agosto de 2009. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

SOUSA, Sarah-Lea John de. **Cambios en el poder estructural y países emergentes: el papel de Brasil como actor internacional**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013.

SOUSA, Ana Tereza Lopes Marra de. **Relações Brasil-China: interesses, questões e resultados**. 2016. 353f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa San Tiago Dantas, São Paulo, 2016.

SHAFFER, Gregory. Power, governance, and the WTO: a comparative institucional approach. In: BARRET, Michael; DUVALL, Raymond. **Power in Global Governance**. New York: Cambridge University Press, 2005.

STIGLITZ, Joseph E. The Future of Global Governance. In: SERRA, Narcis; STIGLITZ, Joseph E. The Washington Consensus Reconsidered. **Towards a New Global Governance**. New York: Oxford University Press, 2008.

TARRAGÔ, Piragibe. A reforma da ONU: a Comissão de Construção da Paz e ampliação do Conselho de Segurança. In: IV CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL: **o Brasil no Mundo que vem aí. Seminário sobre a reforma da ONU**. Rio de Janeiro, 21 de Agosto de 2009. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

THORSTENSEN, Vera. China e EUA – de guerras cambiais a guerras comerciais. **Revista Política Externa**, v.19, n.3, Dez/Jan/Fev. 2010-2011.

UZIEL, Eduardo. **O Conselho de Segurança e a Inserção do Brasil no Mecanismo de Segurança Coletiva das Nações Unidas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

VAROUFAKIS, Yanis. **O Minotauro Global**. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Revista Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v.29, n.2, p. 273-335, jul./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v29n2/v29n2a02.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2018.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Exteriores do Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Tensões e Desafios da Cooperação Regional na Ásia Oriental**. 1998. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs/vizen.rtf>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **Tensões e Desafios da Cooperação Regional na Ásia**. In: 22º ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS. p. 01-23, 1998. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/22-encontro-anual-da-anpocs/gt-20/gt13-7/5143-pvizentini-tensoes/file>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

WANG, Zhengxu. The EU and Europe in China's Incremental Multilateralism. In: LIMA, Sérgio Eduardo Moreira. **Global Governance: crossed perceptions**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015.

WALTZ, Kenneth N. **Teoria das relações internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.

WEIGUANG, Wang. A Reforma, a Abertura e a Rota do Desenvolvimento Chinês. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL – III CNPEPI. **O Brasil no mundo que vem aí. Seminário China**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

WEINER, Tim. **Legado de Cinzas. Uma história da CIA**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

WEISS, Thomas G. **Thinking About Global Governance**. Why people and ideias matter. New York: Routledge, 2011.

XI, Jinping. **A Governança da China**. Pequim: Editora de Línguas Estrangeiras, 2014.

ZHAO, Suisheng (ed.). **Chinese Foreign Policy**. Pragmatism and Strategic Behavior. London: East Gate Book, 2004.

ZHIWEI, Zhou. A Cooperação entre as Potências Emergentes: situação atual e perspectivas. In: PAULINO, Luís Antonio; PIRES, Marcos Cordeiro (Org.). **As Relações entre China e América Latina num contexto de crise: estratégias, intercâmbios e potencialidades**. São Paulo: LTCE Editora, 2011.

ZHIWEI, Zhou. A Relação Sino-Latino-Americana na Transformação da Ordem Mundial: Identidade, Potencial e Perspectivas. In: PAULINO, Luís Antonio; PIRES, Marcos Cordeiro (Org.). **China e América Latina**. A Geopolítica da Multipolaridade. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2012.